



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

Orçamento Geral do Estado

2014

Panorama Orçamental

Livro 1

“Seja um bom cidadão, seja um novo héroi para a nossa Nação”

Índice

ÍNDICE	1
PARTE 1: DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO	3
PARTE 2: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014	4
2.1: SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2.1.1: Metas e Políticas do Governo	4
2.1.2: Panorama Económico	6
2.1.3: Despesas	7
2.1.4: Receitas	7
2.1.5: Financiamento	8
2.2: ANÁLISE DAS REFORMAS RECENTES	8
2.3: PANORAMA ECONÓMICO	9
2.3.1: Economia Internacional	9
2.3.1.1: Tendências do Crescimento Internacional	9
2.3.1.2: Tendências dos Preços Internacionais	11
2.3.2: Economia Doméstica	12
2.3.2.1: Produto Interno Bruto Total	12
2.3.2.2: PIB Não-Petrolífero	13
2.3.2.3: Inflação Doméstica	18
2.3.2.4: Emprego	20
2.3.2.5: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	21
2.3.3: Perspectivas no Curto a Médio Prazo (2013 a 2018)	24
Caixa de Foco: Estudo dos Rendimentos e Despesas dos Agregados Familiares de 2011	25
2.4: DESPESAS E COMPROMISSOS DOS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO	26
2.4.1 Despesas por Fundo	26
2.4.2 Despesas do FCTL	26
2.4.2.1: Salários e Vencimentos	27
2.4.2.2: Bens e Serviços	28
2.4.2.3: Transferências Públicas	30
2.4.2.4: Capital Menor	32
2.4.2.5: Capital de Desenvolvimento	33
2.4.3: Fundo das Infra-estruturas	34
2.4.4: Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	37
2.4.5: Parceiros de Desenvolvimento	38
2.5: RECEITAS	39
2.5.1: Panorama de Projecções de Receitas	39
2.5.2: Receitas Domésticas	39
2.5.2.1: Panorama	39
2.5.2.2: Impostos	40
2.5.2.3: Taxas e Pagamentos	42
2.5.2.4: Outros Fluxos de Receitas	43
2.5.2.5: Serviços e Fundos Autónomos	44
2.5.3: Receitas e Investimentos Petrolíferos	45
2.5.3.1 Entrada de Receitas Petrolíferas	45
2.5.3.2 Riqueza Petrolífera e Cálculo do RSE	49
2.5.3.3 Gestão do Fundo Petrolífero	55

2.6: FINANCIAMENTO	59
2.6.1 Introdução	59
2.6.2 RSE e Transferências Superiores ao RSE	60
2.6.3 Empréstimos	60
2.6.4 Uso do Saldo de Dinheiro	62
2.6.5 Parcerias Público-Privadas	63
PARTE 3: LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014.....	64
3.1 TEXTO DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO	64
3.2 ANEXO I: ESTIMATIVA DAS RECEITAS A COBRAR PELO ESTADO EM 2014	71
3.3 ANEXO II: DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS PARA 2014	72
3.4 ANEXO III: SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS PARCIALMENTE FINANCIADOS POR RECEITAS PRÓPRIAS	89
3.5 ANEXO IV: DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS DO FUNDO DAS INFRA-ESTRUTURAS	90
3.6 ANEXO V: DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO	92
PARTE 4: DOCUMENTAÇÃO DE APOIO PARA 2014	93
4.1 JUSTIFICAÇÃO PARA A TRANSFERÊNCIA A PARTIR DO FUNDO PETROLÍFERO	93
4.2 RELATÓRIO DA DELOITTE	103

Parte 1: Discurso do Primeiro-Ministro

Parte 2: Descrição e Análise do Orçamento do Estado para 2014

2.1: Sumário Executivo

2.1.1: Metas e Políticas do Governo

O Orçamento do Estado estabelece as políticas do Governo de Timor-Leste para o ano seguinte com vista a concretizar as suas prioridades, nomeadamente proporcionar melhores condições de vida a todos os cidadãos através de um crescimento económico forte, inclusivo e de elevada qualidade. Isto significa dar prioridade aos sectores da saúde, educação e segurança, ao mesmo tempo que se desenvolvem infra-estruturas de grande e de pequena escala. O Livro 1 do Orçamento do Estado para 2014 estabelece a forma como o Governo tenciona levar a cabo estas políticas no próximo ano.

Tabela 2.1.1.1: Orçamento de Fontes Combinadas 2012 a 2018, em milhões de dólares¹

	Concreto em 2012	LO1 ² de 2013	Orçam. para 2014	2015	2016	2017	2018
Orçamento de Fontes Combinadas	1.451,2	1.850,9	1.677,9	1.876,4	1.971,6	1.613,1	1.505,1
<i>Despesas Governamentais por Fundo</i>	<i>1.197,6</i>	<i>1.647,5</i>	<i>1.500,0</i>	<i>1.809,2</i>	<i>1.927,1</i>	<i>1.611,5</i>	<i>1.503,5</i>
FCTL	789,3	1.000,7	1.034,9	1.076,3	1.119,3	1.164,1	1.210,6
FDCH	32,2	42,4	40,0	45,0	45,0	49,0	49,0
Fundo das Infra-estruturas	376,1	604,4	425,1	687,9	762,8	398,4	243,9
<i>Compromissos de Parceiros de Desenvolvimento</i>	<i>253,6</i>	<i>203,4</i>	<i>177,9</i>	<i>67,2</i>	<i>44,5</i>	<i>1,6</i>	<i>1,6</i>

Fontes: Direcção Nacional do Orçamento e Unidade de Gestão de Parcerias para o Desenvolvimento

¹ Nota relativamente aos dados contidos em tabelas e gráficos: No presente Livro 1 do OE, os valores tendem a ser indicados até uma casa decimal em tabelas e gráficos, geralmente em milhões de dólares ou em percentagens. Ocasionalmente uma leitura mais atenta pode sugerir erros ao nível das casas decimais aquando da adição dos valores para se obter um 'total'. Isto é resultado de um "erro" de arredondamento, o que é inevitável quando se apresentam valores tão elevados de uma forma fácil de ler. Um erro de arredondamento não é realmente um erro, é apenas a forma como a aritmética funciona quando se apresentam valores extensos até poucas casas decimais.

² No presente Livro os valores indicados para 2013 em diversas tabelas e gráficos são idênticos aos que constam do Livro 1 do OE para 2013, excepto se referido em contrário. Isto acontece uma vez que aquando da redacção do presente documento ainda não havia dados finais disponíveis relativamente a 2013, pelo que se utilizaram os mesmos valores por uma questão de consistência. Não obstante isto, foram utilizadas as tendências em 2013 até à data, especialmente ao nível de despesas e receitas, para orientar o processo orçamental de 2014 e as projecções para os anos seguintes.

A Tabela 2.1.1.1 indica as duas fontes de despesas em Timor-Leste em 2014: o Governo e os Parceiros de Desenvolvimento. O total das despesas é de 1.677,9 milhões de dólares; 1.500,0 milhões do Governo e 177,9 milhões dos Parceiros de Desenvolvimento. Isto representa uma diminuição continuada da dependência em relação aos Parceiros de Desenvolvimento, tanto em termos absolutos como enquanto proporção do total de gastos (10,6%, comparativamente com 11,0% em 2013). Deve-se notar que a diminuição acentuada nos anos futuros se deve ao facto de os parceiros não saberem ainda quanto irão alocar nesses anos (o Livro 5 do Orçamento do Estado contém mais detalhes sobre isto).

Tabela 2.1.1.2: Tabela Fiscal com Itens do Memorando, em milhões de dólares

	Concreto em 2010	Concreto em 2011	Concreto em 2012	LO1 de 2013	Orçam. para 2014	2015	2016	2017	2018
Despesa Total por Categoria de Dotação	760,3	1.097,1	1.197,6	1.647,5	1.500,0	1.809,2	1.927,1	1.611,5	1.503,5
<i>Recorrentes</i>	<i>506,1</i>	<i>508,8</i>	<i>782,4</i>	<i>841,0</i>	<i>934,7</i>	<i>975,5</i>	<i>1.012,8</i>	<i>1.055,5</i>	<i>1.095,7</i>
Salários e Vencimentos	91,5	111,5	130,9	160,5	166,9	173,6	180,6	187,8	195,3
Bens e Serviços (inc. FDCH)	245,9	254,4	341,9	441,5	475,6	498,1	516,2	539,0	558,6
Transferências Públicas	168,7	142,9	309,7	239,0	292,2	303,9	316,0	328,7	341,8
<i>Capital</i>	<i>254,3</i>	<i>588,3</i>	<i>506,4</i>	<i>806,5</i>	<i>565,3</i>	<i>833,7</i>	<i>914,3</i>	<i>556,0</i>	<i>407,8</i>
Capital Menor	38,3	27,3	42,0	49,6	39,7	41,3	43,0	44,7	46,5
Capital e Desenvolvimento (inc. FI)	215,9	561,0	464,4	756,9	525,5	792,4	871,4	511,3	361,3
Receitas Domésticas ***	96,6	111,7	137,7	146,3	166,1	181,0	196,1	211,2	226,4
Saldo Fiscal Não-Petrolífero	-663,7	-985,4	-1.059,9	-1.501,2	-1.333,9	-1.628,2	-1.731,0	-1.400,3	-1.277,1
Financiamento	663,7	985,4	1.059,9	1.501,2	1.333,9	1.628,2	1.731,0	1.400,3	1.277,1
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	502,0	734,0	665,3	787,0	632,3	638,7	628,4	616,0	612,8
Transferências superiores ao RSE	309,0	321,0	829,6	0,0	270,6	872,2	944,4	644,8	627,3
Uso do Saldo de Dinheiro	-147,3	-69,7	-478,1	670,6	379,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos	0,0	0,0	43,1	43,6	51,0	117,3	158,2	139,5	37,0
Indicadores Económicos Seleccionados									
PIB Nominal (Sector Não-Petrolífero)	934,3	1.128,3	1.349,8	1.534,3	1.773,1	2.068,5	2.429,7	2.865,5	3.324,5
Défice Fiscal / PIB (Sector Não-Petrolífero)	71,0%	87,3%	78,5%	97,8%	75,2%	78,7%	71,2%	48,9%	38,4%

Fontes: Direcção Nacional do Orçamento, Direcção Nacional das Políticas Económicas, Unidade de Administração do Fundo Petrolífero e Secretariado dos Grandes Projectos, Ministério das Finanças.

A Tabela 2.1.1.2 apresenta as despesas governamentais em maior detalhe. O aspecto mais assinalável é que as despesas orçamentais sofreram um corte acentuado em relação ao ano anterior, diminuindo 147,5 milhões de dólares pelo segundo ano consecutivo³. Isto faz parte da política do Governo para garantir Sustentabilidade Fiscal e para reorientar a política fiscal no sentido dum crescimento inclusivo e de elevada qualidade.

2.1.2: Panorama Económico

A economia de Timor-Leste cresceu 7,3% em 2011 em termos reais. O sector petrolífero do PIB cresceu 6,0%, metade da taxa de crescimento do sector não-petrolífero (12,0%)⁴. Ainda assim, o sector petrolífero continua a dominar a economia timorense, representando 76,9% do PIB total do país.

A taxa de crescimento muito elevada do PIB não-petrolífero em 2011 pode ser atribuída ao forte aumento nas despesas governamentais durante esse ano, em especial despesas ao nível de Capital de Desenvolvimento. Parte destas despesas acrescidas reflectiram a política de “antecipação” do Governo, destinada a criar as condições necessárias para o desenvolvimento económico a médio e longo prazo do país através de melhorias a curto prazo em infra-estruturas essenciais e em capital humano. Isto está em linha com o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED).

Todavia esta elevada taxa de crescimento económico trouxe consigo o aumento substancial da inflação. Os preços no final de Dezembro de 2011, tal como são medidos pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), eram 15,4% mais elevados do que em período homólogo do ano anterior, estando por conseguinte muito acima do alvo do PED de 4 a 6%.

Com as despesas governamentais concretas ao nível de Capital de Desenvolvimento a descenderem em termos nominais em 2012, sobretudo devido a baixas taxas de execução, prevê-se que sectores económicos essenciais que fomentaram o crescimento em 2011, como por exemplo a construção civil, tenham descido. A taxa de crescimento do sector não-petrolífero do PIB, prevista nos 8,2% para 2012, continua a ser forte, porém está substancialmente aquém da taxa de 2011. A taxa de inflação desceu durante 2012, situando-se nos 10,9% em Dezembro de 2012.

A médio prazo, o Governo espera que a política de antecipação, juntamente com várias reformas (por exemplo a aprovação de uma Lei sobre Terras, o Balcão Único SERVE, Parcerias Público-Privadas, etc.), crie um ambiente propício ao surgimento de um sector privado forte que se torne a principal fonte de crescimento e que permita assim manter as taxas globais elevadas de crescimento económico e aumentar as receitas domésticas. O Governo está concentrado em despesas de alta qualidade que por um lado apoiem o sector

³ A despesa orçamentada em 2011 era de 1.806,5 milhões de dólares.

⁴ Contas Nacionais de Timor-Leste 2000 a 2011, DGE (2013). No texto as referências a ‘petróleo’ incluem tanto petróleo como gás.

privado e que por outro apoiem o desenvolvimento social do país. Deste modo, o orçamento para 2014 foi preparado dentro de um quadro de despesas de elevada qualidade, consistente com o controlo da inflação e o regresso a um caminho de despesas sustentáveis ao nível fiscal.

2.1.3: Despesas

O total das despesas governamentais em 2014 é de 1.500,0 milhões de dólares, o que representa uma diminuição de 9,0% comparativamente a 2013. O Governo está determinado em prosseguir políticas que conduzam à sustentabilidade fiscal e a um crescimento económico de elevada qualidade. Assim sendo o declínio deve-se sobretudo a reduções ao nível de Capital de Desenvolvimento, sobretudo no Fundo das Infra-estruturas, cuja alocação foi inferior à do ano anterior em 179,2 milhões de dólares, ou em 29,7%. Isto acontece já que o Governo reconhece que o programa ambicioso de estratégia de infra-estruturas para Timor-Leste tem de ser revisto todos os anos para levar em conta as condições no terreno. O montante alocado para 2014 é mais realista e considera o compromisso do Governo em maximizar a eficiência das reservas petrolíferas do país. Por outro lado, as despesas recorrentes continuam a sua tendência de subida, aumentando 11,1% sobretudo devido a aumentos ao nível de Transferências Públicas e Bens e Serviços. O Governo considera que estas despesas são essenciais para se ter uma função pública eficaz e para apoiar os cidadãos que não têm possibilidades de se ajudar a si próprios. De facto, e tal como está delineado na secção 2.4.2, parte destas despesas podem ser encaradas como investimento social ou físico.

2.1.4: Receitas

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) para 2014 está calculado nos 632,3 milhões de dólares, o que representa uma redução de 165,6 milhões comparativamente com o RSE estimado no orçamento do ano anterior. Esta revisão em baixa deve-se ao facto de a produção esperada do Bayu-Undan dever ser menor que a inicialmente prevista. Os cálculos do RSE para 2014 começaram a utilizar o petróleo Brent em vez do petróleo WTI como índice de referência de preço, já que segue os produtos do Bayu-Undan de forma mais fiel. Não há quaisquer outras alterações na metodologia de cálculo do RSE.

A produção petrolífera global atingiu o pico em 2012, porém as receitas permanecem fortes em 2013 devido aos preços elevados do petróleo. Estima-se que o saldo do Fundo Petrolífero seja de 14,1 mil milhões de dólares até final do ano. Prevê-se então que as receitas petrolíferas caiam de forma acentuada para os 1.443,1 milhões de dólares em 2014, após o que deverão estabilizar temporariamente até 2016. Estima-se que o saldo do Fundo Petrolífero atingirá os 15,4 mil milhões de dólares até ao final de 2014, partindo do princípio que serão levantados 270,6 milhões de dólares acima do RSE.

Em termos de receitas domésticas prevê-se que a tendência de crescimento se mantenha em 2014 relativamente a impostos e outros pagamentos, aumentando em relação à estimativa para 2013 no orçamento do ano anterior para 166,1 milhões de dólares, o que representa uma subida de 13,6%. Este aumento projectado deve-se sobretudo a subidas ao nível de impostos, mormente impostos indirectos como sejam o imposto selectivo de consumo e o imposto sobre vendas. O Governo está empenhado em aumentar as receitas domésticas em prol de uma economia menos dependente do petróleo e de uma melhor integração na economia global.

2.1.5: Financiamento

A secção de financiamento do presente Livro delinea e explica os vários componentes que pagam as despesas em 2014 e nos anos futuros. O financiamento do Orçamento do Estado para 2014 destaca que todas as despesas incorridas pelo Governo serão em última instância pagas através de financiamento do RSE, transferências superiores ao RSE a partir do Fundo Petrolífero, empréstimos ou utilização do saldo de dinheiro. É igualmente importante sublinhar que os itens de financiamento são iguais ao défice não-petrolífero (definido como as receitas domésticas menos o total das despesas).

2.2: Análise das Reformas Recentes

O sistema de Gestão das Finanças Públicas (GFP) consiste nas instituições, leis e infra-estruturas de tecnologias de informação através das quais o Governo gasta, cobra e gere dinheiro. A existência de um sistema sólido e efectivo de GFP é essencial para permitir a Timor-Leste manter um forte crescimento económico, controlar a corrupção e prestar serviços governamentais eficazes.

Em Timor-Leste a existência de um sistema efectivo de GFP é essencial para transformar recursos minerais em riqueza pública. O Governo implementou um programa de reformas amplas e sustentadas ao nível de GFP. Este programa de reformas é complexo e abrange vários aspectos diferentes da GFP, pelo que o presente documento só descreve alguns aspectos fundamentais seleccionados. Existem outros documentos disponíveis ao público, como por exemplo o Plano Estratégico do Ministério das Finanças, que descrevem a totalidade do programa de reformas de um modo mais detalhado. As principais metas e componentes do programa de reformas do Governo aqui descrito são: a) auditoria fiscal petrolífera, b) provisão de documentação orçamental que descreva o Orçamento do Estado de forma transparente, c) melhoria da gestão das despesas, d) transparência e e) melhoria de políticas e despesas com base em análises e em dados concretos.

Entre as reformas de GFP acima referidas, as reformas actuais incluem: i) um paradigma novo e único para o “Orçamento do Estado”, introduzido em 2013. Este consiste no consenso entre o Governo e a Oposição, através do qual foi estabelecida uma comissão composta por representantes de comissões do Parlamento Nacional com o objectivo de

discutir o orçamento proposto com o Governo, o que levou à aprovação unânime da proposta de Orçamento do Estado para 2013 no Parlamento Nacional. Esta situação única é representativa do estilo e cultura de democracia de Timor-Leste em prol do desenvolvimento, uma vez que o país ainda se encontra numa fase inicial do desenvolvimento. O paradigma não é contrário ao equilíbrio de poderes entre Governo e Parlamento, dado que continua a haver debates ao nível de comissões. ii) Manutenção da cultura de “consenso em prol do programa nacional de desenvolvimento.” Pela primeira vez o governo convidou membros do Parlamento Nacional, incluindo membros da Oposição, a participar no “Yellow Road Workshop de 2013” para discutir desafios e oportunidades e para definir prioridades e o envelope fiscal para 2014. O “Yellow Road Workshop de 2013” foi também alargado a parceiros de desenvolvimento e a outras entidades relevantes. iii) O estabelecimento de uma “Câmara de Contas” para projectos governamentais com valores contratuais acima de 5,0 milhões de dólares.

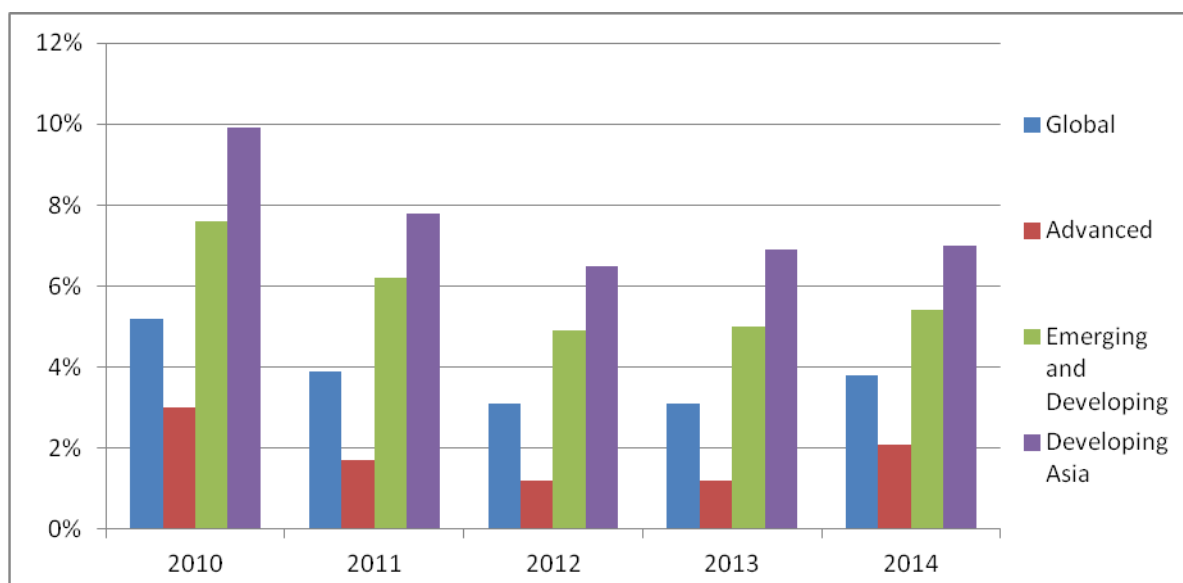
2.3: Panorama Económico

2.3.1: Economia Internacional

2.3.1.1: Tendências do Crescimento Internacional

Após crescer 5,2% em 2010 e 3,9% em 2011, o crescimento global em 2012 continuou a abrandar, ficando-se pelos 3,1% (Gráfico 2.3.1.1.1). Isto deveu-se sobretudo a uma redução no crescimento por parte dos países que vinham a liderar a recuperação global em relação à crise financeira; isto é, as chamadas ‘economias emergentes e em vias de desenvolvimento’. O crescimento nas economias emergentes e em vias de desenvolvimento caiu abaixo dos 5% em 2012, a taxa mais baixa desde 2001, se excluirmos o ano da recessão global (2009). Esta redução ficou-se a dever sobretudo a uma menor procura por parte das principais economias avançadas importadoras e a políticas domésticas mais apertadas (por exemplo houve mais entraves ao crédito na China devido a receios de uma “bolha” no sector imobiliário e registaram-se aumentos acentuados nas taxas de juro para controlar a subida da inflação na Índia e no Brasil).

Prevê-se que o crescimento global continue lento em 2013 (3,1%) e em 2014 (3,8%). Estas taxas baixas reflectem o fraco desempenho continuado de economias emergentes e em vias de desenvolvimento devido tanto a factores externos (como por exemplo a baixa procura por parte das economias avançadas e os baixos preços das matérias-primas) como internos (por exemplo políticas mais apertadas), sem esquecer a recessão prolongada na Zona Euro e o crescimento inferior ao esperado nos EUA.

Gráfico 2.3.1.1.1: Crescimento Económico Real 2010 a 2014

Fonte: Direcção Nacional das Políticas Económicas e PEM do FMI Julho de 2013

A Tabela 2.3.1.1.1 ilustra as taxas de crescimento do PIB em relação às principais economias na Ásia / Austrália e em Timor-Leste. Esta área inclui economias a crescer a velocidades muito elevadas, com Timor-Leste a não ser excepção e a conseguir inclusivamente liderar a região em 2011. Para a maior parte destes países as projecções para 2013 e 2014 estão em linha com 2011 e 2012 e por conseguinte abaixo das taxas em 2010 e antes da crise financeira. As razões principais são semelhantes às indicadas acima para a região emergente e em vias de desenvolvimento, nomeadamente uma combinação de factores domésticos (políticas mais apertadas) e de factores externos (baixa procura por parte dos importadores e baixos preços das matérias-primas).

Tabela 2.3.1.1.1: Taxas de Crescimento Real do PIB Regional (%)

País	Concreto			Projecção	
	2010	2011	2012	2013	2014
China	10,4%	9,3%	7,8%	8,0%	8,2%
Austrália	2,6%	2,4%	3,6%	3,0%	3,3%
Singapura	14,8%	5,2%	1,3%	2,0%	5,1%
ASEAN-5	7,0%	4,5%	6,1%	5,9%	5,5%
Indonésia	6,2%	6,5%	6,2%	6,3%	6,4%
Vietname	6,8%	5,9%	5,0%	5,2%	5,2%
Filipinas	7,6%	3,9%	6,6%	6,0%	5,5%
Tailândia	7,8%	0,1%	6,4%	5,9%	4,2%
Malásia	7,2%	5,1%	5,6%	5,1%	5,2%
Timor-Leste*	9,5%	12,0%	8,2%**	8,0%**	8,8%***

Fonte: Direcção Nacional das Políticas Económicas, Ministério das Finanças 2003 e PEM do FMI Abril de 2013

* O PIB de Timor-Leste diz respeito somente ao sector não petrolífero

** Estimativa preliminar

*** Alvo

2.3.1.2: Tendências dos Preços Internacionais

A inflação global diminuiu durante 2012 e deverá continuar abaixo dos 4% durante 2013 e 2014. Em 2012 a taxa de aumento dos preços ao consumidor tinha diminuído relativamente a 2011 de 2,7% para 2,0% em economias avançadas e de 7,1% para 6,1% em economias emergentes e em vias de desenvolvimento. As projecções do FMI⁵ indicam que esta taxa deverá continuar a cair em economias emergentes e em vias de desenvolvimento em 2013 e 2014, chegando aos 5,5% em 2014, devido sobretudo a reduções nos preços de alimentos e de energia. Não obstante isto, é esperado que os preços ao consumidor comecem a subir em 2014 em economias avançadas, motivados pelo aumento esperado nos preços no Japão devido a aumentos nos impostos sobre o consumo.

Preços do Petróleo⁶

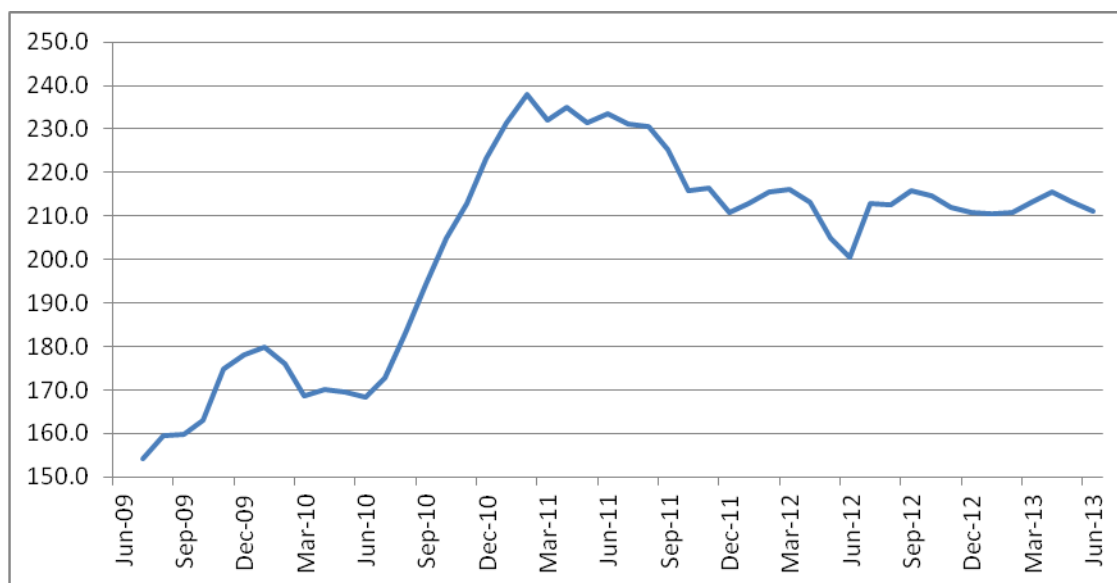
Após aumentarem 31,6% em 2011 os preços do petróleo subiram apenas 1,0% em 2012. Ainda assim os preços permaneceram elevados, na ordem dos 105,0 dólares, devido sobretudo à instabilidade geopolítica no Médio Oriente e no Norte de África, bem como aos embargos e sanções de países ocidentais ao Irão e à Síria. É esperado que os preços em 2013 e 2014 desçam com a subida da produção em países fora da OPEC e com a redução da procura em economias avançadas. Os mercados de futuros indicam reduções de quase 5% em 2013 e 2014. Até 2014 prevê-se que os preços do petróleo desçam abaixo da marca dos 100 dólares e se situem nos 95,36 dólares.

Preços de Bens Agrícolas

Após a queda em Junho de 2012 e o subsequente aumento nos preços internacionais dos bens agrícolas, o que alertou os mercados globais para a possibilidade de uma crise nos preços dos alimentos, os preços estabilizaram no final de 2012 e no início de 2013. Após subir nos meses de Março e Abril de 2013 devido ao aumento dos preços dos lacticínios, resultante da baixa produção na Nova Zelândia, o índice de preços dos alimentos da FAO desceu em Maio e em Junho de 2013 (Gráfico 2.3.1.1.2), reflectindo preços mais baixos de cereais como milho e trigo. Prevê-se que a produção global destes bens será forte este ano. Os produtos agrícolas têm estado estáveis desde o início do ano, ainda que os preços variem consoante a origem. Até ao final de 2013 a produção global deverá subir 2,0%, impulsionada por condições climáticas favoráveis nalguns dos principais países produtores na Ásia. É de prever que isto contribuirá para fazer com que os preços baixem.

⁵ PEM do FMI Abril e Julho de 2013.

⁶ A secção 2.5.3, intitulada 'Receitas Petrolíferas e Investimentos', descreve a forma como os preços do petróleo afectam as receitas em Timor-Leste.

Gráfico 2.3.1.1.2: Índice de Preços dos Alimentos entre Junho de 2009 e Junho de 2013

Fonte: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)

2.3.2: Economia Doméstica

Em Maio de 2013 foram publicadas as Contas Nacionais de Timor-Leste de 2000 a 2011⁷. Esta publicação reflecte o esforço forte por parte do Governo, através do Ministério das Finanças e da Direcção-Geral de Estatística (DGE), em particular, no sentido de providenciar uma série de dados temporais consistentes de 2000 a 2011. As contas Nacionais de 2000 a 2011 apresentam três adições importantes à publicação anterior em 2012. Em primeiro lugar, prolongam a série de 2004 a 2010 até 2000, oferecendo assim ao público mais quatro anos de dados para as três abordagens de medição do PIB (produção, despesas e rendimentos). Em segundo lugar, a existência de novas fontes de estatísticas permitiu à DGE actualizar a série de 2004 a 2010 e apresentar um retrato mais fiel da economia durante esses anos. Por fim, a publicação oferece os primeiros dados oficiais de contas nacionais para o ano 2011. Esta secção fornece assim informações com base sobretudo na edição das Contas Nacionais de 2000 a 2011.

2.3.2.1: Produto Interno Bruto Total

Tabela 2.3.2.1.1: PIB por Sector, Timor-Leste 2011

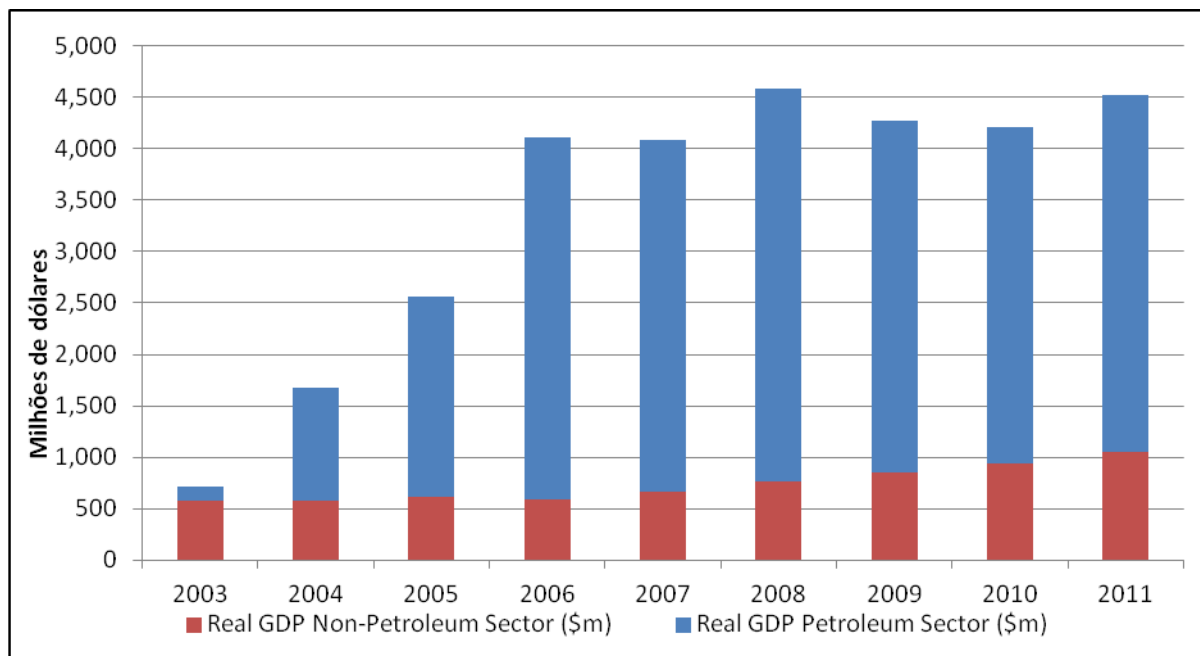
	PIB em milhões de dólares	Percentagem do total
Toda a Economia	4.525,1	100,0%
Sector Petrolífero	3.478,4	76,9%
Sector Não-Petrolífero	1.046,7	23,1%

Fonte: Direcção Nacional das Políticas Económicas e Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

⁷ Direcção-Geral de Estatística (DGE), 2013.

As Contas Nacionais de 2000 a 2011 reforçam o facto de que a economia timorense continua muito dependente do sector petrolífero. A Tabela 2.3.2.1.1 mostra que mais de 75% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2011 provem do sector petrolífero.

Gráfico 2.3.2.1.1: PIB Real entre 2003 e 2011, em milhões de dólares



Fonte: Direcção Nacional das Políticas Económicas e Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

Isto pode ser observado em maior detalhe no Gráfico 2.3.2.1.1., que mostra a evolução do PIB a preços constantes por sectores globais (petrolífero e não-petrolífero) entre 2003 e 2011. Durante 2004, o ano em que arrancou a produção do sector petrolífero, o sector petrolífero ultrapassou o sector não-petrolífero em termos de contribuição para o PIB total. O domínio do sector petrolífero tornou-se mais acentuado em 2005 e atingiu o pico em 2006. A contracção do PIB não-petrolífero durante esse ano e a maior expansão do sector petrolífero fizeram com que este último chegasse a representar 87,4% do PIB total. Desde então a contribuição do sector petrolífero estabilizou em torno dos 80% do PIB total.

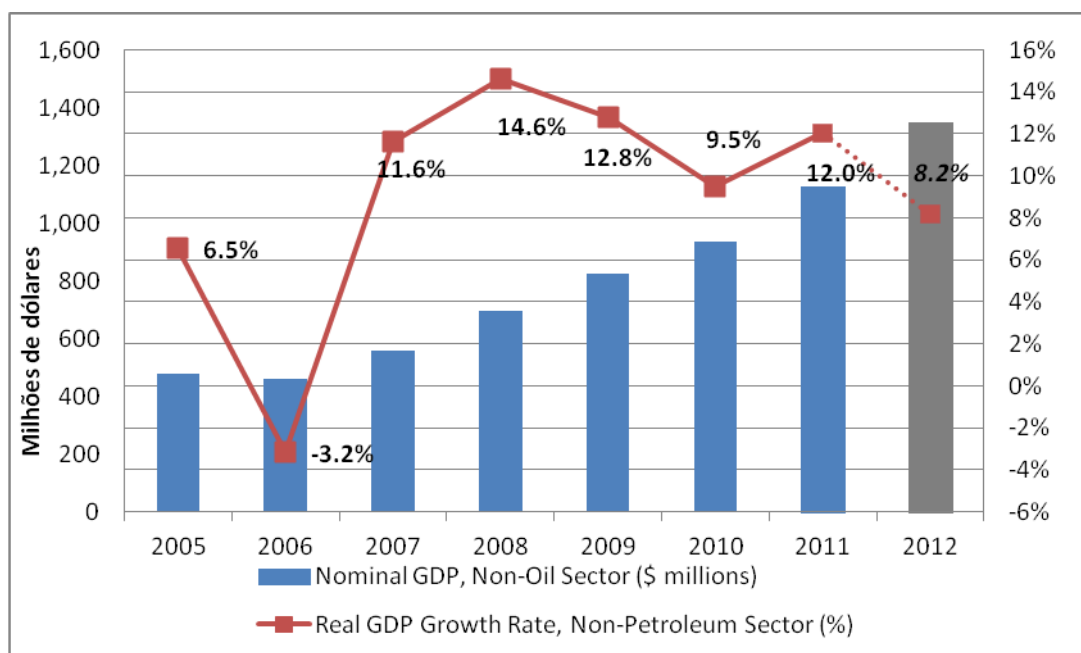
2.3.2.2: PIB Não-Petrolífero

O Gráfico 2.3.2.2.1 ilustra a evolução do PIB concreto (sector não-petrolífero) entre 2005 e 2011, mostrando também as projecções preliminares para 2012. Tal como se pode ver no gráfico, a taxa de crescimento do PIB não-petrolífero tem sido impressionante, registando um valor médio de 12,1% entre 2007 e 2011.

Os dados concretos mais recentes disponíveis revelam que o sector não-petrolífero do PIB atingiu os 1,1 mil milhões de dólares, tendo crescido 12,0% em termos reais desde 2010. Este crescimento supera as estimativas preliminares do crescimento do PIB não-petrolífero em 2011, publicadas no Livro 1 do OE de 2013, as quais projectavam uma taxa de crescimento real de 10,8%. A revisão deveu-se sobretudo a um aumento no nível de

despesas de capital por parte do Governo, as quais tinham anteriormente sido subestimadas, e, ainda que menos, a uma redução no défice comercial.

Gráfico 2.3.2.2.1: PIB Não-Petrolífero entre 2005 e 2012



Fontes: Direcção-Geral de Estatística (DGE) e Direcção Nacional das Políticas Económicas (DNPE)

Os valores relativos a 2012 são uma estimativa preliminar.

O ano de 2012 registou uma redução substancial na taxa de crescimento de despesas governamentais, e em especial um crescimento negativo nas despesas de Capital de Desenvolvimento devido a taxas de execução baixas, o que veio exercer uma pressão descendente sobre o crescimento económico (através de um declínio em actividades de construção civil no lado de produção da economia). Para lá disto, outras actividades no sector privado formal não têm sido especialmente fortes, sendo esperadas taxas de crescimento baixas para a produção e para o comércio grossista e de retalho. Todavia, a forte recuperação do sector agrícola em 2012 após uma redução muito acentuada em 2011, juntamente com o elevado crescimento continuado das despesas recorrentes do Governo e do consumo de capital fixo, deverão ter levado a uma taxa elevada de crescimento em 2012, situada um pouco acima dos 8%.

Os três sectores amplos apresentados na Tabela 2.3.2.2.1. são o sector primário, que engloba as actividades relacionadas com os bens obtidos da natureza (por exemplo agricultura de subsistência e agricultura comercial, silvicultura, pesca, extracção mineira e exploração de pedreiras), o sector secundário, que inclui actividades de construção civil e a produção de bens fabricados, e o sector terciário, composto pela indústria dos serviços (privados e públicos).

Tabela 2.3.2.2.1: PIB Real, Percentagens dos Sectores na Economia Não-Petrolífera entre 2005 e 2011

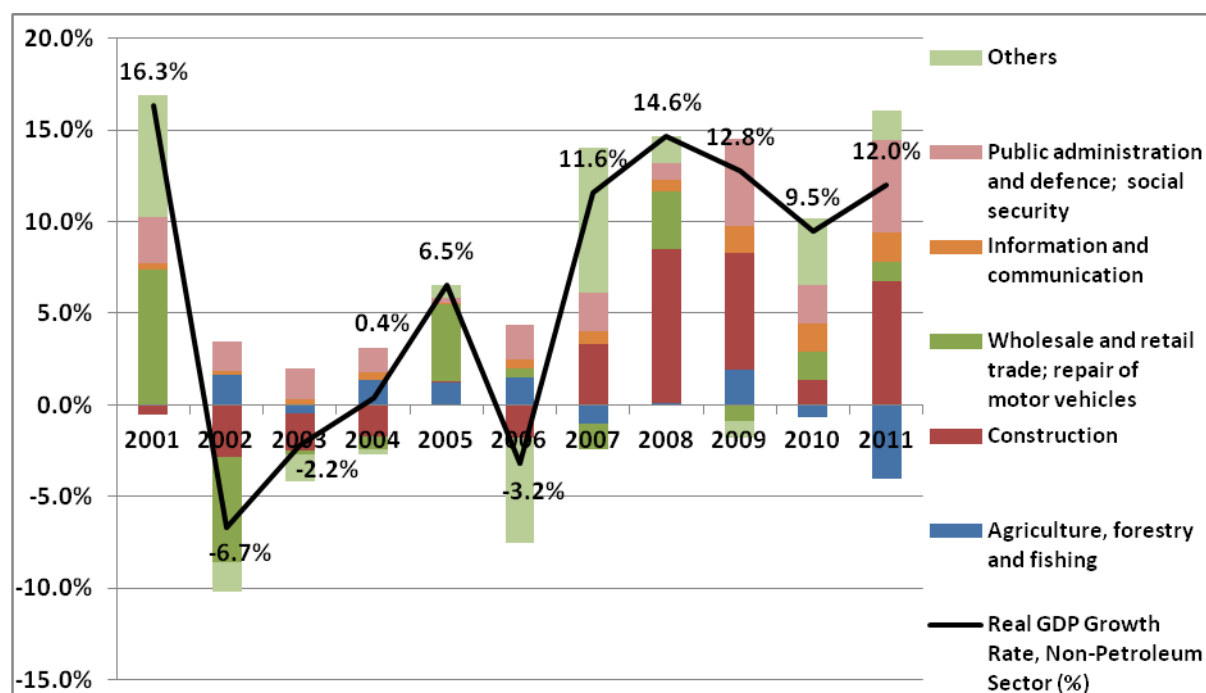
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB Não-Petrolífero Real	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Primário	30,0%	32,5%	28,5%	25,1%	24,1%	21,6%	15,9%
Secundário	8,2%	6,5%	9,2%	15,5%	19,9%	19,5%	23,3%
Terciário	60,7%	62,5%	61,3%	58,4%	58,8%	59,6%	59,4%
Mais Impostos menos Subsídios sobre Produtos	1,1%	-1,5%	1,0%	1,0%	-2,8%	-0,7%	1,4%

Fontes: Direcção Nacional das Políticas Económicas e Direcção-Geral de Estatística, Ministério das Finanças.

Esta tabela mostra que o sector terciário continua a dominar a economia não-petrolífera, com uma fatia de cerca de 60%. A fatia do sector primário no PIB (não-petrolífero) caiu durante os últimos cinco anos, em benefício do sector secundário, cuja fatia aumentou de 6,5% em 2006 para mais de 23% em 2011. Embora tenha descido ligeiramente em 2010, a fatia do sector secundário no PIB (não-petrolífero) teve uma recuperação espectacular em 2011 e ultrapassou pela primeira vez a fatia do sector primário. Isto pode representar um desenvolvimento positivo para a economia de Timor-Leste, uma vez que a transição do sector primário para o sector secundário é uma característica comum de economias cujos rendimentos estão a aumentar. Ainda assim, é necessário fazer duas notas relativamente a esta evolução no contexto de Timor-Leste.

A primeira nota diz respeito às razões subjacentes ao declínio da fatia do sector privado. A segunda nota prende-se com a natureza do aumento da fatia do sector secundário no PIB (não-petrolífero). Em Timor-Leste o sector primário é dominado pela agricultura, a qual representa mais de 90% deste sector. A forma comum em como um declínio na *fatia* do sector privado em benefício do sector secundário ou do sector terciário pode ser visto como um desenvolvimento positivo é quando há um *aumento* nos *níveis* do sector secundário ou do sector terciário superior ao *aumento* nos *níveis* do sector primário. Isto não parece ter acontecido em Timor-Leste: é certo que houve uma expansão assinalável dos *níveis* do sector secundário nos últimos cinco anos, porém esta foi acompanhada por um mau desempenho da actividade agrícola. Entre 2006 e 2011, a agricultura (que engloba também a silvicultura e as pescas) desceu em termos absolutos (e a preços – ou volumes – constantes) mais de 18%, sendo que apenas num ano durante este período se registou um crescimento significativo (2009, quando houve um crescimento de aproximadamente 8%). Este declínio ficou a dever-se a más condições atmosféricas. Assim sendo, o crescimento relativo do sector secundário em 2011 parece dever-se em grande medida à má actividade agrícola ao longo dos últimos cinco anos. Por outras palavras, se o crescimento agrícola tivesse acompanhado o crescimento do PIB (não-petrolífero), o sector primário teria mantido o seu domínio em relação ao sector secundário.

Gráfico 2.3.2.2.2: Contribuição por Sector para as taxas de crescimento real do PIB (Sector Não-Petrolífero) entre 2001 e 2011



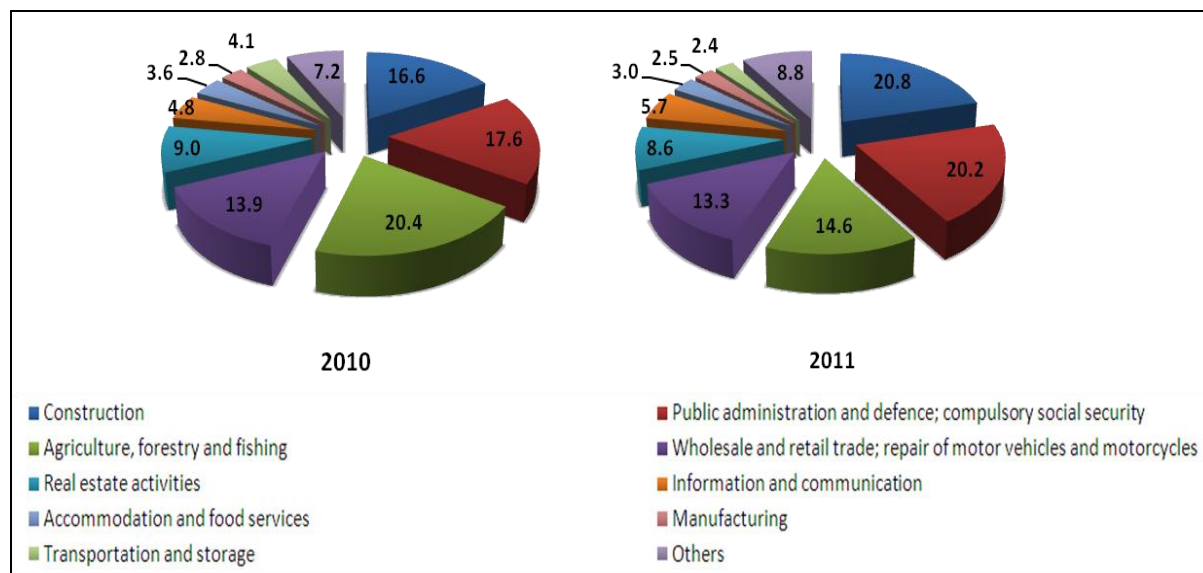
Fontes: Direcção Nacional das Políticas Económicas e Direcção-Geral de Estatística, Ministério das Finanças.

A segunda nota refere-se à natureza do crescimento dentro do sector secundário. Tal como se referiu acima, este sector engloba actividades de produção e de construção civil. Muitos países em vias de desenvolvimento, nomeadamente vários países em vias de desenvolvimento na Ásia em décadas recentes, registaram um aumento no PIB com a expansão de actividades de produção. Em Timor-Leste, porém, a produção representa uma pequena parte da actividade económica, tendo na verdade descido em termos reais entre 2009 e 2011. O crescimento do sector secundário deve-se assim ao aumento nas actividades de construção civil. Esta distinção é importante, já que o crescimento resultante da produção pode ser mantido a médio prazo (desde que as indústrias permaneçam competitivas ou desde que surjam novas indústrias), ao passo que o crescimento resultante da construção civil, sobretudo num país pequeno como Timor-Leste e quando financiado em grande medida por despesas governamentais, terá eventualmente de abrandar. Isto implica que para o crescimento continuar forte no futuro é necessário fazer uma transição para outros motores de crescimento. Em particular, o sector privado terá de se tornar a força principal por detrás da actividade económica.

O Gráfico 2.3.2.2.2 mostra que os dois principais motores de crescimento ao longo dos últimos cinco anos foram de facto a 'Administração Pública' e a 'Construção Civil', as quais foram impulsionadas por despesas governamentais. As outras categorias têm sido inconsistentes na sua contribuição para o crescimento económico. A 'Agricultura', que impulsionou o crescimento em 2009, teve um contributo negativo nos dois anos seguintes.

De igual modo, o ‘Comércio Grossista e de Retalho’ teve um contributo positivo em 2008, 2010 e 2011 e um contributo negativo em 2007 e 2009. A única outra categoria com um registo consistentemente positivo nos últimos cinco anos foi a de ‘Informações e Comunicações’, a qual deverá continuar com um percurso positivo a médio prazo em resultado da liberalização do sector das telecomunicações em 2012.

Gráfico 2.3.2.2.3: PIB, Sector Não-Petrolífero por Categoria (%) em 2010 e 2011



Fontes: Direcção-Geral de Estatística (DGE) e Direcção Nacional da Política Económica (DNPE)

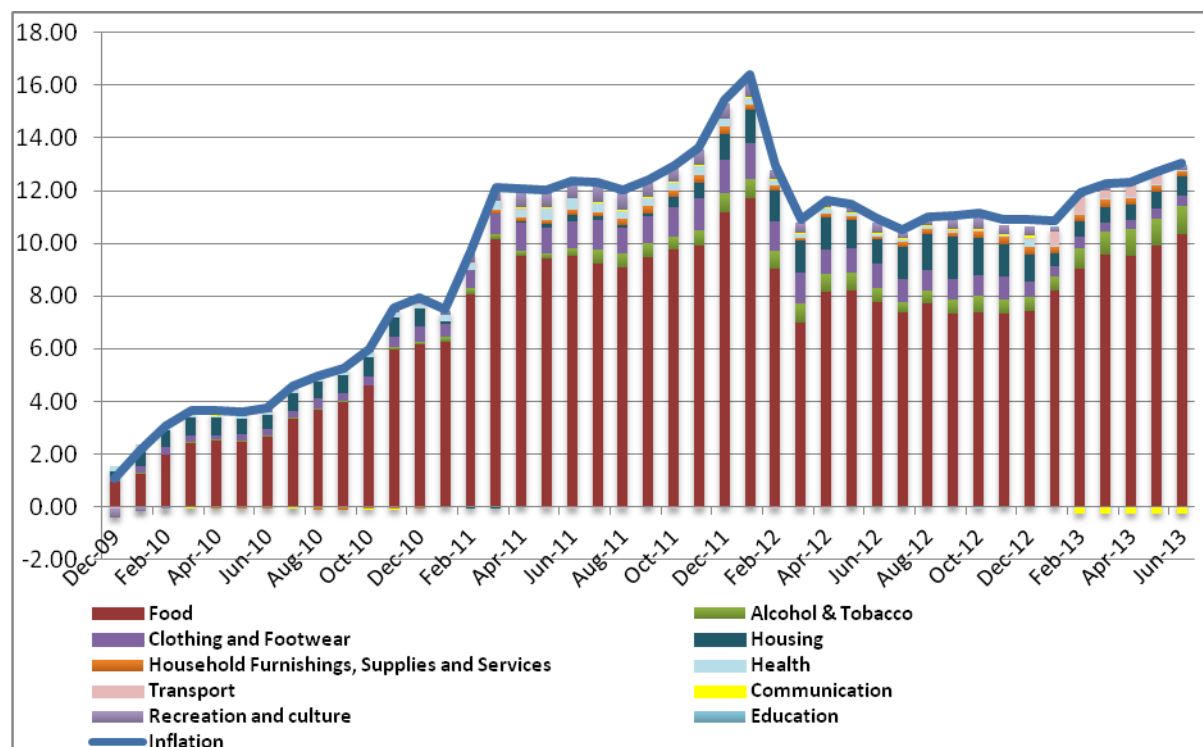
O Gráfico 2.3.2.2.3 apresenta a contribuição das principais categorias para o PIB (não-petrolífero) em 2010 e 2011. Em 2011 a ‘Construção Civil’ ultrapassou a ‘Agricultura’ como a categoria principal, com a sua fatia no PIB (não petrolífero) a aumentar dos 16,6% para perto de 21%. Na verdade, devido ao mau tempo que provocou uma diminuição muito acentuada na produção em 2011 (nomeadamente de milho), a agricultura foi somente a terceira maior categoria em 2011, com a sua fatia a descer para os 14,6%. As outras categorias parecem ter permanecido relativamente em linha com o ano anterior, sendo que apenas a categoria de ‘Informações e Comunicações’ aumentou a sua fatia, ao passo que a categoria de ‘Transportes e Armazenamento’ registou uma quebra acentuada resultante em grande medida da inflação elevada, a qual fez aumentar os custos com os transportes durante 2011.

Em jeito de conclusão, nos últimos anos Timor-Leste conseguiu uma das taxas de crescimento económico mais elevadas no mundo inteiro. O ano de 2011 não foi excepção, com uma taxa de crescimento de 12,0% (no sector não-petrolífero). Todavia a maior parte deste crescimento deveu-se a despesas governamentais. Isto é justificável em face da necessidade de fazer arrancar a economia e está em linha com a política de antecipação do Governo, reflectida em investimentos na melhoria de infra-estruturas e no desenvolvimento de capital humano, duas condições fundamentais para o desenvolvimento a longo prazo. Contudo as taxas de crescimento económico muito elevadas não poderão ser mantidas de

forma sustentável apenas pelo Governo, já que isso teria implicações ao nível da sustentabilidade fiscal a longo prazo e da taxa de inflação, a qual se quer dentro dos valores estabelecidos no PED (isto é, entre os 4 e os 6 por cento).

2.3.2.3: Inflação Doméstica

Gráfico 2.3.2.3.1: Alteração no IPC Homólogo de Díli por Categoria (%)



Fontes: Direcção Nacional das Políticas Económicas e Direcção de Estatística

Recentemente a inflação em Timor-Leste tem estado de forma consistente acima dos 4 a 6% estabelecidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento. Nos últimos dois anos a inflação tem estado sempre nos dois algarismos, ainda que se encontre agora consideravelmente abaixo do valor máximo já atingido. Em Dezembro de 2012 a inflação homóloga em Timor-Leste foi de 10,9%, comparativamente com uma taxa de inflação de 15,4% em Dezembro de 2011 (Gráfico 2.3.2.3.1). Taxas de inflação elevadas têm um impacto negativo na competitividade do país e no poder de compra da sua população. Deste modo, uma inflação baixa andarà provavelmente lado a lado com um crescimento inclusivo e sustentado.

O aumento geral entre Dezembro de 2011 e Dezembro de 2012 foi de dois dígitos tanto nos distritos como em Díli, ainda que tenha sido ligeiramente mais elevado em Díli. Porém nem todas as categorias que contribuem para a taxa de inflação geral cresceram à mesma velocidade. O facto de a categoria de “alimentos e bebidas não-alcoólicas” ter registado um aumento desproporcionalmente elevado de 33,5% entre Dezembro de 2010 e Dezembro de 2012 é preocupante, uma vez que engloba diversos bens essenciais e é passível de ter um impacto forte sobre o consumidor médio.

As subcategorias dentro da categoria “alimentos e bebidas não-alcoólicas” que registaram aumentos substanciais nos seus níveis de preços foram as subcategorias de “arroz”, “bebidas não-alcoólicas”, “fruta” e “vegetais”.

Para lá dos alimentos, outras categorias que registaram aumentos incluem as categorias de “transportes” e de “vestuário e calçado”. A primeira registou um aumento de 10,6% ao longo de 2012 em todo o território de Timor-Leste, o que ainda assim reflecte um abrandamento quando comparado com o aumento de 15,5% entre Dezembro de 2010 e Dezembro de 2011. No que diz respeito à categoria de “vestuário e calçado” há diferenças substanciais na taxa de aumento de preços entre Díli e os distritos. Embora a taxa de inflação geral nesta categoria tenha sido moderada (6,0% entre Dezembro de 2011 e Dezembro de 2012), foi muito mais elevada em Díli (16,3% ao longo do mesmo período), devido em grande medida ao aumento dos preços no vestuário masculino. Seja como for, este aumento continua a ser mais baixo do que o registado entre Dezembro de 2010 e Dezembro de 2011 (19,8%).

Temos assim que, embora a maior parte das categorias apresente um abrandamento da inflação comparativamente com o que se verificou durante o ano de 2011, a inflação continuada do preço dos alimentos é preocupante, sobretudo porque os preços de alguns produtos continuaram a aumentar a velocidades muito elevadas apesar de se terem feito esforços para controlar esta inflação. Será talvez recomendável investigar de forma mais detalhada os factores subjacentes a este aumento.

Estas tendências poderão provavelmente ser explicadas pelos efeitos conjuntos de factores domésticos e internacionais, ainda que a inflação em 2012 se deve a factores domésticos, uma vez que os factores internacionais foram no geral razoavelmente favoráveis (comparativamente com 2011), como por exemplo a valorização (no cômputo geral) do dólar e a redução dos preços internacionais de alimentos.

Durante o ano de 2012, embora os preços internacionais de alimentos tenham sido bastante voláteis, permaneceram ainda assim bem aquém dos picos de 2011 ou 2010, o que deve implicar aumentos menores nos preços de alimentos em 2012 (ainda que alguns dos níveis de preços altos em 2011 possam ter sido transportados para 2012).

Para lá disto, o dólar valorizou-se durante 2012, em especial nos primeiros seis meses, o que deverá também reduzir a pressão inflacionária, em especial ao nível de bens importados.

Os preços internacionais do petróleo dispararam no primeiro trimestre de 2012, porém no geral ficaram abaixo dos níveis de 2011.

É assim muito provável que a oferta e a procura domésticas tenham impulsionado a inflação em 2012. As elevadas despesas governamentais em 2011 e durante 2012, especialmente ao nível das despesas recorrentes, podem explicar parte da inflação com o estímulo da procura

doméstica. Deste modo a meta governamental de moderar as despesas do Governo estará em linha com taxas de inflação mais baixas.

Na primeira metade de 2013 a inflação homóloga tem permanecido constantemente nos dois algarismos. Há também vários itens que continuaram a aumentar. Por exemplo, o preço dos “alimentos e bebidas não-alcoólicas” subiu 5,6% entre Dezembro de 2012 e Junho de 2013. Vale também a pena referir que o IPC foi revisto no início de 2013, com vista a alterar alguns dos pesos e classificações de determinados bens. Estas alterações deverão conduzir a um cabaz de compras mais preciso, retratando assim melhor a inflação.

2.3.2.4: Emprego

Considerados em conjunto, os Censos de 2004 e 2010 e o Estudo da População Activa de 2010 sugerem um padrão interessante no que se refere ao emprego agrícola. Em 2004 o censo estimou que 76,2% da população estava dependente da agricultura. Todavia, em 2010 as estimativas foram dos 51,2% (Estudo da População Activa de 2010) aos 63,1% (Censo de 2010). Isto implica que, apesar de as estimativas divergirem, ambos os estudos parecem concordar que houve uma mudança para fora do sector “tradicional” sem que se tivesse registado uma quebra na produção da maior parte das principais colheitas, o que sugere um aumento da produtividade do sector agrícola.

Em termos de emprego por parte do Governo, o Censo de 2010 sugere que o Governo emprega actualmente 15% da população, comparativamente com 5% em 2004, o que parece também destacar a cada vez maior importância do Sector Público na Economia. O Censo de 2010 estima também um aumento na proporção de população empregada por firmas privadas (11,5%, comparativamente com 3% em 2004) e uma redução na proporção de população empregada por conta própria fora da agricultura (6,1% comparativamente com 10% em 2004). Por fim, o Estudo da População Activa sugere que 5,2% e 17,7% da população activa estava empregado nos sectores da ‘Construção Civil’ e do ‘Comércio Grossista e de Retalho’, respectivamente. Estes estudos sugerem duas tendências importantes. Em primeiro lugar, o sector público tornou-se mais proeminente em termos de emprego desde 2004. Em segundo lugar, o sector privado parece estar a assumir uma maior importância, já que se estima que a fatia do emprego (medida como % da população activa) no sector privado tenha quase quadruplicado em seis anos. Deste modo, estes estudos parecem também corroborar o facto de que Timor-Leste assistiu a uma diversificação em termos da composição sectorial do seu emprego entre 2004 e 2010 e que o sector privado se está a tornar um sector cada vez mais importante ao nível de emprego em Timor-Leste.

No que diz respeito ao sector privado, as publicações recentes da Direcção-Geral de Estatística, nomeadamente o “Estudo da Actividade Empresarial de 2010” e o “Estudo da Actividade Empresarial de 2011”, permitem-nos investigar de forma mais detalhada a actual estrutura do sector privado em Timor-Leste. Estes estudos sugeriram a criação de quase 10.000 postos de trabalho em empresas não-petrolíferas entre 2010 e 2011. Todavia o

emprego no sector privado continua a ser dominado pelos sectores da Construção Civil e do Comércio Grossista e de Retalho, os quais em 2010 empregaram juntos 42,1% da população a trabalhar em negócios. Esta percentagem aumentou ainda mais em 2011, devido a uma subida acentuada do emprego na construção civil. Em 2011, só o sector da construção civil empregava 31,9% de todas as pessoas empregadas em negócios de produção não-petrolíferos, ao passo que a percentagem de pessoas empregadas no sector do Comércio Grossista e de Retalho permaneceu relativamente constante (aproximadamente 23%). Temos assim que, embora o número de empregos criados seja encorajador, o emprego no sector privado parece ser dominado por dois sectores e alimentado por gastos do Governo.

Para lá disto, ainda que os dados pareçam sugerir que o emprego em Timor-Leste melhorou tanto em termos de dimensão como de estrutura, estima-se que 175.000 pessoas continuem em situação de “emprego precário” (Estudo da População Activa de 2010). Esta situação resulta em grande medida dos indivíduos empregados na agricultura e deverá diminuir à medida que o emprego no país se afasta da dependência da agricultura.

Relativamente às perspectivas de emprego a médio e longo prazo em Timor-Leste, existem vários desafios aparentes. Em primeiro lugar, de acordo com o Estudo da População Activa de 2010 existem actualmente 366.000 indivíduos com mais de 15 anos considerados “inactivos”, sendo que grande parte são estudantes. Em segundo lugar, o mesmo documento indica que existem 458.000 pessoas com menos de 14 anos, o que implica que nos próximos 10 a 20 anos haverá um fluxo muito substancial de cidadãos à procura de trabalho em Timor-Leste.

O estímulo da actividade económica por via das despesas do Governo traduzir-se-á na criação de emprego em Timor-Leste. O Orçamento do Estado para 2014 garante financiamento suficiente para os vencimentos pagos pelo Governo. Isto inclui vários funcionários públicos adicionais que serão contratados e / ou que passarão a efectivos em 2014, conforme detalhado na secção sobre despesas.

O Orçamento do Estado contém igualmente um montante substancial destinado ao desenvolvimento de infra-estruturas através do país. Estes projectos têm potencial para criar, no cômputo geral, cerca de 16.000 empregos directos⁸. Serão ainda criados vários empregos indirectos, embora seja muito difícil calcular um número exacto devido à natureza imprevisível dos resultados das novas infra-estruturas e à escassez de dados disponíveis neste momento.

2.3.2.5: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) consistem em vários objectivos amplos medidos por uma série de indicadores económicos e sociais que acompanham de

⁸ Estimativa da DNPE (com base em casos de estudo do país e em valores preliminares do Estudo de Recolha de Dados de Timor-Leste sobre o Plano de Estudo Pragmático da População Activa – JICA).

forma geral o percurso de desenvolvimento de um determinado país. Esta secção apresentará um panorama, utilizando os dados mais recentes sobre cada um dos ODMs, bem como estatísticas relacionadas.

Erradicação da Pobreza Extrema e da Fome

Em termos de pobreza, o Estudo dos Níveis de Vida em Timor-Leste de 2007 indicou que 49,9% dos timorenses viviam abaixo da linha nacional de pobreza de 0,88 dólares por dia. Segundo a medição do Banco Mundial em 2010, a incidência da pobreza desceu para cerca de 41%. Esta diminuição foi atribuída em grande medida ao esforço pós-2007. Estão a ser feitos esforços para obter uma estimativa mais recente da pobreza em Timor-Leste, a qual poderá ser comparada directamente com o valor derivado do ENVTL de 2007.

No que diz respeito à fome, o objectivo do Governo era conseguir segurança e sustentabilidade alimentares até 2014. Em 2012 registou-se um aumento acentuado na produção e produtividade do arroz e do milho, comparativamente com 2011. Todavia este valor permaneceu bem abaixo dos níveis de produção e produtividade de 2010.

Relativamente à prevalência da fome (falta de alimentos) e da má nutrição (deficiência em termos de nutrientes adequados) em Timor-Leste, o Estudo Demográfico e de Saúde de 2009 e 2010 indicou que 53% de todas as crianças com menos de 5 anos tinham um crescimento abaixo do normal para a idade, e que 33% tinham um crescimento muito abaixo do normal para a idade. O estudo indicou também que 52% das crianças com menos de cinco anos tinham um peso abaixo do normal para a idade. Não estão disponíveis dados mais recentes. Estas situações devem estar fortemente correlacionadas com a produção, distribuição e preço dos alimentos – questões que o Governo considera como sendo altamente prioritárias. Outros factores prováveis são a falta de educação quanto aos benefícios da nutrição e questões culturais, como a ênfase excessiva em alimentos base.

Matrícula Universal no Ensino Primário

Registou-se uma melhoria acentuada nas taxas de matrícula no ensino primário. Em 2007 o Estudo dos Níveis de Vida em Timor-Leste estimou uma taxa líquida de matrículas de 65,6%. Em 2009 o Ministério da Educação estimou uma taxa líquida de matrículas no ensino primário de 82,7%, com uma proporção de 0,92 raparigas por cada rapaz. O Estudo dos Rendimentos e Despesas dos Agregados Familiares de 2011 indicou uma taxa líquida de matrículas de 84,7%. Para lá disto, vale a pena referir que, segundo o Estudo dos Rendimentos e Despesas dos Agregados Familiares de 2011, as taxas líquidas de matrículas são mais elevadas para as raparigas do que para os rapazes no ensino primário e especialmente no ensino secundário.

Promoção da Igualdade dos Géneros e Emancipação das Mulheres

No que toca a igualdade dos géneros, a percentagem de assentos parlamentares ocupados por mulheres ultrapassa actualmente o alvo governamental de 35% (situando-se nos 38,5%), sendo a 16ª percentagem mais elevada no mundo inteiro. Em termos de violência

doméstica, as tendências da Unidade de Pessoas Vulneráveis da PNTL indicam uma diminuição no número de casos *reportados* de violência doméstica, tendo passado de 629 casos em 2010 para 530 em 2012.

Redução da Mortalidade Infantil

Timor-Leste já concretizou o seu objectivo de reduzir em dois terços a mortalidade de crianças até cinco anos. De acordo com o EDS de 2009 e 2010, a taxa de mortalidade infantil desceu para 64 por cada 1000 nados vivos, superando assim o alvo de 96 por cada 1000 nados vivos.

Melhoria da Saúde Materna

A saúde materna, porém, continua a ser uma questão séria, com o EDS de 2009 e 2010 a indicar 557 mortes por cada 100.000 nados vivos (contra um alvo de 252 mortes por cada 100.000 nados vivos). Ainda mais preocupante é o facto de o EDS ter destacado que aproximadamente 40% de todas as mulheres entre os 15 e os 49 anos falecidas nos sete anos anteriores ao estudo morreram devido a gravidezes ou complicações relacionadas com gravidezes. Ainda assim o cenário actual apresenta uma ligeira melhoria comparativamente com as estimativas de 2000, as quais indicavam uma mortalidade materna de 660 mortes por cada 100.000 nados vivos.

Combate ao VIH / SIDA, à Malária e a outras doenças

A malária é uma das principais preocupações ao nível de saúde pública, com mais de 80% da população a estar em situação de risco elevado e com uma grande percentagem de casos a dizer respeito a crianças.

Em termos de VIH / SIDA, embora a taxa de infecção seja bastante reduzida tem-se registado um aumento substancial no número de casos de VIH reportados, passando-se de 1 caso em 2001 para 317 em 2012.

Garantia de Sustentabilidade Ambiental

No que se refere à sustentabilidade ambiental, um estudo do PMC da OMS – UNICEF em 2011 indicou que 69% tinham acesso a melhores fontes de água.

A actualização do PMC indicou que apenas 39% da população tinham acesso a melhores instalações de saneamento.

O Censo de 2010 sugere que perto de 96% dos agregados familiares usam lenha como fonte de energia para cozinhar, o que pode estar a contribuir para a ligeira diminuição da cobertura florestal registada entre 2001 e 2009, a qual passou de 51% para 50%. Isto implica que é pouco provável que Timor-Leste consiga atingir o alvo de ter 55% da sua área terrestre coberta por floresta até 2015.

Desenvolvimento de uma Parceria Global para o Desenvolvimento

Timor-Leste registou melhorias muito acentuadas em termos de acesso a novas tecnologias de informação e comunicação, com aproximadamente metade da população a ter actualmente acesso a telemóveis. Há igualmente melhorias semelhantes no que toca ao acesso à internet, a qual chega actualmente a cerca de 25% da população.

2.3.3: Perspectivas no Curto a Médio Prazo (2013 a 2018)

As taxas de crescimento económico apresentadas na Tabela 2.3.3.1 mostram os alvos de crescimento económico a médio prazo do Governo.

Tabela 2.3.3.1: Alvos e Previsões Económicas para 2013 a 2018

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Crescimento Económico Real, Sector Não-Petrolífero (%)	8,0%	8,8%	9,4%	10,0%	10,2%	10,3%
Inflação (período de doze meses, %)	7,6%	7,7%	7,7%	7,7%	7,7%	6,0%
Receitas Domésticas (milhões de dólares)	146,3	166,1	181,0	196,1	211,2	226,4

Fonte: Direcção Nacional das Políticas Económicas, Unidade de Administração do Fundo Petrolífero e Direcção-Geral de Estatística

Está previsto um forte crescimento ao longo dos próximos cinco anos, com uma média de 9,3% ao ano. As taxas mais modestas reportadas para 2013 e 2014 são consequência da intenção do Governo de aumentar a efectividade e a eficiência ao nível dos gastos públicos, de orçamentar as despesas de forma mais efectiva e de regressar a um caminho fiscal sustentável. As taxas de crescimento mais elevadas entre 2015 e 2018 reflectem o cenário planeado em que o crescimento do sector privado será fomentado por fortes reformas políticas e por investimentos governamentais efectivos em capital humano e físico.

Caixa de Foco: Estudo dos Rendimentos e Despesas dos Agregados Familiares de 2011

A presente caixa de foco irá destacar alguns dos aspectos mais importantes do Estudo dos Rendimentos e Despesas dos Agregados Familiares de 2011 recentemente disponibilizado pela Direcção-Geral de Estatística. Esta publicação incide alguma luz em relação a decisões e padrões importantes sobre consumo, rendimentos e despesas em Timor-Leste.

O estudo destaca vários padrões de despesas, alguns dos quais parecem salientar um custo económico “cultural” não irrisório. Isto é ilustrado pela proporção de despesas (excluindo renda) alocadas a festividades e outras cerimónias, as quais se pensa que totalizem 21,2% em áreas urbanas e 25,9% em áreas rurais. Estes números indicam um custo económico considerável induzido por fenómenos socioculturais e pelas regras sociais implícitas que os sustentam. Vale a pena referir que cerca de 46% desta despesa é com funerais, os quais acontecem por norma em alturas incertas e imprevisíveis, deixando o agregado familiar numa posição vulnerável. Para lá disto, em virtude de esta despesa ser uma média, torna-se provável que o montante seja muito mais elevado nos agregados familiares que sofreram perdas recentes.

O estudo dá também uma ideia do cabaz de alimentos do cidadão timorense médio, o que é de longe a maior despesa recorrente dos agregados familiares em Timor-Leste. O estudo mostra que as principais categorias de despesa para o agregado familiar médio são cereais e vegetais, destacando ainda que, mesmo nas áreas rurais, a principal despesa é com arroz estrangeiro, possivelmente em resultado do preço elevado do arroz local. Contudo, é surpreendente notar que os timorenses parecem gastar muito pouco com milho, em comparação com arroz, apesar de

várias partes do país serem propícias ao cultivo do milho.

Em termos de educação, o estudo dos agregados familiares revela também uma correlação muito acentuada entre rendimentos e educação. Em média as pessoas com estudos universitários ganham perto do dobro do vencimento das pessoas que apenas têm o ensino primário, o que sugere que pode haver um prémio ao nível de vencimentos resultante da educação.

Outro factor interessante destacado pelo relatório é que os agregados familiares cujos chefes falam português ou inglês ganham em média substancialmente mais do que os restantes. Isto reflecte provavelmente a elevada procura por indivíduos que possuam estas qualificações linguísticas, as quais são (relativamente) raras entre os timorenses.

Por fim, o estudo indica também uma disparidade acentuada entre áreas urbanas e rurais em termos de despesa em certos itens. O valor dos bens de consumo do agregado familiar urbano médio é mais de sete vezes superior ao dos agregados rurais. Isto é verificável em todas as categorias utilizadas no estudo, sobretudo em termos de “transportes”, “informações e entretenimento” e “electrodomésticos de cozinha, lavagem e costura”, onde o valor dos bens de consumo do agregado familiar urbano é pelo menos seis vezes superior ao dos agregados rurais.

O Governo tem procurado de forma activa reduzir as disparidades entre áreas urbanas e rurais, bem como desenvolver as áreas rurais através de programas como o PNDS, o PDID, o programa de subsídio ao arroz e o PDD, o qual visa apoiar os alvos referentes ao crescimento inclusivo e sustentável.

2.4: Despesas e Compromissos dos Parceiros de Desenvolvimento

2.4.1 Despesas por Fundo

A Tabela 2.4.1.1 mostra as despesas por fundo; segundo gastos concretos em 2012, de acordo com os valores para 2013 do Livro do OE do ano anterior, das despesas orçamentadas para 2014 e das projecções para anos seguintes. O FCTL, o Fundo das Infra-estruturas e o FDCH representarão 69,0%, 28,3% e 2,7% do total das despesas do Governo em 2014, respectivamente. Está previsto que as despesas gerais desçam, devido sobretudo a reduções no Fundo das Infra-estruturas, à medida que o Governo prossegue políticas que conduzirão a um crescimento económico inclusivo e de elevada qualidade, sustentabilidade fiscal e implementação efectiva de projectos de infra-estruturas em curso. A tendência decrescente dos compromissos dos parceiros de desenvolvimento deverá continuar.

Tabela 2.4.1.1: Despesas por Fundo, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	LO1 de 2013	Orçam. para 2014	2015	2016	2017	2018
Orçamento de Fontes Combinadas	1.451,2	1.850,9	1.677,9	1.876,4	1.971,6	1.613,1	1.505,1
Despesas Governamentais por Fundo	1.197,6	1.647,5	1.500,0	1.809,2	1.927,1	1.611,5	1.503,5
FCTL	789,3	1.000,7	1.034,9	1.076,3	1.119,3	1.164,1	1.210,6
FDCH	32,2	42,4	40,0	45,0	45,0	49,0	49,0
Fundo das Infra-estruturas	376,1	604,4	425,1	687,9	762,8	398,4	243,9
Compromissos de Parceiros de Desenvolvimento	253,6	203,4	177,9	67,2	44,5	1,6	1,6

Fontes: Direcção Nacional do Orçamento e Unidade de Gestão de Parcerias de Desenvolvimento

2.4.2 Despesas do FCTL

O FCTL providencia financiamento para a condução do Governo de Timor-Leste. Todos os orçamentos dos ministérios operacionais estão incluídos neste fundo, em cinco categorias de dotações distintas divididas entre despesas recorrentes e de capital. Isto está detalhado na Tabela 2.4.2.1. Embora as despesas globais do FCTL tenham aumentado de forma modesta entre 2013 e 2014 (em 3,4%), as categorias individuais são mais variáveis, com as despesas recorrentes a aumentar 12,0% e as despesas de capital a diminuir 30,7%. As categorias de dotações individuais serão discutidas nas secções seguintes.

O Governo reconhece que o aumento das despesas do FCTL, especialmente as despesas recorrentes, pode ser visto como um crescimento irreversível na dimensão da função pública e do Governo, contrariamente à política de sustentabilidade fiscal. Contudo, devido

ao quadro contabilístico utilizado no processo orçamental, uma parte significativa destas despesas pode ser classificada como investimento, com características sociais ou físicas. Este investimento está em linha com o objectivo de ter um crescimento inclusivo e de elevada qualidade. Isto será tornado explícito quando aplicável durante a discussão das diversas categorias de dotações.

Tabela 2.4.2.1: Despesas do FCTL por Categorias de Dotações, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	Orçam. para 2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total de Despesas do FCTL	789,3	1,000,7	1.034,9	1.076,3	1.119,3	1.164,1	1.210,6
Recorrentes	659,0	798,6	894,7	930,5	967,8	1.006,5	1.046,7
Salários e Vencimentos	130,9	160,5	166,9	173,6	180,6	187,8	195,3
Bens e Serviços	309,7	399,1	435,6	453,1	471,2	490,0	509,6
Transferências Públicas	218,5	239,0	292,2	303,9	316,0	328,7	341,8
Capital	130,3	202,1	140,1	145,7	151,6	157,6	163,9
Capital Menor	42,0	49,6	39,7	41,3	43,0	44,7	46,5
Capital de Desenvolvimento	88,3	152,5	100,4	104,4	108,6	112,9	117,5

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento

2.4.2.1: Salários e Vencimentos

Está previsto que os Salários e Vencimentos cresçam de forma modesta para 166,9 milhões de dólares em 2014, um aumento de 4,0% comparativamente com o Orçamento para 2013. Isto está em linha com a política governamental de desenvolver uma função pública dinâmica, efectiva e eficiente, sem no entanto deixar a folha de pagamentos de Salários e Vencimentos aumentar de forma descontrolada. As medidas principais são delineadas de seguida.

- 4,7 milhões de dólares para o Ministério da Saúde destinados ao estatuto especial de carreira para profissionais médicos. Tal como acontece no sector da educação, o Governo acredita que é importante motivar os profissionais no sector da saúde para desenvolver rapidamente padrões de cuidados de saúde no país.
- 1,0 milhões de dólares para o Ministério dos Negócios Estrangeiros a fim de contratar funcionários para as novas embaixadas no Laos, Camboja, Brunei e Myanmar. O Governo acredita que o estabelecimento de embaixadas nestes países é essencial para aumentar a reputação e influência de Timor-Leste na região, em especial numa altura em que Timor-Leste está a procurar aderir à ASEAN.

2.4.2.2: Bens e Serviços

Está previsto que a despesa com Bens e Serviços aumente para 435,6 milhões de dólares em 2014, um aumento de 9,2% relativamente ao total de 399,1 milhões em 2013. Esta continua a ser de longe a maior categoria no FCTL. De seguida apresentam-se as principais medidas e detalhes sobre investimentos.

Medidas Políticas

- 100,8 milhões de dólares para o Ministério das Obras Públicas e para a EDTL destinados às centrais eléctricas de Hera e Betano, a qual foi aberta recentemente. Esta despesa diz respeito a custos operacionais e de manutenção, bem como a custos com o fornecimento de combustível para os geradores. O Governo considera que a provisão consistente de energia eléctrica é fundamental para o desenvolvimento do país, dado que permite melhorar o nível de vida dos cidadãos e atrair investimento estrangeiro.
- 26,9 milhões de dólares para o Ministério da Educação destinados ao programa de alimentação nas escolas. Este programa reflecte o facto de que a má nutrição é um problema grave em Timor-Leste, sobretudo para cidadãos mais jovens. Como tal, o montante gasto com este programa irá aumentar de 0,15 para 0,25 dólares por aluno por dia.
- 24,7 milhões de dólares para a Reserva de Contingência, o qual é utilizado pelo Governo caso ocorram despesas não planeadas durante o ano.
- 13,0 milhões de dólares para o Ministério da Saúde, a fim de comprar medicamentos essenciais. O Governo considera que isto é fundamental para melhorar os cuidados de saúde e as condições dos cidadãos doentes e inválidos.
- 9,5 milhões de dólares para o Ministério da Educação, de modo a pagar salários aos professores no regime de transição do Ministério da Educação. Esta medida irá englobar 4.220 professores espalhados por todo o país. Uma força de trabalho bem remunerada no sector da educação ajudará a encorajar e a motivar professores para a criação de uma população instruída e capaz de ajudar Timor-Leste a crescer e a desenvolver-se nas gerações futuras.
- 7,8 milhões de dólares para o Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente, a fim de importar arroz e comprar produtos locais a partir de fontes domésticas. Esta despesa contribui para a segurança alimentar de Timor-Leste, providenciando igualmente uma ligação vital entre agricultores e vendedores locais. Isto encorajará o desenvolvimento agrícola e o crescimento de um sector privado doméstico.

- 4,6 milhões de dólares para o Ministério da Agricultura, com vista à compra de sementes. Isto é essencial para o desenvolvimento do sector agrícola e para providenciar nutrição e segurança alimentar.
- 2,1 milhões de dólares para financiar a presidência timorense da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Isto é uma grande honra para Timor-Leste e dará ao país a oportunidade de se promover num palco internacional juntamente com parceiros comerciais importantes.
- 3.0 milhões de dólares para o Ministério da Saúde a fim de providenciar alimentos para pacientes nos hospitais. Isto é importante para assegurar nutrição adequada a cidadãos doentes e para melhorar os padrões dos cuidados nos hospitais.
- 3.0 milhões de dólares para o Ministério da Agricultura destinados ao programa 'Suku Ida Produitu Ida' ('Uma Aldeia, Um Produto). Este programa pretende encorajar as aldeias a especializarem-se na produção de um determinado bem que será depois comprado pelo Governo.
- 1.0 milhões de dólares para conduzir estudos estatísticos como parte de um esquema piloto para o Censo de 2015.

Investimentos

O Governo acredita que é importante providenciar um contexto para os valores elevados apresentados no FCTL. Acredita ainda que uma parte significativa pode ser classificada como investimentos e não como aumentos na dimensão da função pública ou do sector governamental. Em termos de Bens e Serviços há 163.9 milhões de dólares, ou 37,6% do total dos gastos com Bens e Serviços, que podem ser classificados como investimento social ou investimento físico. Falando em termos gerais, investimento social diz respeito a programas concebidos para melhorar directamente as condições de vida dos cidadãos, enquanto investimento físico se refere a investimentos essenciais em objectos palpáveis essenciais para o bom funcionamento do país em grande e em pequena escala.

Investimentos Sociais

51,5 milhões de dólares (ou 11,8% do total da despesa com Bens e Serviços) podem ser considerados investimentos sociais. Estão aqui incluídos o programa de alimentação escolar, a compra de arroz e produtos locais e a comida para pacientes nos hospitais, tal como é discutido nas secções anteriores. Há também 761.000 dólares a serem providenciados à UNTL para bolsas de estudo directas.

Investimentos Físicos

Existem ainda outros 112,4 milhões de dólares (ou 25,8% do total) que podem ser classificados como investimento físico. Aqui englobam-se sobretudo os pagamentos elevados às centrais eléctricas, mas também se incluem o programa de sementes e o

programa 'Suku Ida Produ Ida' no Ministério da Agricultura, tal como referido anteriormente. Há também pagamentos adicionais por parte do Governo relativamente a empréstimos de 4,0 milhões de dólares e de 91.000 dólares à SEAPRI para apoiar o Centro de Bambu.

2.4.2.3: Transferências Públicas

O orçamento para Transferências Públicas vai aumentar de 239,0 milhões de dólares em 2013 para 292,2 milhões em 2014, um aumento de 22,3%. Este é o maior aumento em qualquer categoria de dotação do FCTL e é motivado sobretudo pela expansão de diversos programas de assistência social.

Medidas Políticas

- 139,4 milhões de dólares para o Ministério da Solidariedade Social destinados a pagamentos a veteranos, a idosos, a mães solteiras sob o programa 'Bolsa de Mãe' e a vítimas de desastres naturais. O Governo considera que é importante recompensar os cidadãos que serviram Timor-Leste no passado, bem como apoiar aqueles que possam precisar actualmente de ajuda.
- 25,0 milhões de dólares para o Ministério da Educação com vista à reabilitação de todas as escolas nos 13 distritos. Isto inclui novo mobiliário, instalações de água e saneamento e electricidade.
- 15,0 milhões de dólares para o Gabinete do Primeiro-Ministro a fim de apoiar as várias ONGs que desenvolvem trabalhos essenciais em Timor-Leste.
- 13,6 milhões de dólares para o Ministério da Administração Estatal a fim de financiar o programa do PNDS de assistência a aldeias. A provisão de assistência local faz parte da política governamental de encorajamento do crescimento e desenvolvimento sustentáveis.
- 11,0 milhões de dólares para o Ministério da Justiça destinados a compensações relativas a terras e ao programa 'Ita nia Rai' ('A Nossa Terra').
- 10,0 milhões de dólares para concessão de empréstimos a empresas locais do sector privado. O Governo considera que isto faz parte da sua estratégia de desenvolvimento para fomentar um crescimento sustentável e de qualidade elevada no futuro.
- 10,0 milhões de dólares para a SEFOPE destinados ao programa de estradas rurais. Esta iniciativa visa melhorar as ligações de transportes entre aldeias e são construídas por mão-de-obra local.
- 9,0 milhões de dólares para o Ministério da Saúde a fim de subsidiar várias clínicas de saúde espalhadas por Timor-Leste assim como enviar cidadãos Timorenses para o

estrangeiro a fim de receberem tratamento médico, reforçando assim o compromisso do Governo em prol da melhoria dos cuidados de saúde.

- 5,5 milhões de dólares para a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto destinados a actividades desportivas ao nível comunitário. O Governo reconhece a importância dos eventos desportivos ao nível local para fomentar o espírito comunitário e proporcionar actividades aos jovens, bem como ao nível nacional para criar um sentimento de orgulho e de unidade nacionais.
- 5,0 milhões de dólares para financiar as pensões de Primeiros-Ministros, Presidentes da República, Presidentes do Parlamento, Ministros do Governo e Membros do Parlamento.
- 5,0 milhões de dólares em donativos a outros países por razões humanitárias e de desenvolvimento e para auxílio a situações de desastre.
- 3,6 milhões de dólares para o MCIA para financiar grupos de cooperativas e apoiar o desenvolvimento de pequenas indústrias.
- 2,5 milhões de dólares em apoio à Guiné-Bissau.
- 2,0 milhões de dólares para a SEPFOPE a fim de apoiar fábricas que produzem materiais locais para construção civil. Estes materiais são utilizados para construir as casas do projecto dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.
- 1,0 milhões de dólares para a compra de painéis solares para comunidades sem acesso à rede nacional de electricidade.

Investimentos

O Governo considera que a maior parte das despesas (260,7 milhões de dólares, ou 89,2% do total) na categoria de dotação de Transferências Públicas constitui investimento com características sociais ou físicas. Isto é assim já que muitas despesas nesta categoria pretendem melhorar as condições de vida de grande parte dos cidadãos mais desfavorecidos em Timor-Leste.

Capital Social

195,7 milhões de dólares (67,0% do total) desta categoria podem ser classificados como investimento social, com a maior parte do total a resultar do grande montante alocado a pagamentos a veteranos, idosos, mães solteiras e pessoas afectadas por desastres. O resto engloba apoio a ONGs, compensações relativas a terras, programa 'Ita nia Rai', subsídios a clínicas de saúde, actividades desportivas, donativos e apoio a países estrangeiros (incluindo à Guiné-Bissau) e compra de painéis solares, conforme já foi aqui discutido.

Para lá disto são atribuídos 3,1 milhões de dólares ao Ministério da Educação para apoiar universidades, 2,2 milhões à UNTL para bolsas de estudo juntamente com parceiros, 1,7

milhões ao Ministério do Turismo para eventos nacionais e internacionais, como por exemplo a Volta a Timor em Bicicleta, 200.000 dólares para os vários eventos sociais realizadas pelo Governo, 124.000 dólares para as actividades da Primeira-Dama e 30.000 dólares ao Ministério da Defesa e Segurança para actividades desportivas realizadas pelas FALINTIL no dia 20 de Agosto.

Capital Físico

Outros 65,0 milhões de dólares (22,2% do total) são considerados despesas com infra-estruturas físicas. Aqui integram-se reabilitações de escolas, o PNDS, apoio a programas relativos a estradas rurais e fábricas locais, empréstimos ao sector privado e apoio a cooperativas e pequenas indústrias. Existem também 750.000 dólares alocados ao Ministério da Agricultura e Pescas com vista a um programa de reflorestação.

2.4.2.4: Capital Menor

Está previsto que o Capital Menor desça de 49,6 milhões de dólares em 2013 para 39,7 milhões em 2014, o equivalente a 19,9%. Isto está em linha com o objectivo do Governo de controlar as despesas nesta categoria.

Medidas Políticas

- 5,0 milhões de dólares para o MTC destinados à compra de um novo ferry para Timor-Leste, de modo a suplementar o serviço actualmente prestado pelo 'Berlin-Nakroma', bem como para suportar custos operacionais e de manutenção para ambos os barcos.
- 3,0 milhões de dólares para a Secretaria de Estado do Conselho de Ministros a fim de financiar a gráfica nacional.
- 1,5 milhões de dólares para comprar um sistema de vigilância para as centrais eléctricas de Betano e Hera.
- 1,2 milhões de dólares para o Ministério da Saúde a fim de comprar equipamentos médicos importantes. Isto vem uma vez mais reforçar a determinação do Governo para melhorar rapidamente os cuidados de saúde em Timor-Leste.

Investimentos

Obviamente que toda a despesa com Capital Menor se refere a bens físicos. Todavia pode-se argumentar que 8.1 milhões de dólares destas despesas (20,5% do total) têm características sociais. O novo ferry e o novo equipamento médico representam a maior parte destas despesas, tal como discutido. Há também 735.000 dólares para 13 novas ambulâncias destinadas ao Ministério da Saúde, 660.000 dólares para veículos especiais destinados ao exército, 350.000 dólares para novos camiões de bombeiros destinados à

Secretaria de Estado da Segurança e 160.000 dólares para carros funerários destinados ao Ministério da Solidariedade Social.

2.4.2.5: Capital de Desenvolvimento

A tabela seguinte mostra as despesas do FCTL com Capital de Desenvolvimento, as quais diminuíram 34,2% de 2013 para 2014. A maior parte das despesas diz respeito a programas de desenvolvimento distrital. Estes programas fazem uso do sucesso de projectos anteriores de desenvolvimento distrital, continuando a financiar o desenvolvimento de infra-estruturas em pequena escala de acordo com as necessidades das comunidades locais. Sob estes programas serão construídas estradas, instalações de educação, instalações de saúde, abastecimento de água e saneamento e sistemas de irrigação. Os projectos nestes programas são adjudicados a empresas de construção civil pertencentes a timorenses, impulsionando assim o desenvolvimento local e mantendo os lucros em Timor-Leste. Estes programas fornecem igualmente oportunidades de emprego a muitos trabalhadores timorenses e contribuem para o desenvolvimento, crescimento económico e redução da pobreza em todos os distritos de Timor-Leste.

Tabela 2.4.2.5.1: Despesas do PDID e Outras Despesas de Capital de Desenvolvimento, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	LO1 de 2013	Orçam. para 2014	2015	2016	2017	2018
Total de Capital de Desenvolvimento	88,3	152,5	100,4	104,4	108,6	112,9	117,5
PDD1	24,7	9,4	14,1	14,6	15,2	15,8	16,4
PDD2	20,5	6,3	22,6	23,5	24,5	25,4	26,5
PDID	0,0	71,3	24,8	25,8	26,8	27,9	29,0
Ministérios / Instituições	43,1	65,5	38,9	40,5	42,1	43,8	45,5

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento

O Governo está empenhado em conseguir uma distribuição justa e transparente dos projectos PDID, PDD1 e PDD2 nos distritos de Timor-Leste. Assim sendo estão a ser organizadas reuniões com chefes de suco, cidadãos e líderes comunitários a fim de identificar a procura por diferentes projectos. Estes projectos são então compilados e analisados pelo Ministério da Administração Estatal para garantir que a despesa nestes programas está em linha com a sustentabilidade fiscal. O Ministério da Administração Estatal determina igualmente a distribuição do orçamento do PDID, PDD1 e PDD2 entre os vários distritos utilizando uma fórmula que se baseia em parte na população por distrito. A Comissão de Revisão Orçamental toma a decisão final relativamente à inclusão de projectos no Orçamento do Estado proposto ao Parlamento Nacional. O Governo está empenhado em mostrar a despesa nos vários distritos de forma transparente e clara. O Livro 3 do OE mostra

o total da despesa e a despesa per capita relativamente ao PDID e aos projectos contínuos do PDD1 e PDD2 em cada distrito.

As despesas do FCTL com Capital de Desenvolvimento para Ministérios e Instituições continuam a ser relativamente modestas. Isto vai de encontro à política governamental de dar predominância à construção de novas infra-estruturas através de projectos plurianuais de grande dimensão incluídos no Fundo das Infra-estruturas.

2.4.3: Fundo das Infra-estruturas

As infra-estruturas são extremamente importantes para o desenvolvimento de Timor-Leste. A existência de estradas, de um fornecimento fiável de electricidade e de sistemas de telecomunicações é necessária para o desenvolvimento de uma economia moderna e produtiva. As infra-estruturas actuais de Timor-Leste são inadequadas e podem estar a condicionar o crescimento do sector privado. O Governo está empenhado em melhorar esta situação através da construção das infra-estruturas essenciais necessárias para permitir níveis elevados de crescimento económico. Com vista ao estabelecimento destas instalações o Governo criou o Fundo das Infra-estruturas em 2011. O Secretariado dos Grandes Projectos (SGP), a Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA) e a Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) foram igualmente estabelecidos para avaliar, aprovisionar e monitorizar projectos no Fundo.

A Tabela 2.4.3.1 mostra a distribuição do orçamento do Fundo das Infra-estruturas por programas. A Coluna A mostra o orçamento original para 2013, após o transporte de saldo. A Coluna B mostra então a actualização recente após a rectificação. A Coluna C indica a actual previsão do Governo para a despesa concreta no final do ano de 2013. A Coluna D mostra o transporte de saldo de 2013 para 2014. O transporte de saldo é calculado com base no orçamento final menos a despesa prevista no final do ano. Após a avaliação de projectos em curso em termos de prazos e alocações actuais foi decidido que era apropriado fazer algumas deduções de modo a providenciar uma previsão de despesas mais realista. Isto é indicado na Coluna E. De igual modo é adequado proceder-se a algumas dotações adicionais a projectos em curso, conforme se pode ver na Coluna F. Para aumentar a transparência no processo de orçamentação do Fundo das Infra-estruturas foi decidido este ano mostrar em separado as dotações adicionais para projectos existentes e para projectos novos, com as últimas a serem indicadas na Coluna G. O orçamento final para 2014 relativamente a cada programa é indicado na Coluna H e equivale ao transporte de saldo de 2013 para 2014 (Coluna D) menos deduções (Coluna E) mais novas dotações (Colunas F e G). A Tabela 2.4.3.2 mostra as estimativas para os anos seguintes.

Tabela 2.4.3.1: Cálculo das Despesas do Fundo das Infra-estruturas por Programas em 2014, em milhões de dólares

	A. Orçam. Original para 2013	B. Orçam. para 2013 após Recti- ficação	C. Concreto Estimado para 2013	D. Trans- porte de 2013 para 2014	E. Dedu- ções a Projectos em curso	F. Adições a Projectos em curso	G. Adições a Novos Projectos	H. Orçam. para 2014
Total das Infra-estruturas	604,4	659,1	248,9	410,2	189,1	109,8	94,3	425,1
Total das Infra-estruturas (excluindo empréstimos)	560,8	615,5	238,7	376,8	173,9	78,9	92,3	374,1
Agricultura e Pescas	8,0	8,5	4,4	4,2	0,8	2,5	1,1	7,0
Água e Saneamento	10,1	12,1	4,3	7,8	4,0	0,3	3,7	7,8
Desenvolvimento Urbano e Rural	6,6	6,6	1,5	5,1	2,8	0,0	5,0	7,3
Edifícios Públicos	20,7	22,2	5,2	17,0	4,7	1,4	7,9	21,5
Financiamento e Apoio à Infraestrutura	24,0	27,1	14,0	13,1	4,2	4,8	6,2	19,8
Juventude e Desporto	2,5	2,5	0,8	1,7	1,1	0,0	1,2	1,8
Educação	9,1	8,4	2,6	5,8	0,0	2,5	1,2	9,5
Electricidade	123,7	126,4	86,0	40,3	0,0	7,3	8,7	56,4
Tecnologias de Informação	4,0	4,0	0,2	3,8	0,0	0,4	0,0	4,2
ODMs	46,3	47,3	13,0	34,3	7,3	0,0	0,0	27,0
Saúde	2,0	4,8	1,4	3,4	0,6	2,3	0,0	5,0
Segurança e Defesa	17,6	18,7	7,5	11,3	2,5	7,4	4,3	20,4
Solidariedade Social	1,7	2,4	1,4	1,0	0,8	0,5	0,0	0,8
Projecto de Tasi Mane	139,4	152,2	8,3	143,9	110,8	10,9	2,3	46,3
Estradas	82,3	96,0	51,7	44,3	25,2	22,1	15,8	57,0
Pontes	24,1	26,9	19,2	7,7	3,8	1,9	14,1	19,9
Aeroportos	8,5	7,0	0,0	7,0	1,0	0,0	4,6	10,5
Portos	11,0	11,0	5,5	5,4	1,3	9,0	0,0	13,2
Desenvolvimento de Oecussi	0,0	12,1	3,8	8,2	3,0	2,2	13,5	20,9
Sector do Turismo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	2,9
Preparação, Concepção e Supervisão de Novos Projectos	19,4	19,4	7,8	11,6	0,0	3,4	0,0	15,0
Programa de Empréstimos	43,6	43,6	10,2	33,4	15,3	30,9	2,0	51,0

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento e Secretariado dos Grandes Projectos

Foram feitos todos os esforços no sentido de prever as despesas no final do ano de forma precisa. O Ministério das Finanças previu as despesas separadamente para cada projecto,

com base numa análise detalhada da sua etapa no ciclo de aprovisionamento e, caso se aplique, numa análise dos contratos relevantes e numa avaliação sobre quando deverão vencer os pagamentos a empreiteiros. Contudo os programas podem gastar menos ou mais do que o previsto, devido a factores impossíveis de antecipar e que estão fora do controlo do Governo. Por exemplo, o Governo pode prever que uma secção de estrada seja concluída em Novembro, com o pagamento ao empreiteiro a vencer em Dezembro, todavia chuvas mais fortes que o normal em Outubro e Novembro podem atrasar a construção e fazer com que o empreiteiro deixe de ter direito a receber o pagamento em Dezembro. Isto por sua vez fará com que a despesa seja superior à despesa concreta.

A transição do saldo por gastar do Fundo das Infra-estruturas está de acordo com a melhor prática internacional e com as políticas do Governo. Em muitos grandes projectos do Fundo das Infra-estruturas são assinados contratos plurianuais entre o Governo e empreiteiros do sector privado. Por norma estes contratos especificam pagamentos múltiplos, com cada pagamento a depender da conclusão de um componente da construção / projecto. Atrasos nas construções devido a condições meteorológicas ou outros eventos fora do controlo do Governo podem causar atrasos nos pagamentos, fazendo com que o orçamento para um ano não seja utilizado na totalidade já que alguns pagamentos inicialmente cobertos sofrem atrasos e acabam transportados para o ano financeiro seguinte. O Governo, ao transportar o orçamento do Fundo das Infra-estruturas para cada projecto, está a garantir a protecção efectiva do dinheiro para pagar a empreiteiros em projectos plurianuais. Isto simplifica a orçamentação já que não é necessário estar a calcular de novo os orçamentos para projectos todos os anos. Pode também servir para melhorar a execução, já que o orçamento após o transporte deve ser suficientemente grande para cobrir os pagamentos que possam vencer. Ao proteger orçamentos ao longo de muitos anos, este sistema dá também um grau de segurança aos empreiteiros e reduz os seus medos relativamente ao risco de incumprimento por parte do Governo. Frequentemente as empresas estão preparadas para aceitar margens de lucro menores em projectos onde considerem que o risco de não virem a ser pagas pelo seu trabalho é baixo. A longo prazo a transição do orçamento do Fundo das Infra-estruturas pode contribuir para custos mais baixos com aprovisionamento e para despesas mais eficientes.

A Tabela 2.4.3.1 mostra também a distribuição das despesas do Fundo das Infra-estruturas através de diferentes programas. Os três maiores programas (excluindo empréstimos) em termos de despesa orçamentada são as Estradas, a Electricidade e o projecto de Tasi Mane, os quais representam respectivamente 13,4%, 13,3% e 10,9% da despesa total. Esta distribuição das despesas está em linha com as políticas governamentais, tal como estão definidas no PED e no programa do Governo, o qual destaca a importância destes sectores para o desenvolvimento de Timor-Leste.

Tabela 2.4.3.2: Despesas do Fundo das Infra-estruturas por Programa entre 2013 e 2018, em milhões de dólares

	Orçamento para 2014	2015	2016	2017	2018
Total das Infra-estruturas	425,1	687,9	762,8	398,4	243,9
Total das Infra-estruturas (excluindo empréstimos)	374,1	570,7	604,6	258,9	206,9
Agricultura e Pescas	7,0	13,7	24,6	19,2	2,3
Água e Saneamento	7,8	20,0	24,0	15,0	15,0
Desenvolvimento Urbano e Rural	7,3	9,3	3,3	0,0	0,0
Edifícios Públicos	21,5	63,6	73,3	16,6	1,8
Financiamento e Apoio à Infraestrutura	19,8	18,8	7,5	4,3	4,3
Juventude e Desporto	1,8	6,0	8,1	6,0	1,1
Educação	9,5	49,9	51,8	30,7	4,5
Electricidade	56,4	42,6	31,1	5,7	3,5
Tecnologias de Informação	4,2	0,7	0,0	0,0	0,0
ODMs	27,0	52,1	53,0	19,5	19,5
Saúde	5,0	3,9	0,4	0,0	0,0
Segurança e Defesa	20,4	12,8	10,0	1,9	0,0
Solidariedade Social	0,8	5,7	1,7	0,5	0,0
Projecto de Tasi Mane	46,3	101,6	92,5	82,0	42,8
Estradas	57,0	43,8	10,6	4,0	4,0
Pontes	19,9	10,7	1,2	0,0	0,0
Aeroportos	10,5	55,1	71,1	30,8	100,0
Portos	13,2	21,9	112,2	10,2	0,0
Desenvolvimento de Oecussi	20,9	28,0	17,8	4,5	0,0
Sector do Turismo	2,9	2,5	2,5	0,0	0,0
Preparação, Concepção e Supervisão de Novos Projectos	15,0	8,1	8,1	8,1	8,1
Programa de Empréstimos	51,0	117,3	158,2	139,5	37,0

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento e Secretariado dos Grandes Projectos

2.4.4: Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

A Tabela 2.4.4.1 mostra o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano para 2014, composto por um pequeno transporte a partir de 2013, com base na despesa concreta estimada, mais novas dotações. Embora o montante total deste fundo seja semelhante ao do ano anterior, com uma redução relativamente pequena de 2,4 milhões de dólares, os montantes atribuídos aos diversos programas mudaram consideravelmente. Ainda que as bolsas de estudo continuem a dominar, com mais de metade do orçamento total, o montante alocado ao orçamento vocacional aumentou para mais do dobro, ao passo que o montante atribuído a 'Outra Formação' baixou consideravelmente. Esta alocação está em

linha com as metas do Governo de aumentar rapidamente o capital humano em Timor-Leste.

Tabela 2.4.4.1: Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano por Programa, em milhões de dólares

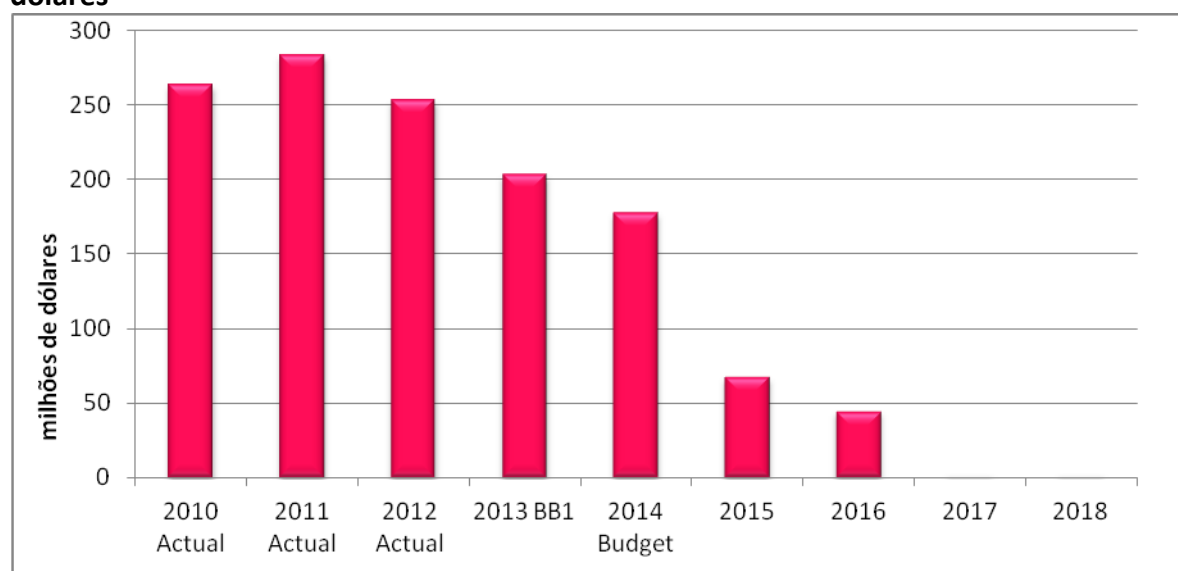
	Orçam. para 2013	Concreto previsto para 2013	Trans- porte de 2013 para 2014	Dotações Adicionais para 2014	Orçam. Final para 2014	2015	2016	2017	2018
Total do FDCH (por Programa)	42,4	39,4	3,1	36,9	40,0	45,0	45,0	49,0	49,0
Formação Vocacional	4,8	4,7	0,1	10,0	10,1	9,9	9,9	10,8	10,8
Formação Técnica	3,1	3,0	0,1	4,4	4,6	4,1	4,1	4,4	4,4
Bolsas de Estudo	23,3	21,2	2,1	20,1	22,2	23,0	23,0	25,0	25,0
Outra Formação	11,2	10,5	0,7	2,4	3,1	8,1	8,1	8,8	8,8

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento e Secretariado dos Grandes Projectos

Tal como sucedido com alguns itens do FCTL, o Governo considera a totalidade do FDCH como um investimento social.

2.4.5: Parceiros de Desenvolvimento

Gráfico 2.4.5.1: Compromisso Indicativo dos Parceiros de Desenvolvimento para o período de 2010 a 2018, em milhões de dólares



Fonte: Unidade de Gestão de Parceiros de Desenvolvimento

Os parceiros de desenvolvimento deverão contribuir com 177,9 milhões de dólares em 2014, continuando a recente tendência decrescente nesta categoria. O Livro 5 do OE

contém detalhes sobre estes compromissos. Deve-se notar que este gráfico não inclui empréstimos com condições favoráveis.

2.5: Receitas

2.5.1: Panorama de Projeções de Receitas

A Tabela 2.5.1.1 mostra projecções do total das receitas, que é a soma das receitas domésticas com as receitas petrolíferas, até 2018. O total das receitas projectadas em 2014 é consideravelmente inferior ao de 2013 (e fica significativamente aquém da projecção feita para 2014 nesse ano). Este declínio deve-se sobretudo à redução nas receitas petrolíferas em virtude das razões delineadas na secção 2.5.3. Este declínio geral acontece mesmo apesar de estar projectado que as receitas domésticas continuem na sua trajectória ascendente, ainda que a sua contribuição para o total das receitas vá continuar durante ainda algum tempo a ser muito inferior à contribuição prestada pelas receitas petrolíferas.

Tabela 2.5.1.1: Total das Receitas entre 2012 e 2018, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	LO1 de 2013	Projeção para 2014	2015	2016	2017	2018
Total das Receitas	3.696,8	2.839,6	1.609,2	1.876,9	1.936,8	1.627,8	1.324,2
Receitas Domésticas	137,7	146,3	166,1	181,0	196,1	211,2	226,4
Receitas Petrolíferas	3.559,1	2.693,3	1.443,1	1.695,9	1.740,7	1.416,6	1.097,8

Fontes: Direcção Nacional da Política Económica e Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

2.5.2: Receitas Domésticas

2.5.2.1: Panorama

As receitas domésticas constituem a maior fonte de financiamento para o Governo a seguir ao petróleo. São compostas sobretudo por impostos, taxas e pagamentos e receitas dos serviços e fundos autónomos, tendo-se registado um crescimento robusto na maior parte das categorias nos últimos anos. Esta tendência deverá continuar em 2014, conforme se pode ver na Tabela 2.5.2.1.1, estimando-se que seja superior em 13,6% ao valor atribuído para 2013 no Livro número 1 do Orçamento do ano anterior. O Governo está ciente da importância de aumentar as receitas domésticas para financiar despesas futuras à medida que as receitas petrolíferas vão descendo, estando a continuar a fazer esforços para eliminar as transferências superiores ao Rendimento Sustentável Estimado do Fundo Petrolífero.

Tabela 2.5.2.1.1: Receitas Domésticas entre 2012 e 2018, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	LO1 de 2013	Projeção para 2014	2015	2016	2017	2018
Total das Receitas Domésticas	137,7	146,3	166,1	181,0	196,1	211,2	226,4
Impostos Directos	37,2	41,8	45,1	50,7	56,4	62,0	67,7
Impostos Indirectos	61,3	64,0	74,6	80,6	86,7	92,8	98,8
Outras Receitas Fiscais	0,1	0,0	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Taxas e Pagamentos	14,8	14,5	15,5	16,4	17,3	18,2	19,2
Receitas de Jogos Sociais	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Vendas de Arroz	4,4	2,5	6,4	7,4	8,5	9,5	10,5
Venda de Produtos Locais	0,2	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Juros	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Receitas da Electricidade	0,0	0,0	19,0	20,0	21,0	22,0	23,0
Serviços e Fundos autónomos	19,4	22,8	4,8	5,0	5,4	5,9	6,3

Fonte: Direcção Nacional das Políticas Económicas

2.5.2.2: Impostos

Os impostos são a base das receitas domésticas de qualquer país, e Timor-Leste não é excepção. Os impostos representaram 71,6% do total das receitas domésticas em 2012, sendo esperado que esta percentagem vá aumentar gradualmente ao longo dos próximos anos. A Tabela 2.5.2.2.1 apresenta projecções fiscais.

As receitas fiscais enquanto percentagem do PIB (não-petrolífero) são deveras baixas, situando-se nos 7,1% em 2012. Isto é típico de um país na etapa de desenvolvimento em que Timor-Leste se encontra (e também de alguns países produtores de petróleo). Todavia, em face dos planos ambiciosos de Timor-Leste a curto e médio prazo relativamente a infra-estruturas e outras iniciativas de desenvolvimento, como por exemplo a adesão à ASEAN, o Governo está concentrado em conseguir um crescimento mais rápido e em reformar as áreas das receitas fiscais e da cobrança fiscal.

Em termos de projecções têm sido feitos todos os esforços no sentido de utilizar todos os dados disponíveis, bem como tendências passadas, com vista a criar o retrato mais realista das receitas no futuro. Contudo, e dado que em Timor-Leste se registam com regularidade alterações significativas ao nível das despesas do Governo, novas reformas fiscais e actualizações dos métodos contabilísticos, é conveniente que os valores apresentados sejam vistos com cuidado. Isto aplica-se em especial aos anos futuros, os quais são frequentemente uma extrapolação das tendências recentes aplicadas à estimativa para 2014.

Tabela 2.5.2.2.1: Total das Receitas Fiscais entre 2012 e 2018, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	LO1 de 2013	Projeção para 2014	2015	2016	2017	2018
Total de Impostos	98,6	105,8	120,0	131,7	143,4	155,1	166,8
Impostos Directos	37,2	41,8	45,1	50,7	56,4	62,0	67,7
Imposto sobre os Rendimentos	7,4	8,9	9,4	10,2	11,0	11,8	12,6
<i>Rendimentos Individuais</i>	0,8	1,1	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
<i>Rendimentos Individuais – outros</i>	6,6	7,8	5,7	6,2	6,7	7,2	7,6
Imposto Colectivo	6,5	7,6	13,5	14,0	14,6	15,2	15,8
Imposto de Retenção	23,4	25,3	22,2	26,5	30,8	35,0	39,3
Impostos Indirectos	61,3	64,0	74,6	80,6	86,7	92,8	98,8
Imposto sobre Serviços	4,4	5,2	4,1	4,2	4,3	4,4	4,5
Imposto sobre Vendas	16,3	15,9	17,8	18,6	19,3	20,1	20,8
Imposto sobre o Consumo	27,1	31,7	37,3	42,3	47,2	52,2	57,1
Direitos de Importação	13,4	11,2	15,3	15,6	15,9	16,1	16,4
Outras Receitas Fiscais	0,1	0,0	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3

Fonte: Direcção Nacional das Políticas Económicas

Em 2014 está previsto que os impostos aumentem para 120,0 milhões de dólares, o que representa uma subida de 13,5% relativamente aos valores de 2013. Esta evolução deve-se em grande medida a aumentos ao nível de impostos indirectos, sobretudo imposto sobre o consumo e imposto sobre importações, bem como ao imposto sobre os rendimentos colectivos.

Os impostos indirectos estão a aumentar devido a maiores níveis de importações, reflectindo a dependência de Timor-Leste relativamente a bens e serviços provenientes do estrangeiro. Os aumentos nos níveis destes impostos não reflectem necessariamente o aumento do poder de compra por parte do cidadão médio, sendo mais provável que reflectam o aumento no que se refere a materiais importados para projectos de infra-estruturas de grande dimensão já em curso, assim como esforços melhorados por parte de agentes aduaneiros para aumentar a conformidade com estes impostos. É provável que os grandes projectos de infra-estruturas expliquem também os aumentos ao nível de imposto colectivo.

O declínio no imposto de retenção deve-se ao facto de que as execuções do Fundo das Infra-estruturas e do Orçamento foram inferiores ao esperado.

Prevê-se que o nível geral de imposto sobre rendimentos continue a aumentar gradualmente, ainda que devido ao reforço da aplicação das leis a proporção entre as categorias de 'Rendimentos Individuais' e de 'Rendimentos Individuais – Outros' se tenha alterado.

A redução ligeira projectada para os impostos sobre serviços em 2014 deve-se a projecções baixas sobre cobranças concretas em 2013. Embora esteja prevista uma recuperação gradual, isto salienta o estado frágil do sector privado em Timor-Leste, tal como se discutiu em secções anteriores, bem como possivelmente a retirada da ONU no final de 2012.

2.5.2.3: Taxas e Pagamentos

As taxas e pagamentos dizem respeito a uma vasta gama de categorias que contribuem para as receitas domésticas a partir de fontes não-fiscais. Estas incluem taxas administrativas, pagamentos referentes a serviços públicos e rendas para o governo provenientes de recursos naturais que não o petróleo, conforme se pode ver na Tabela 2.5.2.3.1. A maior parte das categorias contribui com um montante muito baixo, possivelmente uns poucos milhares de dólares, o que explica a razão de em alguns casos as projecções estarem arredondadas para zero. Ainda assim, a lista – actualizada regularmente com novas categorias – reflecte o trabalho a ser realizado por diversos ministérios operacionais em termos do aumento da eficiência administrativa. Uma maior eficiência na cobrança destas taxas assegura igualmente que os cidadãos de Timor-Leste pagam pelos serviços que recebem do Governo e contribuem para as receitas domésticas.

Tanto quanto possível foram recolhidas informações a partir dos diversos ministérios operacionais responsáveis por cada categoria, as quais foram utilizadas para fazer projecções. Importa aqui destacar que muitas destas categorias têm uma dimensão muito reduzidas e são altamente variáveis, pelo que o foco global deve incidir sobre a tendência: um crescimento lento, porém constante.

Tabela 2.5.2.3.1: Projecções ao nível de Taxas e Pagamentos entre 2012 e 2018, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	LO1 de 2013	Proj. para 2014	2015	2016	2017	2018
Total de Taxas e Pagamentos	14,8	14,5	15,5	16,4	17,3	18,2	19,2
Taxas de Registo de Empresas	1,4	2,2	1,5	1,6	1,6	1,7	1,8
Taxas Postais	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Rendas de Propriedades	2,7	2,9	3,1	3,3	3,4	3,5	3,7
Taxas de Água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Taxas da Universidade Nacional	0,5	0,7	0,6	0,6	0,7	0,7	0,8
Taxas de Registo de Veículos	0,7	0,7	1,3	1,5	1,8	2,0	2,3
Taxas de Inspeção de Veículos	0,3	0,3	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8
Inspeção de Veículos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1

	Concreto em 2012	LO1 de 2013	Proj. para 2014	2015	2016	2017	2018
Total de Taxas e Pagamentos	14,8	14,5	15,5	16,4	17,3	18,2	19,2
Importados							
Taxas de Cartas de Condução	0,2	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3
Franchising de Taxas de Transportes Públicos	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Coimas relativas a Transportes	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Outras Taxas relativas a Transportes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BI e Passaporte	0,6	0,6	0,9	1,0	1,1	1,2	1,3
Taxas de Vistos	1,0	1,0	1,2	1,2	1,2	1,2	1,3
Taxas Hospitalares e Médicas	0,2	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Multas – Profissionais de Saúde	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxas de Tribunal	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Dividendos, Lucros e Ganhos	5,1	4,3	4,5	4,6	4,8	5,0	5,2
Multas e Confiscos	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Extracção Mineira e Exploração de Pedreiras	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Taxas de Rádio e Televisão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Receitas de Documentos de Propostas	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Leilões	0,5	0,4	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Taxas de Embaixadas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Coimas por Abate Ilegal de Árvores	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rendas de Propriedades do Governo	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
EAIP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxas de Registo de Investimentos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Receitas Não-Fiscais	1,0	0,2	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4

Fonte: Direcção Nacional da Política Económica

2.5.2.4: Outros Fluxos de Receitas

Existem ainda outras categorias com especial interesse no que se refere à sua contribuição para as receitas domésticas. A maior categoria aqui são as receitas provenientes da electricidade, que são agora cobradas pelo Ministério das Obras Públicas, tendo estas sido anteriormente cobradas pela EDTL. Utilizando as suas projecções internas temos um crescimento contínuo ao longo dos próximos anos em virtude da recente entrada em funcionamento da segunda grande central eléctrica em Betano e do número cada vez maior de contadores, assegurando que cada vez mais clientes pagam pela electricidade que recebem.

A venda de arroz varia de ano a ano com base na política governamental e na dimensão dos diversos programas de alimentos subsidiados. A venda de produtos locais é feita com o Governo a comprar os produtos a pequenos agricultores e a vendê-los posteriormente a mercados. Como é óbvio esta categoria oscila consoante o número de participantes no programa e outros factores, como por exemplo o clima.

As Receitas de Jogos Sociais assentam em jogos de sorte, estando previsto que cresçam nos próximos anos coma introdução e uma nova lotaria. Por fim, estima-se que os rendimentos totais provenientes de juros aumentem de forma modesta, embora isto esteja sujeito a condições financeiras internacionais que podem mudar.

2.5.2.5: Serviços e Fundos Autónomos

Os Serviços e Fundos Autónomos têm orçamentos independentes dos respectivos ministérios operacionais e são financiadas em parte pelas suas próprias receitas, tal como está indicado na Tabela 2.5.2.5.1.

Tabela 2.5.2.5.1: Receitas dos Serviços e Fundos Autónomos entre 2012 e 2018, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	LO1 de 2013	Proj. para 2014	2015	2016	2017	2018
Total dos Serviços e Fundos Autónomos	19,4	22,8	4,8	5,0	5,4	5,9	6,3
IGE	0,1	0,0	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5
Aviação	1,5	1,4	1,4	1,5	1,6	1,7	1,8
Portos	2,7	3,3	3,1	3,2	3,5	3,7	4,0
EDTL	14,9	17,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SAMES	0,2	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Direcção Nacional da Política Económica

Foi inaugurado, em Setembro, um novo porto em Oecussi, o que deverá conduzir a um maior crescimento nas receitas portuárias nos próximos anos, a partir de 2014. Um aumento nas taxas aeroportuárias deverá levar a uma recuperação no crescimento das receitas nessa área, em especial caso se consiga continuar a aumentar o número de passageiros. Tal como em anos recentes, a contribuição do Instituto de Gestão de Equipamentos continua a apresentar um crescimento lento, porém contínuo. Após uma reestruturação nas suas funções é esperado que as receitas futuras do SAMES sejam muito pouco significativas em anos futuros. Como indicado na secção anterior, a partir de 2014, a EDTL cessará de ser uma agência Autónoma.

2.5.3: Receitas e Investimentos Petrolíferos

Actualmente as receitas petrolíferas financiam a maior parte do orçamento do estado. O Fundo Petrolífero contribui para a boa gestão dos recursos petrolíferos em benefício das gerações actuais e das gerações vindouras.

2.5.3.1 Entrada de Receitas Petrolíferas

Tabela 2.5.3.1.1: Receitas Petrolíferas Estimadas entre 2012 e 2018, em milhões de dólares

	Concreto em 2012 *	Estimativa para 2013 **	Orçam. para 2014	2015	2016	2017	2018
Total das Receitas Petrolíferas	3.959,9	3.070,2	2.213,4	2.573,1	2.690,2	2.436,2	2.173,7
Juros recebidos a partir do Fundo Petrolífero	400,8	376,9	770,3	877,2	949,5	1.019,6	1.075,9
Total das Receitas Petrolíferas Excluindo Juros	3.559,1	2.693,3	1.443,1	1.695,9	1.740,7	1.416,6	1.097,8
FTP/Royalties do BU***	196,9	168,6	115,1	118,6	108,6	100,1	84,7
Petróleo de Lucro do BU	1.594,9	1.282,9	681,1	760,3	798,9	733,6	557,3
Imposto sobre Rendimentos do BU	508,0	444,8	303,2	296,2	276,7	254,3	189,7
Imposto sobre Lucros Adicionais do BU	533,9	436,5	204,5	335,8	304,7	286,2	217,2
Imposto sobre o Valor Acrescentado do BU	6,5	21,3	28,0	19,4	17,8	17,9	24,1
Imposto sobre Vencimentos do BU	11,7	17,0	17,9	18,7	15,6	16,0	16,4
Pagamentos do Gasoduto do BU	8,6	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4
Outros Pagamentos do BU	240,5	141,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imposto de Retenção do BU	15,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Kitan	443,0	172,0	84,9	138,4	210,0	0,0	0,0

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

* Fluxo financeiro concreto para 2012

** Estimativa para 2013 em Junho de 2013. A partir de 2013 o Imposto sobre o Valor Acrescentado do BU passa a incluir o Imposto de Retenção do BU

***BU: Bayu-Undan

Panorama

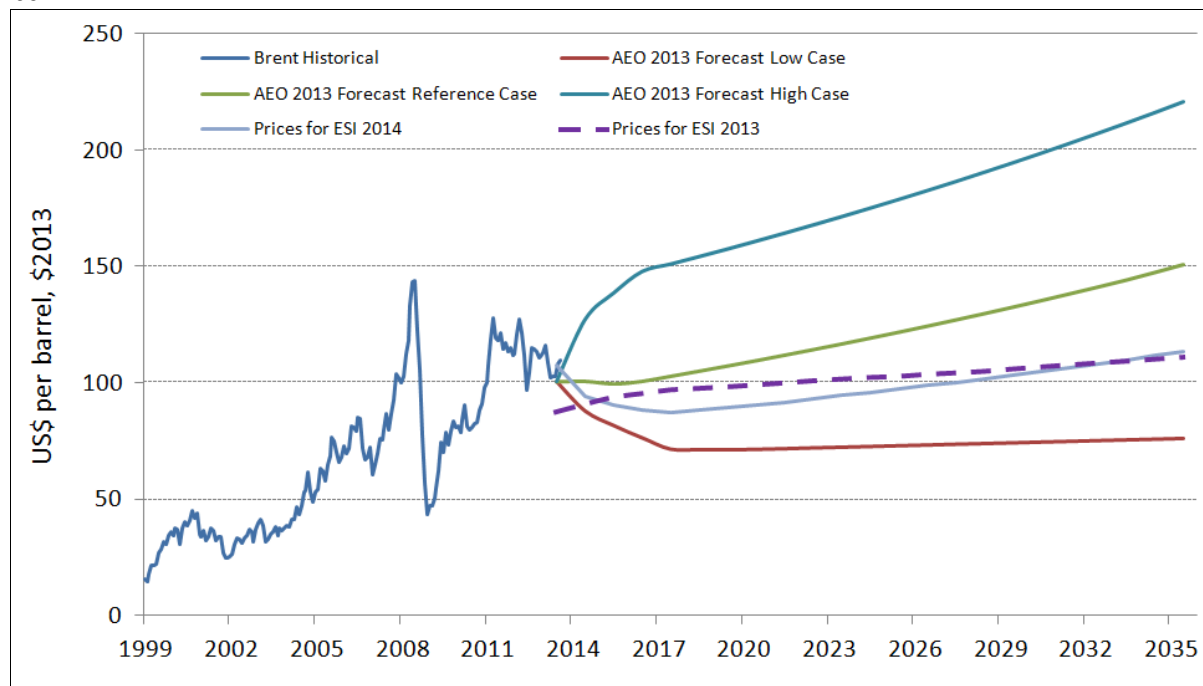
Os factores que determinam a entrada de receitas petrolíferas são os preços, a produção e os custos. Comparativamente com o Orçamento do Estado para 2013 a nova estimativa do preço do petróleo é ligeiramente mais baixa durante o período estimado. Os custos são

ligeiramente mais elevados, registando-se também uma descida considerável na produção. É provável que as receitas do Bayu-Undan e de Kitan tenham atingido o seu pico nos 3.559,1 milhões de dólares em 2012 e que comecem agora a descer, primeiro lentamente em 2013 e depois mais significativamente para 1.443,1 milhões de dólares em 2014 (ver Tabelas 2.5.3.1.1 e 2.5.3.1.2).

Preços do Petróleo

Em anos recentes o índice de referência do Brent tem sido um indicador melhor do preço dos produtos líquidos (condensado e GPL) do Bayu-Undan e de Kitan comparativamente com o índice de referência da WTI utilizado em anos anteriores. Para 2014 o preço de referência do petróleo utilizado nos cálculos da riqueza petrolífera passou assim a ser o do Brent.⁹ A Secção 2.5.3.2 sobre a Riqueza Petrolífera e o Cálculo do RSE contém mais detalhes sobre esta alteração.

Gráfico 2.5.3.1.1: Alterações Históricas e Projecções Futuras no Preço do Petróleo da WTI, dólares por barril



Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, dados da Administração de Informações de Energia (EIA)

As estimativas das Receitas Petrolíferas no Orçamento do Estado para 2014 assentam num preço de referência do petróleo (Brent) de 107,5 dólares por barril em 2013, comparativamente com o preço de referência (WTI) de 86,6 dólares por barril no

⁹ Os preços futuros dos produtos líquidos (condensado e GPL) do Bayu-Undan e de Kitan são estimados com base em relacionamentos históricos com um preço de referência e uma estimativa de referência. Os preços do Gás Natural Liquefeito (GNL) são previstos utilizando a fórmula de preços provisória negociada entre vendedores e compradores. A fórmula de preços é renegociada a cada três anos.

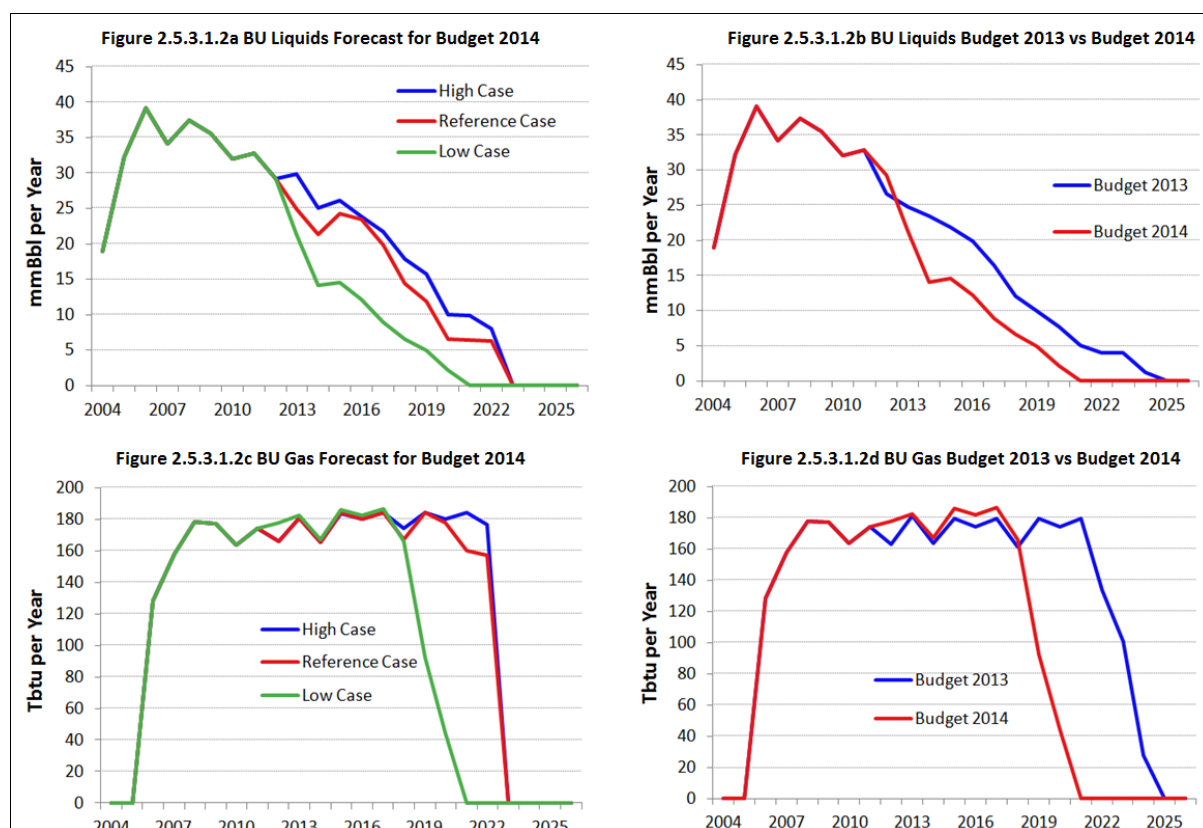
Orçamento para 2013. Todavia, nos anos seguintes a 2014 a actual previsão do preço do petróleo é ligeiramente inferior ao anteriormente estimado (ver Gráfico 2.5.3.1.1).

Produção de Petróleo

A estimativa de produção de líquidos (condensado e GPL) no Bayu-Undan foi revista em baixa de forma considerável em comparação com o Orçamento para 2013. Estima-se que a produção petrolífera total do Bayu-Undan (incluindo também GNL) tenha atingido o seu pico em 2011, com 59 milhões barris de equivalentes a petróleo, devendo agora começar a diminuir até cessar em 2020. Esta data é quatro anos mais cedo do que o seu fim projectado em 2013 (ver Gráfico 2.5.3.1.2). De acordo com as informações prestadas pelo Operador do BU em Junho de 2013, o agravamento do panorama de produção resulta de uma inserção de gás seco superior ao esperado, de redução da pressão e da produção de água.

O Gráfico 2.5.3.1.2 mostra as estimativas da produção de líquidos e gás no Bayu-Undan para 2014, comparativamente com 2013. Prevê-se que a produção de líquidos (gráficos A e B) no Orçamento para 2014 vá ser cerca de 13% inferior ao valor de 2013. Por outro lado, a estimativa da produção de gás para 2014 (gráficos C e D) projecta um declínio considerável de aproximadamente 23% em relação à previsão do ano anterior.

Gráfico 2.5.3.1.2 Estimativas da Produção do BU para o Orçamento para 2014



O Plano de Desenvolvimento de Campo relativamente ao campo de Kitan foi aprovado em 2010, com a produção a ter início no último trimestre de 2011. A produção total é modesta quando comparada com a do campo Bayu-Undan. O Orçamento para 2014 prevê que o

Cenário Baixo de Kitan será 56,1 milhões de barris de petróleo ao longo da vida do projecto até 2016. O total do fluxo de receitas com base no Cenário Baixo de Produção está estimado nos 1.118,8 milhões de dólares, o equivalente a cerca de 5% do Bayu-Undan.

Tabela 2.5.3.1.2: Cálculos do Rendimento Sustentável – Pressupostos de Preços do Petróleo e Estimativas de Produção e Receitas entre 2002 e 2025

	Preço médio do petróleo em dólares por barril	Produção em milhões de barris de equivalentes a petróleo	Total das Receitas Petrolíferas com Descontos (Factor de 5,7%) em milhões de dólares	Total das Receitas Petrolíferas sem Descontos em milhões de dólares
Total	0,0	779,7	7.017,8	26.050,5
Total a partir de 1 de Janeiro de 2014	0,0	249,7	7.017,8	8.096,0
para 2002	0,0	0,0	0,0	14,8
2003	0,0	0,0	0,0	10,2
2004	41,5	16,9	0,0	172,4
2005	56,6	29,0	0,0	332,6
2006	66,1	57,1	0,0	611,9
2007	72,3	57,7	0,0	1.258,5
2008	99,7	64,2	0,0	2.284,2
2009	62,0	61,8	0,0	1.660,2
2010	79,5	57,3	0,0	2.117,2
2011	94,9	61,7	0,0	3.240,1
2012	111,6	68,0	0,0	3.559,1
2013	107,5	56,4	0,0	2.693,3
2014	95,3	45,9	1.405,8	1.443,1
2015	93,0	51,6	1.563,3	1.695,9
2016	92,3	48,5	1.517,5	1.740,7
2017	92,3	39,7	1.167,4	1.416,6
2018	94,9	34,2	855,3	1.097,8
2019	97,6	20,2	393,5	534,0
2020	100,7	9,6	77,5	111,1
2021	104,0	0,0	37,5	56,8
2022	107,5	0,0	0,0	0,0
2023	111,1	0,0	0,0	0,0
2024	114,8	0,0	0,0	0,0
2025	118,7	0,0	0,0	0,0

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

Custos

Os custos estimados para os projectos do Bayu-Undan e de Kitan são ligeiramente mais elevados no Orçamento para 2014 do que em 2013. A alteração nas projecções de custo entre um ano e outro deve-se sobretudo a despesas de capital relacionadas com corrosão, novos programas de perfuração e outras questões operacionais.

2.5.3.2 Riqueza Petrolífera e Cálculo do RSE**Tabela 2.5.3.2.1: Principais Pressupostos por detrás do RSE**

Reconhecimento de Activos	Só são incluídas estimativas de receitas petrolíferas para projectos com planos de desenvolvimento aprovados. Isto inclui o campo Bayu-Undan e o campo Kitan.
Reservas petrolíferas e estimativas de produção	As estimativas de produção são fornecidas pelos operadores dos projectos. Utiliza-se o cenário de produção baixa, o que significa que há 90% de probabilidade de a produção concreta ultrapassar a estimativa.
Estimativa do preço do petróleo	O RSE referente ao Orçamento para 2014 é preparado utilizando a média do cenário baixo da Agência de Informações sobre Energia (EIA) e do cenário de referência para o Brent.
Preços para produtos petrolíferos específicos	Bayu-Undan produz condensado, Gás Petrolífero Liquefeito (GPL) e Gás Natural Liquefeito (GNL), ao passo que Kitan produz apenas condensado. Os pressupostos das estimativas para cada produto são derivados dos diferenciais históricos observados no Brent. Os preços do Gás Natural Liquefeito (GNL) são estimados utilizando a fórmula provisória de preços negociada entre a instalação de GNL de Darwin (DLNG) e os compradores japoneses de GNL. A fórmula de preços é renegociada a cada três anos.
Custos de produção	A estimativa central dos custos futuros com capital e operação é prestada pelos operadores do projecto.
Taxa de desconto	Segundo o Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero a taxa de juro utilizada para descontar as receitas petrolíferas futuras é a taxa de retorno esperada da carteira de aplicações financeiras do Fundo.

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

De acordo com a Lei do Fundo Petrolífero o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) é o montante máximo que pode ser retirado do Fundo Petrolífero num determinado ano fiscal de modo a permitir a retirada de um montante de valor real idêntico em todos os anos seguintes. O RSE está estabelecido nos 3,0% do total da Riqueza Petrolífera. Não obstante isto, o Governo pode levantar a partir do Fundo Petrolífero um montante superior ao RSE caso consiga justificar que isso serve os interesses a longo prazo de Timor-Leste e caso o Parlamento Nacional autorize esta transferência.

A Riqueza Petrolífera, englobando o saldo do Fundo e o Valor Actual Líquido das receitas petrolíferas futuras, está estimada em 21.076,3 milhões de dólares a 1 de Janeiro de 2014. Deste modo o RSE está estimado em 632,3 milhões de dólares para 2014. Isto representa uma redução de 165,6 milhões comparativamente com o RSE de 2014 previsto no orçamento do ano anterior. A Tabela 2.5.3.2.1. indica os principais pressupostos por detrás dos cálculos.

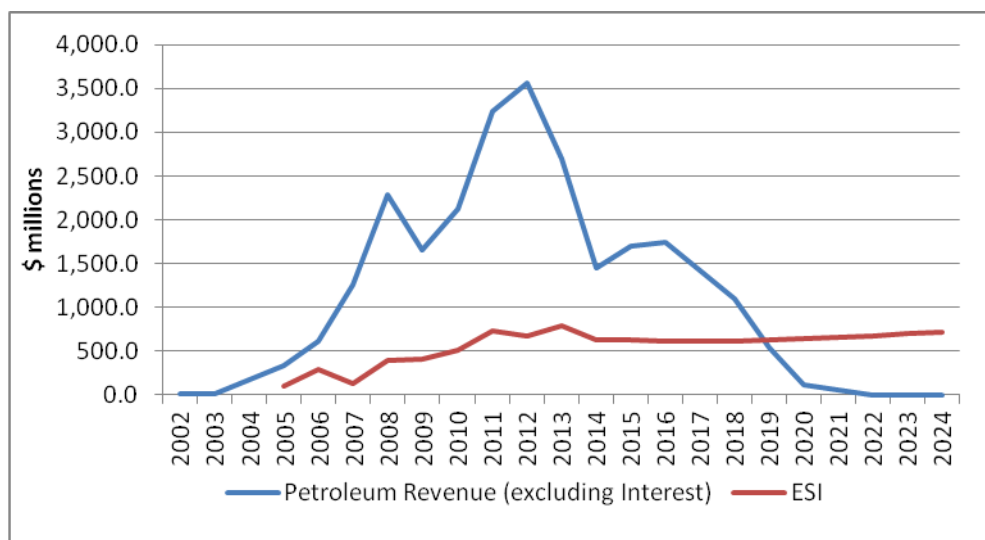
A Tabela 2.5.3.2.2 mostra a Riqueza Petrolífera estimada e o RSE de 2013 em diante, assumindo que as transferências a partir do Fundo estão em linha com a projecção orçamental na Tabela 2.1.1.2.

Tabela 2.5.3.2.2: Riqueza Petrolífera e Rendimento Sustentável Estimado (RSE), em milhões de dólares

	LO1 de 2013	Orçam. para 2014	2015	2016	2017	2018
Rendimento Sustentável Estimado (RPx3%)	787,0	632,3	638,7	628,4	616,0	612,8
Total da Riqueza Petrolífera (RP)	26.231,7	21.076,3	21.291,0	20.947,4	20.534,9	20.425,9
Saldo de Abertura do FP	10.776,7	14.058,5	15.369,0	16.431,1	17.548,5	18.723,9
Valor Actual Líquido das Receitas Futuras	15.455,0	7.017,8	5.922,0	4.516,3	2.986,4	1.702,0

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

O Gráfico 2.5.3.2.1 apresenta a principal justificação para o uso do RSE como ferramenta de política fiscal, isto é, facilitar o gasto de rendimentos petrolíferos temporariamente elevados. O caminho de extracção de um recurso não-renovável tem habitualmente forma de sino, com oscilações consideráveis a curto prazo. O RSE pretende oferecer protecção contra esta volatilidade e salvaguardar um uso sustentável das finanças públicas.

Gráfico 2.5.3.2.1: Receitas Petrolíferas e Rendimento Sustentável Estimado de Timor-Leste entre 2002 e 2025

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

Alterações no RSE entre 2013 e 2014

Panorama

O Gráfico 2.5.3.2.2 mostra as principais alterações incrementais no RSE de 2014 desde o Orçamento para 2013. Os principais factores determinantes incluem o preço do petróleo, os diferenciais de preços, a produção petrolífera e os custos.

Dados Concretos de 2012

O actual RSE para 2014 incorpora o desenvolvimento concreto em 2012, o que aumenta o RSE de 2014 em 34,0 milhões de dólares. A alteração deve-se sobretudo aos preços do petróleo acima do esperado.

Transferências concretas a partir do Fundo Petrolífero em 2013

Em 2013 o Governo tenciona levantar do Fundo Petrolífero um montante igual ao RSE de 2013, o qual foi estabelecido em 787,0 milhões de dólares, conforme aprovado pelo Parlamento Nacional. Deste modo não haverá impacto sobre o RSE de 2014.

Produção de Líquidos e de Gás

Tal como foi discutido e como é mostrado no Gráfico 2.5.3.1.2 na secção anterior, estima-se que a produção de líquidos e gás será inferior no Orçamento para 2014 comparativamente ao Orçamento para 2013. O Operador indicou igualmente que a produção irá terminar em 2020, o que é 4 anos mais cedo que o que tinha sido previsto anteriormente. Estas revisões consideráveis em baixa reduzem o RSE de 2014 em 160,0 milhões de dólares.

As causas principais para a revisão em baixa nas estimativas de produção são a inserção de gás seco, as pressões baixas e a produção de água no reservatório. Está igualmente prevista uma suspensão acentuada para 2014.

Preços do Petróleo

O RSE actual para 2014 pressupõe um preço de referência do petróleo nos 107,5 dólares por barril em 2013, com base no desenvolvimento concreto durante a primeira metade do ano e das estimativas da EIA para o futuro.¹⁰ O Orçamento para 2013 assumiu um preço de referência do petróleo de 86,6 dólares por barril em 2013. Embora se estime que a trajectória dos preços do petróleo de ora em diante vá ser ligeiramente mais baixa do que no ano anterior, o efeito líquido envolve uma revisão em alta do RSE de 2014 no valor de 5,0 milhões de dólares.

Diferenciais dos Preços de Líquidos (Condensado e GPL)

O preço para os produtos de condensado do Bayu-Undan é previsto com base no relacionamento histórico com um preço de referência. Este relacionamento histórico, o chamado diferencial de preços, é então projectado para o futuro segundo a previsão de referência (conforme determinada pela EIA) de modo a dar uma estimativa do preço futuro dos produtos vendidos no Mar de Timor. A mudança do índice de referência da WTI para o Brent teve impacto nos diferenciais de preços e reduziu o RSE de 2014 em 20,0 milhões de dólares.

Custo

Está previsto que os custos de produção a partir dos dois operadores (COP e ENI) sejam ligeiramente superiores no Orçamento para 2014 em comparação com o Orçamento para 2013. O aumento nas estimativas de custos reduz o RSE de 2014 em 14,0 milhões de dólares.

Taxa de desconto

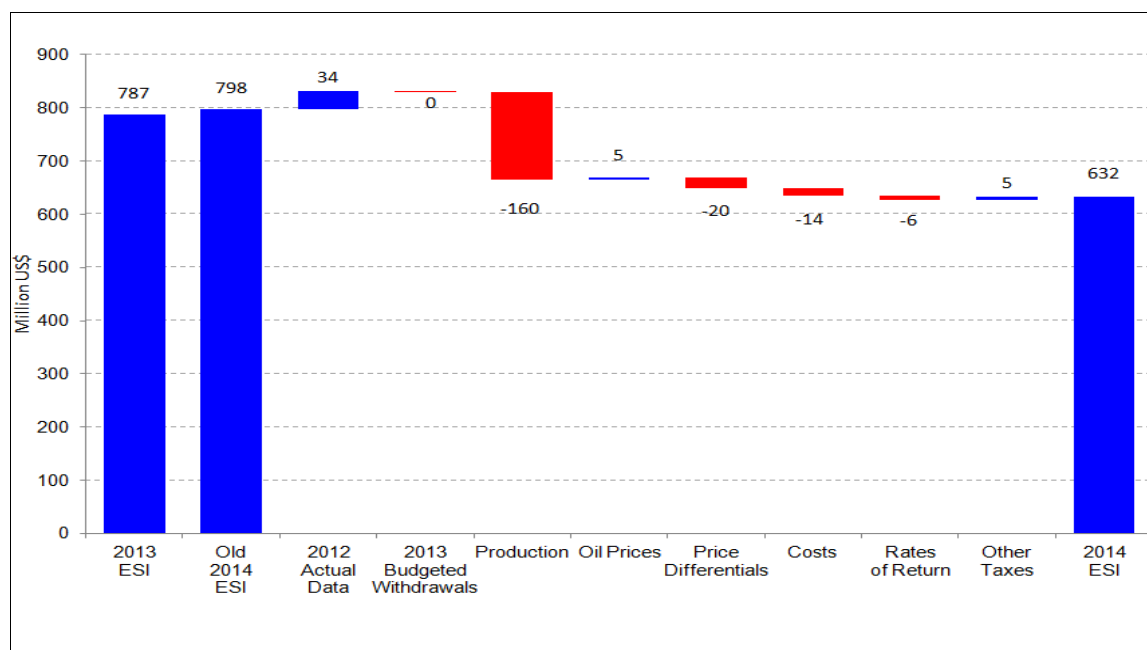
Segundo a lei de Timor-Leste a taxa de desconto utilizada no cálculo do Valor Actual Líquido (VAL) das receitas petrolíferas futuras deve ser igual à taxa de retorno esperada da carteira do Fundo Petrolífero. O retorno nominal esperado a longo prazo é de 5,7 por cento. A ligeira alteração na taxa de desconto do VAL resulta numa diminuição no RSE de 2014 no valor de 6,0 milhões de dólares.

Outros Impostos

A categoria de 'Outros Impostos' inclui impostos sobre vencimentos, cobranças de impostos a partir de subempreiteiros e perfurações de exploração. Estes impostos são previstos no Orçamento para 2014 com base numa análise das cobranças recentes e levando em conta os compromissos ao nível de trabalho de exploração indicados pela Autoridade Nacional do Petróleo (ANP). A alteração na estimativa de outros impostos aumenta o RSE de 2013 em 5,0 milhões de dólares.

¹⁰ Estas estimativas são reportadas pela EIA e estão disponíveis a partir do Panorama Anual de Energia de 2013: <http://www.eia.doe.gov/oiaf/aeo/index.html>.

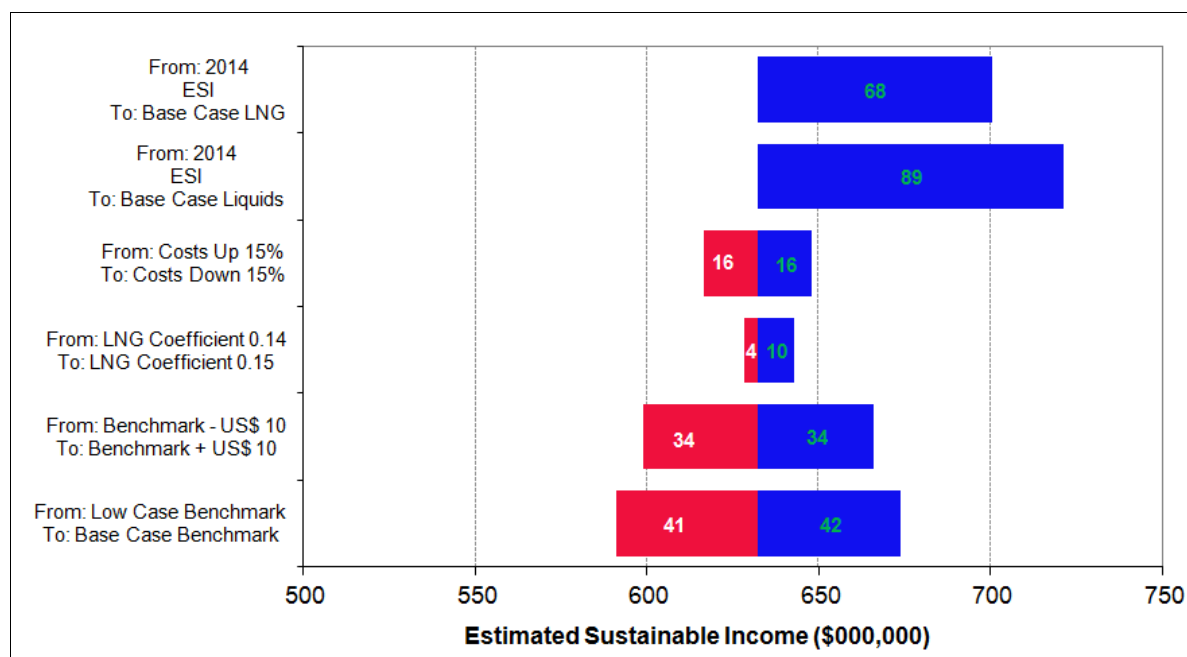
Gráfico 2.5.3.2.3: Alterações no RSE de 2014 (do Orçamento para 2013 para o Orçamento para 2014), em milhões de dólares



Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

Análise de Sensibilidade

O objectivo do Governo é preparar um cálculo do RSE que seja prudente, conforme exigido pela Lei do Fundo Petrolífero. Embora os cálculos assentem nas melhores informações disponíveis e em pareceres dos peritos, cada contribuição está por inerência sujeita a incertezas consideráveis. O Gráfico 2.5.3.2.3 mostra como o RSE muda quando os principais pressupostos são alterados individualmente.

Gráfico 2.5.3.2.4: Análise de Sensibilidade – Rendimentos Sustentáveis Estimados, em milhões de dólares

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

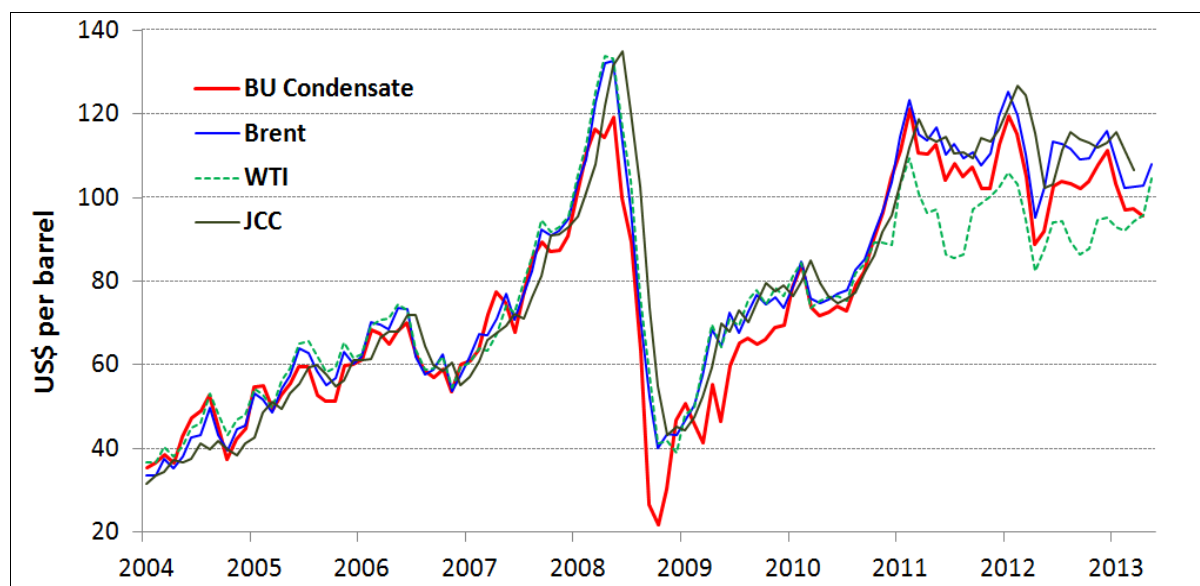
A análise de sensibilidade começa com o RSE de 2014 no valor de 632,3 milhões de dólares e mostra em quanto mudaria o RSE caso se utilizasse um pressuposto diferente em cada uma das principais variáveis. A análise mostra que o preço do petróleo é de longe o factor com maior impacto sobre o RSE.

Revisão da Metodologia

O Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero requer que o RSE seja estimado utilizando pressupostos prudentes que reflectam a melhor prática internacional e que assentem em padrões internacionais reconhecidos. O Ministério das Finanças levou a cabo uma revisão abrangente da metodologia para o RSE calculado no Orçamento para 2011 com assistência técnica do FMI. Não obstante, importa ressaltar que estas projeções são fornecidas pelos operadores e estão sujeitas a alterações após a auditoria. A alteração deste ano na metodologia de previsão do preço do petróleo é a primeira alteração com alguma importância desde então.

A nova metodologia envolve uma alteração do índice de referência do preço do petróleo da WTI para o Brent, uma vez que este último acompanhou melhor os produtos do Bayu-Undan em anos recentes (ver Gráfico 2.5.3.2.4). O Auditor Independente do Fundo Petrolífero, a Deloitte Touche Tohmatsu, levantou esta questão na Carta à Administração datada de 14 de Março de 2013 como parte da sua certificação do RSE de 2013. Sem dispor de índices de referência prontamente disponíveis que satisfaçam os requisitos da Lei do Fundo Petrolífero, o Ministério das Finanças viu-se obrigado a continuar a utilizar a WTI como índice de referência no Orçamento para 2013.

Gráfico 2.5.3.2.5: Preço do Condensado do BU comparado com Preços Mundiais do Petróleo



Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

2.5.3.3 Gestão do Fundo Petrolífero

Modelo do Fundo Petrolífero

A Lei do Fundo Petrolífero visa contribuir para a boa gestão dos recursos petrolíferos de Timor-Leste em benefício das gerações actuais e das gerações vindouras. O Fundo Petrolífero é uma ferramenta que facilita uma política fiscal sólida que dê a devida consideração e peso aos interesses a longo prazo dos cidadãos timorenses. O Fundo Petrolífero ajuda os decisores políticos a tomar decisões bem informadas num ambiente de rendimentos petrolíferos flutuantes que se encontram temporariamente num nível elevado. A decisão sobre *quanto gastar e quanto poupar* (para gastar mais tarde) é tomada anualmente no Orçamento do Estado, o qual pesa todas as prioridades governamentais umas contra as outras.

O mecanismo do Fundo Petrolífero implica que as receitas petrolíferas são transferidas na totalidade para o Fundo e investidas no estrangeiro em aplicações financeiras. A política de investimento do Fundo pretende maximizar os retornos ajustados aos riscos. O único dinheiro que sai do Fundo é através de transferências para o orçamento do governo central, mediante aprovação por parte do Parlamento Nacional. O montante que pode ser transferido para o orçamento é orientado pelo Rendimento Sustentável Estimado (RSE), o qual está definido como 3,0% do total da riqueza petrolífera. Deste modo o objectivo de investimento implícito do Fundo está estabelecido nos 3,0% de retorno real, como condição necessária para garantir a sustentabilidade do lado da despesa em termos de manter o poder de compra da riqueza petrolífera quando a despesa é condicionada pelo RSE.

Governança do Fundo Petrolífero

Assente nos “Princípios de Santiago”¹¹, o modelo de governança do Fundo Petrolífero apresenta um elevado grau de transparência e divulgação de informações. Isto ajuda a granjear o apoio do público relativamente à boa gestão das receitas petrolíferas, bem como a reduzir o risco de má governação. A *transparência* garante que é possível utilizar informações para medir o desempenho das autoridades e evitar possíveis usos indevidos de poderes. Um dos elementos fundamentais da estrutura de governação do Fundo é que não existe uma só pessoa ou instituição responsável por tomar e implementar decisões ao nível de investimento, uma vez que cada parte é formalmente responsável perante outra pelo seu papel no processo decisório. Este grau de transparência serve para encorajar *consenso* e permitir *responsabilização*, o que significa que as autoridades e quem quer que manuseie dinheiros públicos podem ser responsabilizados pelas suas acções.

Na qualidade de poder Executivo, o Governo, através do Ministério das Finanças, é responsável pela gestão global do Fundo Petrolífero em nome do povo de Timor-Leste. A Lei do Fundo Petrolífero torna o Governo responsável perante o Parlamento Nacional através de diversos requisitos de reporte. A gestão operacional é conduzida pelo Banco Central, que investe o capital do Fundo de acordo com directivas estabelecidas pelo Ministério das Finanças e mandatos desenvolvidos pelo Comité de Assessoria para o Investimento (CAI). O Ministério das Finanças é obrigado a solicitar o parecer do CAI antes de tomar decisões relativamente a qualquer questão relacionada com a estratégia de investimento ou com a gestão do Fundo Petrolífero.

Política de Investimento do Fundo Petrolífero

O Fundo Petrolífero foi estabelecido em 2005 com uma estratégia de investimento simples que limitava em grande medida os investimentos a títulos de classificação elevada denominados em dólares americanos e emitidos ou garantidos por Governos. Isto foi considerado necessário para evitar a exposição a situações de risco e volatilidade numa altura em que se estava a criar capacidade. Foi também considerado importante dar tempo para gerar apoio do público e evitar turbulência em termos de perdas de mercado antes de a administração estabelecer um certo grau de integridade, credibilidade e reputação de profissionalismo.

As alterações à Lei do Fundo Petrolífero em 2011, que se seguiram a um processo longo e rigorosos que envolveu todos os intervenientes, permitiram uma alocação até 50,0% para acções públicas, uma alocação não inferior a 50,0% em rendimentos fixos e um limite

¹¹ Os “Fundos de Riqueza Soberana: Princípios e Práticas Geralmente Aceites” do Grupo de Trabalho Internacional, também conhecidos como Princípios de Santiago. Os Princípios identificam um quadro de princípios e práticas geralmente aceites que reflectem devidamente os acordos de governação e de responsabilização, bem como a condução de práticas de investimento por parte de Fundos de Riqueza Soberana (FRSs) numa base sólida e prudente.

máximo de 5,0% em instrumentos alternativos. A justificação para estas alterações assentou em dois aspectos:

1. *Diversificação.* Este é o processo de expor uma carteira a um número de classes de aplicações diferentes (por exemplo títulos e acções) ao invés de a concentrar em apenas uma classe. A chave para o processo de diversificação é que no geral diferentes classes de aplicações não seguem os mesmos percursos. A combinação de aplicações com retornos correlacionados e forma menos que perfeita pode assim mitigar a volatilidade geral.
2. *Possibilitação de gastos sustentáveis.* O Governo acredita que uma alocação alvo de 40,0% de acções ao longo do tempo irá permitir ao Fundo gerar um retorno real de 3,0% com uma probabilidade razoável. Isto será uma condição necessária para garantir a sustentabilidade dos gastos públicos, os quais são orientados pelo Rendimento Sustentável Estimado, estabelecido nos 3,0% da Riqueza Petrolífera. O Governo nota ao mesmo tempo que uma alocação mais elevada para a tradicionalmente mais volátil classe de aplicações de acções públicas envolverá mais flutuações a curto prazo nos retornos de investimento do Fundo. Tendo um horizonte de investimento a longo prazo, o Governo está pronto a aceitar este risco acrescido a curto prazo e acredita que as acções terão um desempenho a longo prazo melhor do que os títulos.

Neste objectivo de investimento a primeira prioridade do Governo tem sido o aumento gradual da alocação de acções, passando de 5,0% no final de 2011 para 40,0% em Junho de 2014, procurando entre outras coisas contrabalançar quaisquer efeitos adversos que possam resultar de um mau timing de mercado. No final do 2.º trimestre de 2013 a alocação do Fundo para acções era de 30,0%, com o restante a permanecer em títulos do Tesouro dos EUA. O Governo está actualmente a explorar formas de diversificar a carteira de títulos. Como primeiro passo para reduzir a concentração de títulos do Tesouro dos EUA, 10,0% do Fundo foram alocados para títulos soberanos de investimento em mercados desenvolvidos fora dos EUA.

Tabela 2.5.3.3.1 Carteira e Estrutura de Gestores do Fundo Petrolífero

Número	Gestores e Mandatos em Junho de 2013	Peso	Valores de Mercado, em milhões de dólares	Retorno desde o início *
Total da Carteira do Fundo Petrolífero		100,0%	13.624,0	3,9%
Carteira de Juros Fixos Internacionais (Títulos)		69,9%	9.516,4	3,3%
1	Banco Central de Timor-Leste – BCTL			
	(Títulos do Tesouro dos EUA de 1 a 3 anos)	9,2%	1.250,7	0,4%
	(Títulos do Tesouro dos EUA de 3 a 5 anos)	40,6%	5.534,1	0,2%
2	Banco de Compensações Internacionais – BIS	20,1%	2.731,6	0,4%
	(Títulos do Tesouro dos EUA de 5 a 10 anos)			
Carteira de Acções Internacionais		30,2%	4.107,6	9,8%
3	Schroders Investment Management – Schroders	5,2%	709,8	10,1%
	(MSCI world)			
4	State Street Global Advisors – SSgA	17,6%	2.395,1	14,3%
	(MSCI world)			
5	BlackRock	7,4%	1.002,7	4,1%
	(MSCI world)			

Fonte: BCTL – Relatório do Fundo Petrolífero no 2.º Trimestre de 2013.

*As datas de início para gestores diferentes não são equivalentes, pelo que não é possível fazer uma comparação directa entre retornos desde o início.

A evolução da alocação de investimento do Fundo Petrolífero envolve um processo sólido e responsável de introdução de novos mandatos de investimento e gestores externos. A Tabela 2.5.3.3.1 mostra a carteira e estrutura de gestores do Fundo Petrolífero em Junho de 2013. O Governo está consciente de que o aumento do número de classes de aplicações e de subaplicações requer um quadro de monitorização mais sofisticado para garantir que cada gestor tem um bom desempenho e que cumpre as orientações. Em termos gerais, o desenvolvimento gradual da estrutura e das capacidades de governação é um pré-requisito para o sucesso do desenvolvimento da estratégia de investimento.

Projeção do Desenvolvimento do Fundo Petrolífero

O saldo do Fundo é de 13.624,0 milhões de dólares em Junho de 2013. Isto representa um aumento de 1.848,8 milhões desde o início do ano. Prevê-se que o saldo do Fundo seja de 14.058,5 milhões no final de 2013, após deduzir a transferência de 787,0 milhões de dólares em 2013 aprovada pelo Parlamento Nacional.

A estimativa actual, indicada na Tabela 2.5.3.3.2, é de que o valor total do Fundo será de 14.058,5 milhões de dólares no final de 2013 e de 16.431,1 milhões no final de 2015, partindo do princípio que haverá transferências superiores ao RSE entre 2014 e 2018, conforme a Tabela 2.1.1.2.

Tabela 2.5.3.3.2 Estimativa das Poupanças do Fundo Petrolífero entre 2011 e 2016, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	Estimat. para 2013	Orçam. para 2014	2015	2016	2017	2018
Saldo de Abertura do FP	9.310,3	11.775,3	14.058,5	15.369,0	16.431,1	17.548,5	18.723,9
Receitas Petrolíferas (excluindo Juros do FP)	3.559,1	2.693,3	1.443,1	1.695,9	1.740,7	1.416,6	1.097,8
Juros do Fundo Petrolífero, Líquidos*	400,8	376,9	770,3	877,2	949,5	1.019,6	1.075,9
Total de Transferências	1.494,9	787,0	902,9	1.511,0	1.572,8	1.260,8	1.240,1
Saldo de Fecho do FP	11.775,3	14.058,5	15.369,0	16.431,1	17.548,5	18.723,9	19.657,5

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

*Líquidos de reavaliação ao nível de gestão e mercado

2.6: Financiamento

2.6.1 Introdução

A Tabela 2.6.1.1. apresenta o financiamento do Orçamento do Estado para 2014, destacando que todas as despesas incorridas pelo Governo serão em última instância pagas através de Receitas Domésticas, financiamento a partir do RSE, transferências superiores ao RSE a partir do Fundo Petrolífero, empréstimos ou utilização do saldo de dinheiro. É igualmente importante sublinhar que os itens financeiros apresentados na tabela seguinte são iguais ao défice não-petrolífero (definido como as receitas domésticas menos o total das despesas).

Contudo é importante que a fonte de financiamento não seja inócua. Quando as despesas são financiadas sobretudo através de receitas domésticas o aumento nas despesas governamentais é proporcional à redução nos gastos por parte de empresas e indivíduos (já que têm de pagar impostos). Assim sendo, é provável que num cenário destes a quantidade total de dinheiro a circular na economia permaneça constante. Pensa-se deste modo que a procura agregada permaneça no geral constante, sendo que quaisquer alterações ao nível de padrões de procura ocorrem devido à natureza dos gastos feitos pelo Governo em oposição aos gastos feitos por empresas.

Por outro lado, caso a despesa seja financiada através de transferências a partir do Fundo Petrolífero isso significa que se está a injectar mais dinheiro na economia, o que se pensa que possa fomentar a procura. Todavia, se não houver um aumento semelhante na oferta isso poderá resultar numa pressão inflacionária elevada. Não obstante isto, se a oferta for estimulada proporcionalmente será possível anular as pressões inflacionárias, pelo menos parcialmente.

Tal como se pode ver na Tabela 2.6.1.1, o RSE, as transferências a partir do Fundo Petrolífero, o uso do saldo de dinheiro e a contracção de empréstimos contribuem para o financiamento do orçamento para 2014. Em relação ao orçamento para 2014, os empréstimos continuam a representar uma proporção relativamente menor do financiamento geral, embora se preveja que este número vá aumentar no futuro.

Tabela 2.6.1.1: Financiamento de 2014 a 2018

	2014	2015	2016	2017	2018
Total do Financiamento	1.333,8	1.628,2	1.731,0	1.400,3	1.277,1
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	632,3	638,7	628,4	616,0	612,8
Transferências superiores ao RSE a partir do FP	270,6	872,2	944,4	644,8	627,3
Uso do Saldo de Dinheiro	379,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos	51,0	117,3	158,2	139,5	37,0

Fontes: Direcção Nacional do Orçamento, Unidade de Administração do Fundo Petrolífero e Secretariado dos Grandes Projectos

A secção de financiamento está por sua vez subdividida em quatro secções. A primeira incide na explicação do RSE e do conceito de transferências superiores ao seu valor. A segunda e a terceira secções incidem respectivamente no uso de empréstimos e do Saldo de Dinheiro. Por fim, a última secção fala sobre as Parceiras Público-Privadas (PPPs).

2.6.2 RSE e Transferências Superiores ao RSE

Tal como descrito na secção 2.5.3.2, o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) foi calculado nos 632,3 milhões de dólares para 2014. O valor estimado do RSE em 2014 é inferior ao do RSE em 2013, o qual tinha sido previsto em 787,0 milhões de dólares. As razões principais que levaram a esta redução no RSE prendem-se com a diminuição na produção estimada e com um ligeiro aumento nos custos previstos.

Contudo, importa salientar que o RSE é baseado nos dados fornecidos pelo Operador, que serão sujeitos a auditoria.

2.6.3 Empréstimos

Esta secção começa por descrever a justificação subjacente à contracção de empréstimos, passando de seguida a descrever os empréstimos contraídos em 2014.

Aquando da decisão sobre o método de financiamento para as infra-estruturas necessárias e acordadas, o Governo tem duas alternativas caso a despesa necessária ultrapasse a soma do RSE e das receitas domésticas. A primeira alternativa é financiar a despesa através de transferências superiores ao RSE, todavia esta medida pode ter um custo de oportunidade muito elevado, uma vez que se abdica de retornos de investimentos do Fundo Petrolífero, os quais vêm a ser cada vez mais significativos. A segunda alternativa é contrair empréstimos em condições favoráveis, caso estes tenham taxas de juro baixas e sejam

utilizados para financiar projectos com qualidade e retorno elevados tanto de uma perspectiva económica como social.

A presente secção irá descrever dois empréstimos, nomeadamente o empréstimo do BAD para melhoria da estrada entre Manatuto e Natarbora e o empréstimo do Banco Mundial para tornar as estradas resistentes ao clima (a tabela 2.6.3.1 contém detalhes sobre ambos). Estes dois projectos fazem parte do Plano Estratégico de Desenvolvimento, o qual pretende reabilitar todas as principais artérias rodoviárias até 2017, e apresentam Taxas de Retorno Económico Interno elevadas, sendo que esta taxa é uma medida utilizada para comparar a viabilidade de um investimento.

O valor total do projecto de reabilitação rodoviária de Manatuto a Natarbora, incluindo a contribuição governamental de 73 milhões de dólares, é de aproximadamente 123 milhões. Os 50 milhões em empréstimos são obtidos a partir de duas fontes, o Fundo Especial (6.672.000 DES, aproximadamente equivalentes a 10 milhões de dólares) e os RCO (40 milhões de dólares), com taxas de juro respectivamente de 2% e LIBOR + 50bps (+0,5 pontos percentuais). Para lá disto, ambos os empréstimos têm um período de graça de 5 anos (o que significa que a dívida só começa a ser amortizada passados 5 anos). Ambas estas taxas são inferiores ao que o Governo teria de pagar em juros caso pedisse emprestados estes valores a instituições privadas, sendo que a taxa de juro é também inferior ao rendimento previsto para os investimentos do Fundo Petrolífero, a qual se situou nos 4.07% este ano mas que deverá atingir os 5,7% a longo prazo. Note-se contudo que, uma vez que o componente do Fundo Especial do empréstimo é em DES (Direitos Especiais de Saque), um cabaz do FMI composto pelas moedas do euro, iene, dólar e libra esterlina, este empréstimo está exposto a algum risco cambial. Por fim, deve igualmente ser referido que a Taxa de Retorno Económico Interno estimada deste projecto é de 9%.

Durante o curso de 2013 o Governo assinou também o seu primeiro empréstimo junto do Banco Mundial, visando financiar o Projecto de Resistência das Estradas ao Clima entre Solerema e Ainaro. O valor total do projecto é de 87 milhões de dólares, incluindo a contribuição governamental de 47 milhões. Os restantes 40 milhões têm dois componentes. O primeiro componente é um empréstimo da AID no valor de 25 milhões de dólares, com uma taxa de juro de 2% e um período de graça de 5 anos. O segundo componente é um empréstimo do BIRD no valor de 15 milhões de dólares, com uma taxa de juro prevista de 3,7% e um período de graça de 8 anos. Note-se, contudo, que não é possível prever com exactidão a taxa de juro do empréstimo junto do BIRD, embora se saiba que esta deverá oscilar entre os 3,2 e os 3,8%. Por fim, dado que este empréstimo é totalmente em dólares americanos, não está sujeito a riscos cambiais.

Tabela 2.6.3.1: Informações sobre Acordos de Empréstimos Assinados

	Empréstimo 1: BAD Manatuto a Natarbora	Empréstimo 2: Banco Mundial Solerema a Ainaro
Valor Total do Empréstimo	50,0 milhões de dólares	40,0 milhões de dólares
Contribuição Contrapartida do Governo	73 milhões	47 milhões
Data de Assinatura	Ainda não assinado	Ainda não assinado
Período de Graça	5 anos	AID 5 anos BIRD 8 anos
Período de Amortização	25 anos	AID 25 anos BIRD 28 anos
Taxa de Juro	SF: 2% OCR:LIBOR + 0.5 bps	AID: 2% BIRD: previsto nos 3,7%

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento e Secretariado dos Grandes Projectos

A Tabela 2.6.3.2. descreve o fluxo em termos do total de desembolsos com empréstimos. Deve-se notar porém que a amortização dos empréstimos só começa em 2017, ano em que termina o período de graça para parte do empréstimo do BAD assinado em Maio de 2012.

Tabela 2.6.3.2: Total de Desembolsos com Empréstimos, 2014 a 2018

	2014	2015	2016	2017	2018
Total de Desembolsos com Empréstimos	42,1	58,0	52,0	27,0	5,0
Contribuição Contrapartida do Governo	28,0	47,0	53,0	27,0	2,0

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento e Secretariado dos Grandes Projectos

2.6.4 Uso do Saldo de Dinheiro

Prevê-se que as despesas concretas em 2013 fiquem aquém da estimativa orçamental, o que implica um saldo financeiro não irrisório no Fundo das Infra-estruturas e no FDCH. Este cenário providencia uma almofada de cerca de três meses, o que pode acomodar alguns atrasos no orçamento e deverá proporcionar menores transferências superiores ao RSE em 2014.

A discriminação do uso do saldo de dinheiro é apresentada na Tabela 2.6.4.1. A maioria deste Saldo de Dinheiro provem do transporte do Saldo do Fundo das Infra-estruturas de 2013 para 2014. Note-se, contudo, que este montante não inclui empréstimos (mostrados separadamente) e é líquido de deduções referentes a projectos em curso. O transporte proveniente do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano é muito menor, \$3,1 milhões de dólares Americanos. Finalmente, a fim de ter em conta as deduções feitas aos projectos em curso, um montante de \$173,9 milhões de dólares Americanos será retirado da Conta do Tesouro.

Tabela 2.6.4.1: Uso do Saldo de Dinheiro 2014, em milhões de dólares

Total	379,9
Transporte do Fundo das Infra-estruturas (não inclui empréstimos) e líquido de deduções	202,9
Transporte do FDCH	3,1
Levantamento do Saldo da Conta do Tesouro	173,9

2.6.5 Parcerias Público-Privadas

As Parcerias Público-Privadas (“PPPs”) são um relacionamento económico entre uma autoridade do sector público e uma empresa do sector privado, através do qual a empresa do sector privado presta um bem ou serviço de interesse público e partilha os respectivos riscos financeiros, técnicos e operacionais. A justificação subjacente para PPPs em Timor-Leste é que este tipo de acordo empresarial tem potencial para permitir ao Governo beneficiar dos conhecimentos especializados e do financiamento do sector privado, possibilitando assim a obtenção de resultados com maior qualidade e eficiência, ao mesmo tempo que os riscos suportados pelo Governo são menores. Todavia, no caso de Timor-Leste estes projectos só podem ser realizados se estiverem alinhados com os objectivos de desenvolvimento do Governo e se tiverem taxas elevadas de retorno económico e social.

Tendo concluído uma política e quadro legal de PPPs, Timor-Leste aprovou já uma PPP relativa ao Porto de Tibar.

O projecto do Porto de Tibar foi aprovado pelo Conselho de Ministros a 2 de Agosto de 2013, tendo ficado definido o dia 5 de Setembro de 2013 como prazo para apresentação de expressões de interesse. Espera-se que o Porto de Tibar cumpra os padrões internacionais em áreas tais como eficiência e operações de carga. Crê-se por conseguinte que o projecto irá aliviar o congestionamento e resolver algumas das limitações do Porto de Díli, cujas possibilidades de expansão são muito limitadas e que só consegue receber pequenas embarcações. Isto é visto como necessário em face do aumento esperado da procura por importações, resultante do crescimento económico previsto para Timor-Leste. Em termos de construção o projecto tem três componentes principais: preparação do local, assentamento das instalações portuárias e manutenção dessas mesmas instalações, tanto durante como após a sua implementação.

Parte 3: Lei do Orçamento do Estado para 2014

3.1 Texto da Lei do Orçamento do Estado



V GOVERNO CONSTITUCIONAL

Proposta de Lei n.º /2013

de.....de.....

Orçamento do Estado para 2014

O Orçamento do Estado para 2014 engloba todas as receitas e despesas do Estado de Timor-Leste.

O Anexo I à Lei do Orçamento do Estado para 2014, doravante designado OE, estabelece o total estimado das receitas do OE de Janeiro a Dezembro de 2014 provenientes de todas as fontes: petrolíferas, não petrolíferas, receitas fiscais, receitas não fiscais e provenientes de empréstimo. O total estimado de receitas é de \$ 2.430,5 milhões de dólares.

O Anexo II à presente lei estabelece todas as dotações orçamentais, sistematizadas da seguinte forma:

1. \$ 166,932 milhões de dólares para Salários e Vencimentos;
2. \$ 475,636 milhões de dólares para Bens e Serviços;
3. \$ 292,175 milhões de dólares para Transferências Públicas;
4. \$ 39,713 milhões de dólares para Capital Menor;
5. \$ 525,544 milhões de dólares para Capital de Desenvolvimento.

Excluindo os serviços e fundos autónomos, os fundos especiais e os empréstimos, o total das dotações orçamentais é de \$1.020,620 milhões de dólares.

A conta do Tesouro do Estado inclui todas as receitas e despesas a partir dos serviços e fundos autónomos, nomeadamente a Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (ANATL), a Autoridade Portuária de Timor-Leste (APORTIL - Incluindo Berlim-Nakroma), o Instituto de Gestão de Equipamento (IGE) e o Serviço Autónomo de Medicamentos e

Equipamentos de Saúde (SAMES). As despesas dessas entidades estão incluídas na rubrica relativa às receitas próprias dos serviços e fundos autónomos no Anexo I, estando o orçamento de despesas propostas inscrito no Anexo III.

O total das estimativas das despesas para os serviços e fundos autónomos em 2014 é de \$14,245 milhões de dólares, dos quais \$9,476 milhões de dólares são transferidos a partir do OE, a fim de subsidiar despesas superiores às suas receitas próprias.

O total da dotação orçamental para o Fundo das Infra-estruturas, incluindo empréstimos, é de \$425,135 milhões de dólares e de \$374,087 milhões de dólares excluindo empréstimos. O saldo transitado do ano de 2013, nos termos da lei, é de \$221,013 milhões de dólares.

O total da dotação orçamental para o Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano é de \$40 milhões de dólares, dos quais o valor de \$3,078 milhões de dólares corresponde ao saldo transitado do ano de 2013, nos termos da lei.

O total estimado das despesas do OGE é de \$1.500 milhões de dólares.

O total máximo aprovado para financiamento com recurso ao endividamento público, em 2014, é de \$51,049 milhões de dólares.

As receitas não petrolíferas estimadas são de \$161,4 milhões de dólares.

Assim, o défice fiscal é de \$1.333,9 milhões de dólares, o qual é financiado em \$902,9 milhões de dólares a partir do Fundo Petrolífero, em \$51 milhões de dólares através do recurso ao crédito público, em \$206 milhões de dólares do saldo transitado dos Fundos Especiais (\$202,9 milhões de dólares do Fundo das Infra-estruturas e \$3,1 milhões de dólares do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano) e em \$173,9 milhões de dólares a partir do saldo da Conta do Tesouro.

O Governo apresenta ao Parlamento Nacional, ao abrigo da alínea c), do n.º 1 do artigo 97.º e do n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República, a seguinte Proposta de Lei:

Capítulo I

Definições e aprovação

Artigo 1.º

Definições

Para os efeitos da presente lei, entende-se por:

- a) "Categoria de Despesa" – O agrupamento das despesas sob as cinco categorias seguintes:
 - i) "Salários e Vencimentos", o montante global que um Órgão pode gastar com Salários e Vencimentos para os titulares dos cargos políticos e os funcionários permanentes, temporários e a tempo parcial;

- ii) "Bens e Serviços", o montante global que um Órgão pode gastar na aquisição de Bens e Serviços;
 - iii) "Transferências Públicas", o montante global que um Órgão pode gastar em subvenções públicas e pagamentos consignados;
 - iv) "Capital Menor", o montante global que um Órgão pode gastar na aquisição de bens de Capital Menor;
 - v) "Capital de Desenvolvimento", o montante global que um Órgão pode gastar em projectos de Capital de Desenvolvimento.
- b) "Despesas Compensadas pelas Receitas", as despesas suportadas pelas receitas próprias cobradas pelos serviços e fundos autónomos, desde que o montante não exceda o valor total das receitas que deram entrada nas contas relevantes do Tesouro;
 - c) "Dotação Orçamental", o montante máximo inscrito no OE a favor de um Órgão com vista à realização de determinada despesa;
 - d) "Órgão / Órgãos", o termo genérico adoptado no OE para indicar o sector público administrativo sujeito à disciplina orçamental e que, segundo a classificação orgânica, se pode dividir em títulos tais como, Gabinete do Presidente da República, Parlamento Nacional, Governo (Gabinete do Primeiro-Ministro, Presidência do Conselho de Ministros, Ministérios e Secretarias de Estado), Tribunais e Procuradoria Geral da República, bem como outras instituições que constam do Anexo II;
 - e) "Rubricas de Despesa", as rubricas de despesa individual dentro de cada Categoria de Despesa, com base na estrutura de código de contas de despesa mantida pelo Tesouro.

Artigo 2.º

Aprovação

É aprovado o Orçamento do Estado para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2014 e 31 de Dezembro de 2014, incluindo:

- a) O total de receitas por agrupamentos, incluindo as receitas próprias dos serviços e fundos autónomos, dos fundos especiais e dos empréstimos, constantes do Anexo I à presente lei, dela fazendo parte integrante;
- b) O total de despesas por agrupamentos, incluindo as verbas a serem transferidas do Orçamento Geral do Estado para os serviços e fundos autónomos, em 2014, constantes do Anexo II à presente lei, dela fazendo parte integrante;
- c) O total de despesas dos serviços e fundos autónomos a serem financiadas a partir das suas receitas próprias e do Orçamento do Estado, constantes do Anexo III à presente lei, dela fazendo parte integrante;
- d) O total de despesas correspondentes à dotação do Fundo das Infra-Estruturas, para 2014, incluindo saldos transitados e despesas financiadas através do recurso ao endividamento público, constantes do Anexo IV à presente lei, dela fazendo parte integrante;

- e) O total das despesas correspondentes à dotação do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, para 2014, incluindo saldos transitados, constantes do Anexo V à presente lei, dela fazendo parte integrante.

Capítulo II

Receitas

Artigo 3.º

Impostos e taxas

Durante o ano de 2014, o Governo está autorizado a cobrar os impostos e taxas constantes da legislação em vigor.

Capítulo III

Autorização para transferência do Fundo Petrolífero

Artigo 4.º

Limite autorizado para crédito do OE

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de Setembro, Lei do Fundo Petrolífero, o montante das transferências do Fundo Petrolífero para 2014 não excede \$902,9 milhões de dólares e só se efectua após cumprimento do disposto no artigo 8.º da supracitada lei.

Capítulo IV

Constituição de Dívida Pública, Parcerias Público-Privadas e Garantias

Artigo 5.º

Montante Máximo de Endividamento Autorizado

1. Com o objectivo de fazer face às necessidades de financiamento relacionadas com a construção de infra-estruturas estratégicas para o desenvolvimento do País, fica o Governo autorizado, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, na redacção que lhe foi ultimamente dada pela Lei n.º 3/2013, de 11 de Setembro, sobre Orçamento e Gestão Financeira e do artigo 3.º da Lei n.º 13/2011, de 28 de Setembro, sobre o Regime da Dívida Pública a recorrer ao endividamento externo concessional até ao montante máximo de \$270 milhões de dólares, com um prazo máximo de 40 anos.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, em 2014 o financiamento proveniente de empréstimos não excede \$51 milhões de dólares.

Artigo 6.º

Montante Máximo Autorizado para Acordos de Parcerias Público-Privadas

Em 2014, o Governo fica autorizado a assinar acordos de parcerias público-privadas até ao montante máximo de \$500 milhões de dólares.

Artigo 7.º

Montante Máximo Autorizado de Quota de Membro de Organização Internacional

1. Em 2014, o Governo fica autorizado a assinar a garantia de pagamento da quota de membro do Fundo Monetário Internacional, caso a referida seja solicitada, até ao montante máximo de \$55,5 milhões de dólares.
2. Qualquer pagamento relacionado com o referido no número anterior deve ser aprovado pelo Parlamento Nacional.

Capítulo V

Execução Orçamental

Artigo 8.º

Pagamento de impostos sobre importações

O Tesouro fica autorizado a estabelecer e a implementar um mecanismo de contabilidade para o registo e controlo das receitas e despesas, correspondente ao pagamento de impostos sobre importações efectuadas pelos Órgãos ou em seu nome.

Artigo 9.º

Dotações para todo o Governo

De acordo com os critérios claros e precisos estabelecidos relativamente às despesas públicas, o Governo inscreve no orçamento das Dotações para Todo o Governo as seguintes dotações, cuja gestão fica a cargo do Ministério das Finanças:

- a) Fundo de Contrapartidas;
- b) Auditoria Externa;
- c) Reserva de Contingência;
- d) Quotas de Membro de Instituições Internacionais;
- e) Pensões aos Ex-Titulares e Ex-Membros dos Órgãos de Soberania;
- f) Construção dos Postos Integrados na Fronteira;
- g) Fundo de Contribuição às Instituições de Carácter Social;
- h) Provisão para g7+;
- i) Serviço de Registo e Verificação Empresarial;
- j) Secretariado dos Grandes Projectos;
- k) Provisão para Serviços Legais;
- l) Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP;
- m) Provisão para Linha de Crédito Através de Instituição Bancária;
- n) Contribuição Financeira;
- o) Provisão para Actividades de Pesquisa Estatística;
- p) Provisão para Transição dos Profissionais da Educação.

Capítulo VI

Serviços e fundos autónomos e fundos especiais

Artigo 10.º

Receitas Próprias

1. As previsões das receitas a serem cobradas pelos serviços e fundos autónomos constam do Anexo I.
2. As despesas resultantes das transferências a partir do OE para os serviços e fundos autónomos e para os fundos especiais, bem como a previsão das respectivas despesas, constam do Anexo II.
3. Os orçamentos por categoria de despesa relativos aos serviços e fundos autónomos parcialmente financiados por receitas próprias constam do Anexo III.
4. A dotação do Fundo das Infra-estruturas consta do Anexo IV.
5. A dotação do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano consta do Anexo V.
6. Os Avisos de Autorização de Despesa a favor dos serviços e fundos autónomos, a partir das receitas próprias, só podem ser autorizados após recepção, por parte do Estado, das respectivas receitas, sendo as referidas autorizações obrigatoriamente de valor igual ou inferior.

Capítulo VII

Disposições Finais

Artigo 11.º

Financiamento através de doadores independentes

1. Cada Órgão só pode estabelecer acordos com doadores independentes para o fornecimento de recursos adicionais ou complementares ao financiamento contido nas afectações orçamentais na presente lei, mediante parecer prévio obrigatório do ministro responsável pela área das Finanças.
2. A gestão deste financiamento deve ser feita de acordo com as directivas emitidas pelo Ministério das Finanças e com os requisitos dos doadores.

Artigo 12.º

Responsabilidade

1. A assinatura de contratos sem cabimento orçamental gera responsabilidade política, financeira, civil e criminal, nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, ultimamente alterada pela Lei n.º 3/2013, de 11 de Setembro.

2. Para efeitos de efectivação da responsabilidade financeira prevista no número anterior, considera-se que o titular do cargo político procede a um pagamento indevido, sujeito a condenação em reposição da quantia correspondente, nos termos do artigo 44.º e seguintes da Lei n.º 9/2011, de 17 de Agosto, que aprova a Orgânica da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas, entretanto alterada pela lei n.º 3/2013, de 11 de Setembro.

Artigo 13.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2014.

Aprovada em Conselho de Ministros em 22 de Outubro de 2013.

O Primeiro-Ministro,

Kay Rala Xanana Gusmão

3.2 Anexo I: Estimativa das Receitas a Cobrar pelo Estado em 2014

Estimativa de receitas a serem cobradas, empréstimos e saldos dos fundos especiais do Orçamento do Estado para 2014 (US\$ milhões)*

Tabela I - Estimativa de receitas e empréstimos

1	Receitas Totais	2,430.5
1.1	Receitas Petrolíferas	2,213.4
1.1.1	Impostos sobre lucros petrolíferos	681.1
1.1.2	Impostos do Mar de Timor (incluindo Kitan)	200.1
1.1.3	Impostos sobre o Rendimento	303.2
1.1.4	Impostos sobre Lucros Adicionais	204.5
1.1.5	Outros Impostos e Taxas Petrolíferas	54.2
1.1.6	Juros do Fundo Petrolífero	770.3
1.2	Receitas Não Petrolíferas	161.4
1.2.1	Impostos Directos	45.1
1.2.2	Impostos Indirectos	74.6
1.2.3	Outras Receitas e Taxas	0.3
1.2.4	Taxas e Encargos	15.5
1.2.5	Receitas dos Jogos Sociais	0.2
1.2.6	Vendas de Arroz	6.4
1.2.7	Vendas de Produtos Locais	0.1
1.2.8	Juros da Conta do Tesouro	0.2
1.2.9	Receitas de Electricidade	19.0
1.3	Doações	0.0
1.4	Receitas Próprias dos Serviços e Fundos Autónomos	4.8
1.5	Empréstimos	51.0

Tabela II – Financiamento e receitas

Receitas não petrolíferas incluindo receitas próprias dos serviços e fundos autónomos	166.1
Transferência do Fundo Petrolífero	902.9
Empréstimos	51.0
Utilização do Saldo da Conta do Tesouro	173.9
Saldo do Fundo das Infra-estruturas	202.9
Saldo do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	3.1
Total	1,500.0

*Valores arredondados

3.3 Anexo II: Dotações Orçamentais para 2014

Dotações Orçamentais para 2014 (US\$'000)

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Incluindo Serviços e Fundos Autónomos, Fundos Especiais e Empréstimos	166,932	475,636	292,175	39,713	525,544	1,500,000
Excluindo Serviços e Fundos Autónomos, Fundos Especiais e Empréstimos	165,187	429,115	292,175	34,535	99,608	1,020,620
Incluindo Serviços e Fundos Autónomos	166,932	435,636	292,175	39,713	100,408	1,034,864
Total Serviços e Fundos Autónomos	1,746	6,521	-	5,178	800	14,245
Total Fundos Especiais	-	40,000	-	-	425,135	465,135
Fundos Especiais (Excluindo Empréstimo) Nova Dotação	-	36,921	-	-	171,181	208,102
Fundos Especiais (Excluindo Empréstimo)- Saldo Transitado 2013	-	3,079	-	-	202,905	205,985
Empréstimo Nova Dotação	-	-	-	-	32,941	32,941
Empréstimo Saldo Transitado 2013	-	-	-	-	18,108	18,108
Presidência da República	774	6,361	131	1,772	500	9,538
Casa Civil	-	750	-	-	-	750
Direcção-Geral	774	4,533	-	1,362	500	7,169
Casa Militar	-	551	-	342	-	893
Secretariado Técnico Post CAVR	-	383	-	68	-	451
Equipa para a Reforma e Desenvolvimento	-	144	131	-	-	275
Parlamento Nacional	4,337	7,585	748	830	-	13,500
Parlamento Nacional	3,347	1,789	-	-	-	5,136
Gabinete do Presidente do Parlamento	73	731	-	-	-	804
Bancadas Parlamentares	-	-	748	-	-	748
Secretariado do Parlamento Nacional	917	3,193	-	826	-	4,936
Comissão A	-	150	-	-	-	150
Comissão B	-	141	-	-	-	141
Comissão C	-	175	-	-	-	175
Comissão D	-	151	-	-	-	151
Comissão E	-	153	-	-	-	153

Esboço Livro 1 do Orçamento Geral do Estado para 2014

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Comissão F	-	237	-	-	-	237
Comissão G	-	68	-	-	-	68
Conselho de Fiscalização SNI	-	283	-	3	-	286
Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero	-	375	-	1	-	376
Grupo Mulheres Parlamentares de Timor Leste	-	139	-	-	-	139
Primeiro-Ministro	842	9,617	42,450	2,224	76,906	132,039
Gabinete do Primeiro-Ministro	92	-	-	-	-	92
Secretariado do Primeiro-Ministro	24	1,646	1,500	-	-	3,170
Gabinete da Inspeção-Geral	288	569	-	29	-	886
Direcção-Geral	17	7	-	-	-	24
Direcção Nacional de Administração e Finanças	69	1,188	-	165	-	1,422
Direcção Nacional de Recursos Humanos	73	41	-	-	-	114
Assessoria da Sociedade Civil	31	123	14,950	-	-	15,104
Residência Oficial do Primeiro-Ministro	-	82	-	-	-	82
Agência de Desenvolvimento Nacional	-	1,920	26,000	1,615	-	29,535
Programa de Desenvolvimento Integrado Distrital	-	-	-	-	76,906	76,906
Comissão Nacional de Aprovisionamento	-	2,625	-	75	-	2,700
Serviço Nacional de Inteligência	211	1,117	-	300	-	1,628
Agência de Planeamento Estratégico de Investimento	37	298	-	40	-	375
Vice-Primeiro-Ministro, Coordenador dos Assuntos Sociais	165	861	-	13	-	1,039
Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro, Coordenador dos Assuntos Sociais	165	861	-	13	-	1,039
Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros	354	5,710	500	229	-	6,793
Gabinete do Ministro	79	931	-	-	-	1,010
Direcção Nacional de Administração e de Apoio ao Conselho de Ministros	183	1,199	-	198	-	1,580
Direcção Nacional dos Serviços de Tradução	67	76	-	31	-	174
Unidade de Apoio Jurídico	26	504	-	-	-	530
Projecto de Zona Especial de Economia Social de Mercado	-	2,000	500	-	-	2,500
Comissão Trilateral <i>ad hoc</i> Timor-Leste, Austrália e Indonésia	-	1,000	-	-	-	1,000
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	152	794	-	3,000	-	3,945
Gabinete do Secretário de Estado	67	470	-	200	-	737

Esboço Livro 1 do Orçamento Geral do Estado para 2014

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gráfica Nacional	85	324	-	2,800	-	3,209
Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares	89	159	-	-	-	247
Gabinete da Secretária de Estado	89	159	-	-	-	248
Secretaria de Estado da Comunicação Social	248	1,379	100	126	-	1,852
Gabinete do Secretário de Estado	63	537	-	39	-	639
Direcção de Disseminação de Informação	82	452	100	74	-	708
Centro de Rádios Comunitárias	60	390	-	13	-	463
Direcção Nacional de Administração e Finanças	43	-	-	-	-	43
Secretario de Estado do Fortalecimento Institucional	114	1,115	-	19	-	1,248
Gabinete do Secretário de Estado	114	1,115	-	19	-	1,248
Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado	509	2,128	100	274	-	3,011
Gabinete da Secretária de Estado	67	1,327	-	140	-	1,534
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	432	495	100	94	-	1,121
Agência Especializada de Investimento	10	306	-	40	-	356
Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade	277	1,288	-	61	-	1,626
Gabinete da Secretária de Estado	65	222	-	-	-	287
Direcção-Geral	51	167	-	5	-	223
Direcção Nacional de Administração, Logística e Finanças	55	359	-	36	-	450
Direcção Nacional de Política e Desenvolvimento do Género	92	523	-	19	-	634
Inspector e Auditor	14	17	-	1	-	32
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	472	1,442	5,527	29	-	7,470
Gabinete do Secretário de Estado	66	540	400	-	-	1,006
Direcção-Geral	12	21	-	-	-	33
Direcção Nacional de Administração e Finanças	176	648	-	29	-	853
Direcção Nacional da Juventude	42	17	624	-	-	683
Direcção Nacional da Educação Física e Desporto	39	23	3,591	-	-	3,653
Direcção Nacional da Política do Desenvolvimento	30	39	456	-	-	525
Direcção Nacional de Comunicação	47	123	-	-	-	170
Direcção Nacional de Arte	30	11	456	-	-	497
Gabinete de Inspeção e Auditoria Interna	34	20	-	-	-	54

Esboço Livro 1 do Orçamento Geral do Estado para 2014

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego	1,447	1,790	12,023	137	-	15,397
Gabinete do Secretário de Estado	69	403	-	3	-	475
Inspecção-Geral do Trabalho	189	181	-	99	-	469
Direcção-Geral	147	40	-	7	-	194
Direcção Nacional de Administração e Finanças	246	503	-	9	-	758
Direcção Nacional do Aprovisionamento	21	16	-	-	-	37
Direcção Nacional da Condição do Trabalho	34	63	-	-	-	97
Direcção Nacional da Prevenção de Risco Profissional	28	56	-	-	-	84
Direcção Nacional da Colocação, Emprego e Protecção do Desemprego	28	30	-	4	-	62
Direcção Nacional da Segurança e Protecção Social	24	18	-	5	-	47
Direcção Nacional da Formação Profissional	114	69	-	3	-	186
Direcção Nacional de Emprego	101	76	12,014	2	-	12,193
Direcção Nacional das Relações de Trabalho	82	62	9	6	-	159
Secretaria de Apoio ao Conselho Nacional de Trabalho	41	25	-	-	-	66
Gabinete de Assistência Jurídica	8	9	-	-	-	17
Instituto Nacional do Desenvolvimento de mão-de-obra	19	65	-	-	-	84
Gabinete do Fundo de Emprego e Formação Profissional	10	22	-	-	-	32
Adido do Trabalho na Coreia do Sul	204	104	-	-	-	308
Centro de Formação SENAI	81	48	-	-	-	129
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	11,442	17,276	2,068	1,446	-	32,232
Gabinete do Ministro	34	947	-	-	-	981
Gabinete de Inspecção-Geral e Auditoria	-	220	-	-	-	220
Instituto Diplomático	-	272	-	295	-	567
Ordenador Nacional	-	84	-	65	-	149
Agência de Cooperação de Timor-Leste	-	432	2,068	-	-	2,500
Gabinete do Vice-Ministro	27	252	-	-	-	279
Gabinete do Scretário de Estado para os Assuntos da ASEAN	23	899	-	-	-	922
Direcção-Geral para os Assuntus da ASEAN	-	100	-	-	-	100
Secretário-Geral	11,358	4,899	-	419	-	16,676
Desvalorização do Dólar	-	489	-	30	-	519

Esboço Livro 1 do Orçamento Geral do Estado para 2014

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Celebração dos Dias Nacionais	-	123	-	-	-	123
Direcção-Geral do Protocolo	-	27	-	-	-	27
Direcção-Geral para os Assunto Bilaterais da Ásia e Pacífico	-	100	-	-	-	100
Direcção-Geral para os Assunto Bilaterais da América, Europa e África	-	200	-	-	-	200
Direcção-Geral para os Assunto Multilaterais	-	200	-	-	-	200
Direcção-Geral dos Assuntus Consulares e Comunidades Timorenses	-	640	-	45	-	685
Missão Permanente em Nova Iorque	-	435	-	-	-	435
Embaixada - Lisboa	-	271	-	9	-	280
Embaixada - Jacarta	-	221	-	-	-	221
Consulado - Denpasar	-	137	-	23	-	160
Consulado - Kupang	-	36	-	-	-	36
Demarcação da Fronteira Terrestre	-	380	-	90	-	470
Embaixada - Washington	-	424	-	53	-	477
Embaixada - Camberra	-	233	-	-	-	233
Consulado - Sidney	-	101	-	-	-	101
Consulado - Darwin	-	222	-	-	-	222
Embaixada - Kuala Lumpur	-	228	-	5	-	233
Embaixada - Bruxelas	-	328	-	-	-	328
Embaixada - Bangucoque	-	124	-	-	-	124
Embaixada - Tóquio	-	453	-	20	-	473
Embaixada - Pequim	-	232	-	-	-	232
Embaixada - Maputo	-	176	-	-	-	176
Embaixada - Havana	-	149	-	22	-	171
Embaixada - Manila	-	136	-	-	-	136
Embaixada - Genebra	-	224	-	-	-	224
Embaixada - Vaticano	-	216	-	10	-	226
Embaixada - Brasilia	-	231	-	-	-	231
Embaixada - Seul	-	137	-	-	-	137
Embaixada - CPLP/Unesco	-	225	-	5	-	230
Embaixada - Pretória	-	224	-	-	-	224

Esboço Livro 1 do Orçamento Geral do Estado para 2014

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Embaixada - Luanda	-	234	-	2	-	236
Embaixada - Singapura	-	447	-	6	-	453
Embaixada - Vietname	-	167	-	22	-	189
Agente Consular Atambua	-	43	-	-	-	43
Embaixada - Londres	-	271	-	-	-	271
Consulado - Nova-Zelândia	-	219	-	-	-	219
Embaixada - Laos	-	106	-	81	-	187
Embaixada - Myanmar	-	116	-	81	-	197
Embaixada - Cambodja	-	107	-	81	-	188
Embaixada - Brunei	-	139	-	82	-	221
Ministério da Defesa e Segurança	25,550	33,951	300	4,976	350	65,127
Ministro da Defesa e Segurança	72	1,974	-	-	-	2,046
Gabinete do Ministro	72	1,974	-	-	-	2,046
Secretaria de Estado da Defesa	762	1,790	300	191	350	3,393
Gabinete do Secretário de Estado	58	424	180	-	-	662
Direcção-Geral	13	54	120	-	-	187
Gabinete de Inspecção e Auditoria	24	51	-	-	-	75
Direcção Nacional de Administração e Finanças	50	579	-	153	350	1,132
Direcção Nacional de Planeamento e Intercâmbio Internacional	518	420	-	14	-	952
Direcção Nacional de Aprovisionamento	35	100	-	-	-	135
Direcção Nacional do Património	42	84	-	-	-	126
Direcção Nacional de Recursos Humanos	22	78	-	25	-	125
FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste	7,645	11,406	-	1,988	-	21,039
FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste	-	10,357	-	1,988	-	12,345
Quartel-Geral das F-FDTL	7,645	1,049	-	-	-	8,694
Secretaria de Estado de Segurança	3,725	5,092	-	783	-	9,600
Gabinete do Secretário de Estado	65	61	-	-	-	126
Direcção-Geral	53	169	-	-	-	222
Gabinete de Inspecção e Auditoria	49	95	-	-	-	144
Direcção Nacional de Administração	111	755	-	251	-	1,117

Esboço Livro 1 do Orçamento Geral do Estado para 2014

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional de Finanças	57	23	-	-	-	80
Direcção Nacional de Protecção Civil	1,006	685	-	383	-	2,074
Direcção Nacional de Segurança de Edifícios Públicos	1,817	2,209	-	65	-	4,091
Direcção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários	110	193	-	3	-	306
Direcção Nacional de Aprovisionamento	68	40	-	-	-	108
Serviços de Migração - Civil	388	864	-	81	-	1,333
Polícia Nacional de Timor-Leste	13,201	12,416	-	1,859	-	27,476
Direcção Nacional de Administração e Finanças	13,201	4,626	-	1,459	-	19,286
Unidade Especial da Polícia	-	1,760	-	100	-	1,860
Unidade de Patrulhamento das Fronteiras	-	855	-	161	-	1,016
Unidade Marítima	-	1,297	-	10	-	1,307
Comando Nacional de Operações	-	910	-	94	-	1,004
Centro de Formação da Polícia	-	922	-	34	-	956
Região I	-	904	-	3	-	907
Região II	-	522	-	-	-	522
Região III	-	518	-	-	-	518
Região Oecusse	-	101	-	-	-	101
Intituto de Defesa Nacional	145	1,274	-	154	-	1,573
Intituto de Defesa Nacional	145	1,274	-	154	-	1,573
Ministério das Finanças	4,063	11,038	-	200	-	15,301
Gabinetes da Ministra e da Vice-Ministra	95	-	-	-	-	95
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	688	11,038	-	200	-	11,926
Direcção-Geral de Finanças do Estado	381	-	-	-	-	381
Direcção-Geral do Tesouro	353	-	-	-	-	353
Direcção-Geral de Impostos	313	-	-	-	-	313
Direcção-Geral das Alfândegas	1,328	-	-	-	-	1,328
Direcção-Geral de Estatística	760	-	-	-	-	760
Unidades Orgânicas do Ministério	145	-	-	-	-	145
Dotações para todo o Governo	-	59,782	22,700	-	-	82,482
Fundo de Contrapartidas	-	4,000	-	-	-	4,000

Esboço Livro 1 do Orçamento Geral do Estado para 2014

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Auditoria Externa	-	1,500	-	-	-	1,500
Reserva de Contingência	-	24,713	-	-	-	24,713
Quotas de Membro de Instituições Internacionais	-	2,500	-	-	-	2,500
Pensões aos Ex Titulares e Ex-Membros dos Órgãos de Soberania	-	-	5,000	-	-	5,000
Construção de Postos Integrados na Fronteira	-	807	-	-	-	807
Fundo Contribuição às Instituições de Carácter Social	-	-	5,200	-	-	5,200
Provisão para g7+	-	-	2,500	-	-	2,500
Serviço de Registo e Verificação Empresarial	-	482	-	-	-	482
Secretariado dos Grandes Projectos	-	1,175	-	-	-	1,175
Provisão para Serviços Legais	-	10,000	-	-	-	10,000
Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP	-	2,086	-	-	-	2,086
Provisão para linha de crédito através de instituição bancária	-	-	10,000	-	-	10,000
Contribuição Financeira	-	2,000	-	-	-	2,000
Provisão para actividades de pesquisa estatística	-	1,000	-	-	-	1,000
Provisão para transição dos profissionais da educação	-	9,519	-	-	-	9,519
Ministério da Justiça	3,379	4,335	11,000	777	450	19,941
Gabinete do Ministro	78	57	-	-	-	135
Gabinete do Vice-Ministro	65	49	-	-	-	114
Gabinete do Secretário de Estado de Terras e Propriedades	63	39	-	-	-	102
Direcção-Geral	38	10	-	6	-	54
Gabinete de Inspeção e Auditoria	63	80	-	6	-	149
Direcção Nacional de Administração e Finanças	270	708	-	587	-	1,565
Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação	96	53	-	5	-	154
Direcção Nacional dos Direitos Humanos da Cidadania	90	52	-	6	-	148
Direcção Nacional dos Registos e do Notariado	563	1,003	-	38	200	1,804
Direcção Nacional dos Serviços Prisionais e Reinserção Social	734	928	-	13	250	1,925
Centro de Formação Jurídica	92	73	-	13	-	178
Defensoria Pública	673	221	-	26	-	920
Direcção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais	530	971	11,000	71	-	12,572
Comissão Nacional dos Direitos da Criança	23	92	-	7	-	122

Esboço Livro 1 do Orçamento Geral do Estado para 2014

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Ministério da Saúde Incluindo Serviços e Fundos Autónomos	27,283	28,857	9,000	2,077	-	67,217
Ministério da Saúde Excluindo Serviços e Fundos Autónomos	26,967	28,339	9,000	1,937	-	66,243
Gabinete do Ministro	44	530	-	5	-	579
Gabinete da Vice-Ministra da Ética e Prestação de Serviços	43	161	-	4	-	208
Gabinete da Vice-Minstra para Gestão, Apoio e Recursos	43	162	-	4	-	209
Gabinete de Inspeção, Fiscalização e Auditoria	157	104	-	-	-	261
Direcção-Geral	92	268	-	-	-	360
Direcção Nacional de Administração, Logística e Aprovisionamento	633	1,401	4,550	195	-	6,779
Direcção Nacional do Plano e Finanças	476	975	150	52	-	1,653
Direcção Nacional de Saúde Comunitária	476	975	150	52	-	1,653
Direcção Nacional da Política, Planeamento e Cooperação	114	439	-	2	-	555
Direcção Nacional de Serviços Hospitalares	449	13,252	3,900	42	-	17,643
Laboratório Nacional	228	298	-	37	-	563
Hospital Nacional Guido Valadares	5,422	2,655	-	443	-	8,520
Hospital Referência de Baucau	1,733	803	-	193	-	2,729
Hospital Referência de Maliana	1,091	670	-	93	-	1,854
Hospital Referência de Maubisse	1,088	640	-	103	-	1,831
Hospital Referência de Oecusse	1,064	600	-	103	-	1,767
Hospital Referência de Suai	1,351	604	-	103	-	2,058
Serviços Distritais de Saúde de Aileu	681	196	-	3	-	880
Serviços Distritais de Saúde de Ainaro	658	256	-	63	-	977
Serviços Distritais de Saúde de Baucau	1,163	212	-	3	-	1,378
Serviços Distritais de Saúde de Bobonaro	887	241	-	3	-	1,131
Serviços Distritais de Saúde de Covalima	905	224	-	63	-	1,192
Serviços Distritais de Saúde de Dili	1,159	257	-	3	-	1,419
Serviços Distritais de Saúde de Ermera	1,067	310	-	48	-	1,425
Serviços Distritais de Saúde de Lautém	1,013	310	-	3	-	1,326
Serviços Distritais de Saúde de Liquiçá	722	166	-	3	-	891
Serviços Distritais de Saúde de Manatuto	1,083	342	-	63	-	1,488
Serviços Distritais de Saúde de Manufahi	815	262	-	63	-	1,140

Esboço Livro 1 do Orçamento Geral do Estado para 2014

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Instituto de Ciências da Saúde	242	360	-	42	-	644
Serviços Distritais de Saúde de Oecusse	726	205	-	63	-	994
Serviços Distritais de Saúde de Viqueque	1,225	354	-	48	-	1,627
Gabinete da Ética e Controlo de Qualidade	126	115	250	38	-	529
SAMES (Serviço e Fundo Autónomo)	317	518	-	140	-	975
Ministério da Educação	47,506	53,447	3,060	2,605	-	106,618
Gabinete do Ministro	75	108	-	-	-	183
Gabinete do Vice-Ministro do Ensino Básico	65	52	-	-	-	117
Gabinete do Vice-Ministro do Ensino Secundário	65	52	-	-	-	117
Gabinete do Vice-Ministro do Ensino Superior e Ciência	65	50	-	-	-	115
Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia	75	-	-	-	-	75
Gabinete do Inspector-Geral	112	47	-	-	-	159
Gabinete de Protocolo e Média	162	36	-	-	-	198
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	57	21	-	-	-	78
Direcção-Geral do Ensino Superior	30	33	-	-	-	63
Direcção Nacional de Finanças e Logística	336	9,611	-	1,321	-	11,268
Direcção Nacional dos Recursos Humanos	1,423	185	-	-	-	1,608
Direcção Nacional de Aprovisionamento	52	16	-	-	-	68
Direcção Nacional do Ensino Superior Universitário	88	828	2,560	48	-	3,524
Direcção Nacional do Ensino Superior Técnico	79	71	-	-	-	150
Direcção Nacional de Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias	80	82	-	-	-	162
Direcção Nacional de Acção Social Escolar	120	23,159	-	-	-	23,279
Direcção Nacional do Currículo e Avaliação Escolar	114	5,221	-	118	-	5,453
Direcção Nacional de Educação Pré-Escolar	1,281	184	-	-	-	1,465
Direcção Nacional do Ensino Básico	31,927	4,145	-	22	-	36,094
Direcção Nacional do Ensino Secundário Geral	5,944	328	-	400	-	6,672
Direcção Nacional do Ensino Secundário Técnico-Vocacional	1,526	1,844	500	674	-	4,544
Direcção Nacional do Ensino Recorrente	169	2,051	-	-	-	2,220
Direcção Regional Oecusse	230	41	-	-	-	271
Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação	387	3,765	-	-	-	4,152

Esboço Livro 1 do Orçamento Geral do Estado para 2014

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
(INFORDOPE)						
Serviços Distritais de Educação de Dili	427	39	-	-	-	466
Serviços Distritais de Educação de Baucau	205	50	-	-	-	255
Serviços Distritais de Educação de Aileu	191	48	-	-	-	239
Serviços Distritais de Educação de Ainaro	228	41	-	-	-	269
Serviços Distritais de Educação de Bobonaro	286	54	-	-	-	340
Serviços Distritais de Educação de Ermera	198	60	-	-	-	258
Serviços Distritais de Educação de Lautém	196	61	-	-	-	257
Serviços Distritais de Educação de Liquiçá	188	51	-	-	-	239
Serviços Distritais de Educação de Manatuto	161	48	-	-	-	209
Serviços Distritais de Educação de Manufahi	213	52	-	-	-	265
Serviços Distritais de Educação de Covalima	251	54	-	-	-	305
Serviços Distritais de Educação de Viqueque	190	61	-	-	-	251
Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA)	21	65	-	-	-	86
Direcção-Geral Pré-Escolar e Ensino Básico	45	38	-	-	-	83
Direcção-Geral do Ensino Secundário Geral	21	32	-	-	-	53
Direcção Nacional das Bibliotecas Escolar Escolares	49	62	-	-	-	111
Direcção Nacional de Média Educativa e Centro de Impressão	67	608	-	22	-	697
Direcção Nacional do Currículo do Ensino Superior	82	74	-	-	-	156
Unidade de Infra-estruturas	27	20	-	-	-	47
Ministério da Administração Estatal	5,712	8,587	20,908	1,043	721	36,970
Gabinete do Ministro	77	70	-	-	-	147
Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização Administrativa	64	1,286	-	170	-	1,520
Direcção-Geral da Descentralização Administrativa	20	31	-	-	-	51
Direcção Nacional do Planeamento e Finanças Municipais	27	39	-	-	-	66
Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Local	64	80	-	-	-	144
Gabinete do Inspector-Geral	99	59	-	-	-	158
Direcção-Geral	15	75	-	-	-	90
Direcção Nacional da Administração e Finanças	144	3,209	-	873	721	4,947
Direcção Nacional de Planeamento, Avaliação e Cooperação Externa	141	71	-	-	-	212

Esboço Livro 1 do Orçamento Geral do Estado para 2014

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Unidade de Aprovisionamento	21	60	-	-	-	81
Direcção Nacional de Gestão e Recursos Humanos	44	74	-	-	-	118
Direcção Nacional de Protocolo e Comunicação Social	34	48	-	-	-	82
Direcção Nacional de Logística e Informática	55	158	-	-	-	213
Arquivo Nacional	125	88	-	-	-	213
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	413	380	-	-	-	793
Direcção Nacional do Desenvolvimento Local	305	259	-	-	-	564
Secretariado Técnico do Programa Nacional Desenvolvimento de Sucos (STPNDS)	1,605	371	13,637	-	-	15,613
Direcção-Geral do Desenvolvimento	10	31	-	-	-	41
Direcção Nacional de Apoio à Administração de Sucos	60	147	-	-	-	207
Direcção Nacional da Administração Local	308	49	-	-	-	357
Administração do Distrito de Dili	719	868	991	-	-	2,578
Administração do Distrito de Baucau	123	98	904	-	-	1,125
Administração do Distrito de Aileu	87	86	455	-	-	628
Administração do Distrito de Ainaro	97	86	370	-	-	553
Administração do Distrito de Bobonaro	117	98	684	-	-	899
Administração do Distrito de Ermera	106	92	833	-	-	1,031
Administração do Distrito de Lautém	100	92	498	-	-	690
Administração do Distrito de Liquiçá	73	81	389	-	-	543
Administração do Distrito de Manatuto	118	98	374	-	-	590
Administração do Distrito do Manufahi	91	92	437	-	-	620
Administração do Distrito de Oecusse	87	86	234	-	-	407
Administração do Distrito de Covalima	143	104	464	-	-	711
Administração do Distrito de Viqueque	113	92	640	-	-	845
Comissão Instaladora dos Municípios	107	28	-	-	-	135
Ministério do Comércio, Indústria e do Ambiente	2,339	14,239	3,700	640	-	20,918
Gabinete do Ministro	77	226	-	-	-	303
Gabinete do Vice-Ministro	65	193	-	-	-	258
Gabinete do Secretário de Estado do Comércio	63	150	-	-	-	213

Esboço Livro 1 do Orçamento Geral do Estado para 2014

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Secretário de Estado da Indústria e Cooperativas	63	175	-	-	-	238
Gabinete do Secretário de Estado do Meio Ambiente	63	177	-	-	-	240
Gabinete de Auditoria Interna	42	39	-	-	-	81
Gabinete Jurídico	14	102	-	-	-	116
Direcção-Geral de Administração e Finanças	452	2,307	1,200	640	-	4,599
Direcção-Geral do Comércio	567	896	270	-	-	1,733
Direcção-Geral da Indústria e Cooperativas	342	1,104	1,950	-	-	3,396
Direcção-Geral do Ambiente	426	492	280	-	-	1,198
Inspecção Alimentar e Económica	98	462	-	-	-	560
Fundo de Segurança Alimentar	67	7,916	-	-	-	7,983
Ministério da Solidariedade Social	1,850	3,839	139,425	1,101	501	146,716
Gabinete da Ministra	78	131	-	-	-	209
Gabinete do Vice-Ministro	60	109	-	-	-	169
Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	63	223	-	-	-	286
Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social	63	65	-	16	-	144
Direcção Nacional de Regime Não Contributivo de Segurança Social	107	12	34,900	54	-	35,073
Direcção Nacional de Regime Contributivo de Segurança Social	43	11	3,300	101	-	3,455
Inspecção e Auditoria Interna	40	55	-	23	-	118
Direcção-Geral	54	77	-	10	-	141
Centro Regional de Solidariedade Social de Dili	36	54	-	32	-	122
Centro Regional de Solidariedade Social de Baucau	113	113	-	31	-	257
Centro Regional de Solidariedade Social de Bobonaro	97	99	-	38	-	234
Centro Regional de Solidariedade Social de Ermera	78	60	-	33	-	171
Centro Regional de Solidariedade Social de Manatuto	44	36	-	42	-	122
Centro Regional de Solidariedade Social de Manufahi	71	71	-	72	-	214
Centro Regional de Solidariedade Social de Oe-Cusse	76	77	-	26	-	179
Direcção Nacional de Administração e Finanças	151	736	-	35	-	922
Direcção Nacional de Administração e Recursos Humanos	83	849	-	24	-	956
Direcção Nacional dos Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	138	215	85,200	93	-	85,646

Esboço Livro 1 do Orçamento Geral do Estado para 2014

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional da Assistência Social	164	134	1,659	249	501	2,707
Direcção Nacional de Reinserção Social	137	130	10,586	12	-	10,865
Direcção Nacional de Gestão de Desastres	133	180	3,780	44	-	4,137
Centro Nacional de Reabilitação	21	402	-	168	-	591
Ministério das Obras Públicas Incluindo Serviços e Fundos Autónomos	6,308	117,358	-	1,083	16,664	141,413
Ministério das Obras Públicas Excluindo Serviços e Fundos Autónomos	5,367	114,379	-	1,083	16,664	137,493
Gabinete do Ministro das Obras Públicas	77	99	-	-	-	176
Secretaria de Estado das Obras Públicas	63	31	-	-	-	94
Gabinete do Secretário de Estado da Electricidade	63	57	-	-	-	120
Gabinete do Secretário de Estado de Água, Saneamento e Urbanização	63	20	-	-	-	83
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	321	4,191	-	1,083	16,664	22,259
Direcção-Geral das Obras Públicas	1,253	458	-	-	-	1,711
Direcção-Geral da Electricidade	2,258	108,437	-	-	-	110,695
Direcção-Geral de Água, Saneamento e Urbanização	1,269	1,086	-	-	-	2,355
Instituto Público de Gestão do Equipamento (Serviço e Fundo Autónomo)	941	2,979	-	-	-	3,920
Ministério dos Transportes e Comunicações Incluindo Serviços e Fundos Autónomos	1,700	6,682	-	6,419	2,830	17,631
Ministério dos Transportes e Comunicações Excluindo Serviços e Fundos Autónomos	1,212	3,658	-	1,381	2,030	8,281
Gabinete do Ministro	73	60	-	-	-	133
Gabinete do Vice-Ministro dos Transportes e Comunicações	94	84	-	10	-	188
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	226	2,515	-	162	-	2,903
Direcção-Geral dos Transportes e Comunicações	694	915	-	1,162	2,030	4,801
Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste (AACTL)	125	84	-	47	-	256
Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (Serviço e Fundo Autónomo)	341	339	-	27	500	1,207
Autoridade Portuária de Timor-Leste (Serviço e Fundo Autónomo)	147	2,685	-	5,011	300	8,143
Ministério da Agricultura e Pescas	6,504	15,500	750	2,493	-	25,247
Gabinete do Ministro	78	76	-	-	-	154
Gabinete do Vice-Ministro	65	66	-	-	-	131
Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Conservação da Natureza	63	43	-	-	-	106

Esboço Livro 1 do Orçamento Geral do Estado para 2014

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Secretário de Estado das Pescas	63	47	-	-	-	110
Gabinete do Secretário de Estado da Pecuária	63	60	-	-	-	123
Gabinete do Director-Geral	29	22	-	-	-	51
Direcção Nacional da Administração e Finanças	1,049	1,555	-	1,906	-	4,510
Inspecção e Auditoria	21	17	-	-	-	38
Gabinete Jurídico	18	9	-	-	-	27
Gabinete do Protocolo e Comunicação Social	14	10	-	-	-	24
Direcção Nacional de Pesquisa e Serviços Especiais	209	323	-	27	-	559
Direcção Nacional de Quarentena e Biosegurança	84	123	-	-	-	207
Direcção Nacional de Formação Técnica Agrícola	481	341	-	260	-	1,082
Direcção Nacional de Política e Planamento	113	2,531	-	-	-	2,644
Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura	177	5,937	-	-	-	6,114
Direcção Nacional de Plantas, Indústria e Agro-comércio	185	365	-	-	-	550
Direcção Nacional de Florestas	250	467	750	-	-	1,467
Direcção Nacional de Irrigação e Gestão de Utilização de Água	136	617	-	300	-	1,053
Direcção Nacional das Pescas e Aquicultura	310	491	-	-	-	801
Direcção Nacional de Pecuária e Veterinária	276	1,186	-	-	-	1,462
Direcção Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário Agrícola	132	162	-	-	-	294
Serviços de Agricultura do Distrito Aileu	116	46	-	-	-	162
Serviços de Agricultura do Distrito Ainaro	153	64	-	-	-	217
Serviços de Agricultura do Distrito Baucau	275	94	-	-	-	369
Serviços de Agricultura do Distrito Bobonaro	308	115	-	-	-	423
Serviços de Agricultura do Distrito Covalima	258	107	-	-	-	365
Serviços de Agricultura do Distrito Ermera	165	62	-	-	-	227
Serviços de Agricultura do Distrito Liquicá	163	71	-	-	-	234
Serviços de Agricultura do Distrito Lautém	257	99	-	-	-	356
Serviços de Agricultura do Distrito Manatuto	209	93	-	-	-	302
Serviços de Agricultura do Distrito Manufahi	252	97	-	-	-	349
Serviços de Agricultura do Distrito Oecusse	251	98	-	-	-	349
Serviços de Agricultura do Distrito Viqueque	281	106	-	-	-	387

Esboço Livro 1 do Orçamento Geral do Estado para 2014

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Ministério do Turismo	944	3,173	1,780	261	750	6,908
Gabinete do Ministro	72	314	-	12	-	398
Gabinete de Inspeção e Auditoria Interna	49	51	-	12	-	112
Gabinete da Secretária de Estado da Arte e Cultura	63	195	-	11	-	269
Direcção-Geral do Turismo	33	252	1,780	9	-	2,074
Direcção-Geral da Cultura	74	379	-	32	150	635
Inspeção-Geral de Jogos	73	87	-	2	-	162
Direcção Nacional dos Museus e Bibliotecas	53	62	-	3	-	118
Direcção Nacional do Património Cultural	61	97	-	-	-	158
Direcção Nacional de Artes, Cultura e Indústrias Criativas Culturais	54	89	-	-	-	143
Direcção Nacional de Marketing do Turismo	46	126	-	-	-	172
Direcção Nacional do Plano e Desenvolvimento Turístico	35	177	-	-	600	812
Direcção Nacional de Empreendimentos, Actividades e Produtos Turísticos	56	140	-	5	-	201
Direcção Nacional dos Museus	46	74	-	3	-	123
Academia de Arte e Indústrias Criativas Culturais	-	37	-	3	-	40
Direcção-Geral de Administração e Finanças	52	216	-	109	-	377
Direcção Nacional de Administração dos Recursos Humanos	35	88	-	5	-	128
Direcção Nacional de Gestão Financeira	47	205	-	47	-	299
Direcção Nacional de Aprovisionamento e Logística	44	537	-	3	-	584
Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	51	47	-	5	-	103
Ministério do Petróleo e Recursos Minerais	253	1,843	8,700	104	-	10,900
Gabinete do Ministro	60	589	-	-	-	649
Direcção Nacional de Administração e Finanças	127	816	8,700	104	-	9,747
Direcção Nacional de Minerais	66	438	-	-	-	504
Tribunais	1,014	2,082	-	991	-	4,087
Conselho Superior da Magistratura Judicial	31	7	-	-	-	38
Tribunal de Recurso	642	1,865	-	991	-	3,498
Tribunais Distritais	341	210	-	-	-	551
Procuradoria-Geral da República	1,422	1,622	-	348	236	3,628
Procuradoria-Geral da República	1,130	1,535	-	348	236	3,249

Esboço Livro 1 do Orçamento Geral do Estado para 2014

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Procuradoria Distrital de Baucau	110	32	-	-	-	142
Procuradoria Distrital de Suai	91	36	-	-	-	127
Procuradoria Distrital de Oecusse	91	19	-	-	-	110
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	520	801	-	221	-	1,542
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	520	801	-	221	-	1,542
Rádio e Televisão de Timor-Leste	734	1,478	-	1,056	-	3,268
Direcção de Informação	234	152	-	-	-	386
Direcção de Administração e Finanças	151	1,040	-	335	-	1,526
Direcção de Programação	149	190	-	-	-	339
Direcção de Apoio Técnico	200	96	-	722	-	1,018
Comissão Nacional de Eleições	542	659	5,000	2,727	-	8,928
Comissão Nacional de Eleições	542	659	5,000	2,727	-	8,928
Comissão Anti-Corrupção	388	1,252	-	178	-	1,818
Comissão Anti-Corrupção	388	1,252	-	178	-	1,818
Comissão da Função Pública	1,003	2,820	-	-	-	3,823
Comissão da Função Pública	684	2,705	-	-	-	3,389
Instituto Nacional de Administração Pública	319	115	-	-	-	434
Universidade Nacional de Timor Lorosa'e	6,697	4,789	2,205	254	500	14,446
Universidade Nacional de Timor Lorosae	6,697	4,789	2,205	254	500	14,445

3.4 Anexo III: Serviços e Fundos Autônomos Parcialmente Financiados por Receitas Próprias

Serviços e Fundos Autônomos parcialmente financiados por receitas próprias dentro do Orçamento do Estado para 2014 (US\$'000)

	Despesas	Receitas Próprias	Financiamento do OE
ANATL			
Salários e Vencimentos	341		
Bens e Serviços	339		
Capital Menor	27		
Capital Desenvolvimento	500		
Transferências	-		
Total	1,207	1,433	-226
AORTIL (Inc. Berlin-Nakroma)			
Salários e Vencimentos	147		
Bens e Serviços	2,685		
Capital Menor	5,011		
Capital Desenvolvimento	300		
Transferências	-		
Total	8,143	3,074	5,069
IGE			
Salários e Vencimentos	941		
Bens e Serviços	2,979		
Capital Menor	-		
Capital Desenvolvimento	-		
Transferências	-		
Total	3,920	260	3,660
SAMES			
Salários e Vencimentos	317		
Bens e Serviços	518		
Capital Menor	140		
Capital Desenvolvimento	-		
Transferências	-		
Total	974	-	974
Total dos Serviços e Fundos Autônomos	14,245	4,768	9,476

3.5 Anexo IV: Dotações Orçamentais do Fundo das Infra-estruturas

Programa/Subprogramas	Despesas financiadas por saldo transitado de 2013 \$ 000	Salários e Vencimentos \$ 000	Bens e Serviços \$ 000	Transferências \$ 000	Capital Desenvolvimento (a acrescer em 2014) \$ 000	Total das Despesas \$ 000
Total Incluindo Empréstimos	221,013	-	-	-	204,122	425,135
Total Excluindo Empréstimos	202,905	-	-	-	171,181	374,087
Total Empréstimos	18,108	-	-	-	32,941	51,049
Programa de Agricultura e Pescas (Irrigação e Porto Pesqueiro)	3,341	-	-	-	3,624	6,965
Programa de Água e Saneamento	3,800	-	-	-	4,000	7,800
Programa Desenvolvimento Urbano e Rural	2,250	-	-	-	5,000	7,250
Programa de Edifícios Públicos	12,308	-	-	-	9,228	21,536
Programa de Sistema Informático Financeiro e Infra- estruturas	8,870	-	-	-	10,950	19,820
Programa do Sector Juventude e Desporto (Infra- estruturas desportivas)	650	-	-	-	1,150	1,800
Programa do Sector Educação (Escolas e Universidades)	5,789	-	-	-	3,700	9,489
Programa de Electricidade	40,323	-	-	-	16,027	56,350
Programa de Informática	3,792	-	-	-	408	4,200
Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (Água e Saneamento e Habitações)	27,000	-	-	-	-	27,000
Programa do Sector da Saúde (Hospitais e Clinicas)	2,729	-	-	-	2,313	5,042
Programa de Defesa e Seguranca	8,735	-	-	-	11,696	20,431
Programa de Solidaridade Social (Monumentos)	267	-	-	-	500	767
Programa Desenvolvimento Tasi Mane	33,070	-	-	-	13,230	46,300
Programa de Estradas	19,159	-	-	-	37,852	57,011

Esboço Livro 1 do Orçamento Geral do Estado para 2014


Programa de Pontes	3,858	-	-	-	16,001	19,859
Programa do Sector Aeroportos	5,967	-	-	-	4,550	10,517
Programa do Sector de Portos	4,200	-	-	-	9,025	13,225
Programa de Desenvolvimento Região Oecusse	5,192	-	-	-	15,677	20,869
Programa do Sector Turismo	-	-	-	-	2,850	2,850
Preparação de Desenhos e Supervisão-Novos Projectos	11,607	-	-	-	3,400	15,007
Programa de Empréstimos (Estradas, Água e Saneamento, Aeroporto)	18,108	-	-	-	32,941	51,049

3.6 Anexo V: Dotações Orçamentais do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

Programas	Despesas financiadas por saldo transitado de 2013	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços (a crescer em 2014)	Transferências	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000
Total	3,078	-	36,922	-	-	40,000
Formação Profissional	110	-	10,006	-	-	10,116
Formação Técnica	140	-	4,410	-	-	4,549
Bolsas de Estudo	2,082	-	20,132	-	-	22,214
Outros Tipos de Formação	748	-	2,373	-	-	3,121

Parte 4: Documentação de Apoio para 2014

4.1 Justificação para a Transferência a partir do Fundo Petrolífero



PRIMEIRO
MINISTRO

Gabinete do
Primeiro-Ministro

N.º Ref. 1368/GPM/X/2013

Assunto: Justificação da transferência superior ao Rendimento Sustentável Estimado do Fundo Petrolífero

Excelência,

Declara a Lei n.º 12/2011 "Primeira alteração à Lei n.º 9/2005 de 3 de Agosto, Lei do Fundo Petrolífero", no seu Artigo 9.º, que sempre que se apresente uma necessidade de proceder a uma transferência do Fundo que exceda o Rendimento Sustentável Estimado, o Governo deve expor ao Parlamento Nacional uma justificação detalhada que explique o interesse nacional desse trâmite.

A par com a submissão, para consideração e aprovação do Parlamento Nacional, da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2013, vimos apresentar a Vossa Excelência a presente justificação para cumprir com o requisito legal mencionado.

Enquanto Governo, temos sempre presente na nossa acção governativa que as decisões que tomamos num momento têm um impacto não apenas imediato, mas com repercussões nas décadas seguintes, afectando igualmente as gerações futuras. Em poucos decisões este facto será tão real como na justificação do levantamento do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado. É por esta razão que imprimimos a esta decisão a responsabilidade, o profissionalismo e a transparência que a mesma exige.

Responsabilidade, profissionalismo e transparência têm aliás sido os princípios primordiais que têm orientado o compromisso do V Governo Constitucional, nesta fase que o país atravessa. Já o IV Governo tinha iniciado em 2008 uma Reforma profunda da gestão do Estado para assegurar que o grande projecto do desenvolvimento de Timor-Leste tinha alicerces sólidos que garantissem daí para a frente a eficiência e a prestação de contas do aparelho de Estado.

Esse propósito não tem sido negligenciado nestes últimos anos, sendo, pelo contrário, um fundamento basilar do Programa do Governo o fortalecimento de uma arquitectura

Palácio do Governo
Avenida Presidente Nuno Lobato
111, Dili, Timor-Leste



PRIMEIRO
MINISTRO

Gabinete do
Primeiro-Ministro

institucional que aperfeiçoe os mecanismos de monitorização e de fiscalização do sector público.

Dessa arquitectura fazem parte instituições como a Comissão da Função Pública, a Comissão Anti-Corrupção, a Câmara de Contas ou a Inspeção-Geral do Estado, que por diferentes perspectivas observam e garantem a eficácia e o profissionalismo na gestão das contas públicas. O Ministério das Finanças reserva também um protagonismo essencial nesse âmbito pelo controlo da execução da despesa e seus resultados. Hoje contamos ainda com a Secretaria de Estado para o Fortalecimento Institucional que conduz auditorias de desempenho e fiscalização, a todas as linhas ministeriais, corrigindo por dentro a capacidade da nossa administração pública.

A persistência e o compromisso determinado com a transparência e a responsabilidade da acção governativa em Timor-Leste têm sido reconhecidos internacionalmente. Inclusivamente no que concerne à gestão do Fundo Petrolífero, o relatório internacional do Instituto "Revenue Watch" que dá conta da transparência na gestão dos recursos valoriza muito positivamente o cumprimento exemplar de Timor-Leste da Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas.

Com esse compromisso pela transparência e dentro do espírito da Lei, é o interesse nacional a longo prazo que hoje aqui apresentamos, num compromisso com um desenvolvimento que se quer inclusivo e imperativamente sustentável. Os nossos objectivos para 2014, não são senão parte de um quadro mais amplo de desenvolvimento integrado a médio e longo prazo, no âmbito da implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.

Aquilo com que ambicionamos para o curto prazo, os objectivos que queremos para 2014, são peça-chave no futuro das gerações vindouras.

Para melhor nortear a continuidade da estratégia nacional, em Março deste ano, foi aprovado em Conselho de Ministros um novo Mecanismo que visa melhorar o planeamento, coordenação e monitorização da implementação do Programa do Governo e do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030. O Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento tenderá a ser o principal instrumento de seguimento das políticas de desenvolvimento de Timor-Leste, favorecendo uma maior coordenação inter-ministerial, assim como entre o Governo e os Parceiros de Desenvolvimento.

Brasão do Timor-Leste
Apex do Indumento Nacional
64, 100, 150



PRIMEIRO
MINISTRO

Gabinete do
Primeiro-Ministro

Através deste Mecanismo podemos assegurar uma melhor articulação entre os Planos Anuais dos próximos anos e aqueles que são os documentos orientadores da nossa estratégia de médio e longo prazo, respectivamente o Programa do V Governo Constitucional e o Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Neste quadro, o Orçamento Geral do Estado para 2014 é perfeitamente coerente com esta visão de médio e longo prazo. O Plano Estratégico de Desenvolvimento propõe que na primeira década da sua implementação seja o Estado a liderar o processo de desenvolvimento económico, assegurando as condições necessárias no país para que mais tarde o sector privado possa assumir esse protagonismo.

Essas condições passam pelo reforço de 4 pilares essenciais que, num espírito de continuidade com o Governo anterior, temos vindo a priorizar:

- Capital humano
- Desenvolvimento das infra-estruturas
- Governação e fortalecimento das Instituições
- Crescimento Económico.

O novo mecanismo monitorizará cada um destes sectores estratégicos de uma forma integrada, de forma a garantir a articulação dos princípios últimos do crescimento, da inclusividade, da resiliência e da sustentabilidade.

Em termos de crescimento económico, temos alcançado resultados muito esperançosos, com um crescimento médio desde 2008 de 11,9% e com a previsão de que se mantenha na ordem dos dois dígitos. Mas este crescimento só se poderá manter se for aliado a um compromisso com a inclusão social, à manutenção de instituições do Estado resilientes e a uma perspectiva de sustentabilidade a longo prazo.

Só a combinação destes princípios permitiu que superássemos juntos crises cíclicas e períodos de instabilidade, saindo destes reforçados porque nos obrigaram a olhar para dentro e a corrigir o caminho de construção nacional que queríamos fazer.

A paz e a estabilidade, conseguidas pela estreita colaboração de todos os órgãos de soberania, aliadas agora ao crescimento económico, começam a ter um impacto visível, mas também mais duradouro na vida da nossa comunidade. Esse impacto é tão mais relevante quando se reflecte não apenas numa maior capacidade de sonhar com o futuro, mas na sua concretização no dia-a-dia. Se o combate ao flagelo da pobreza continua a ser uma prioridade crucial do nosso Governo e nos indica que há muito

Palácio do Governo
Avenida Pres. Amílcar Cabral, 1000-000
DLX - Luanda



PRIMEIRO
MINISTRO

Gabinete do
Primeiro-Ministro

percurso pela frente, a verdade é que alguns sinais nos indicam que o caminho escolhido foi o acertado.

Em Junho deste ano, foi aberto o balcão único SERVE que veio facilitar o registo de empresas. Aliado ao apoio que se tem vindo a prestar às pequenas e médias empresas, cooperativas e grupos industriais e comerciais, este veio dinamizar muito positivamente a nossa economia. Desde então e até à data, neste curto espaço de tempo, o número de empresas que iniciaram actividade ascende às 1470, sendo, destas, a imensa maioria – 1279 – empresas nacionais.

Este resultado é fruto das reformas cruciais que temos vindo a desenvolver e da estabilidade que conseguimos alcançar. Estamos a viver um período de paz continuada que permite aos nossos cidadãos não apenas sonhar, mas investir num futuro melhor.

A abertura de empresas por timorenses mostra que por um lado os nossos profissionais têm capacidades próprias para desenvolver novas actividades económicas e que o investimento na educação e na formação profissional começa a dar frutos. Mostra que as condições básicas para esse desenvolvimento começam a existir, ao nível das infra-estruturas que oferecem a logística de base e ao nível das instituições que enquadram o esforço individual num projecto colectivo. Mostra que o crescimento económico nacional está a gerar emprego e melhores condições de vida. Mas mostra também que existe confiança no nosso projecto de Nação que permite aos timorenses concretizar o seu futuro pelas próprias mãos. A estabilidade e a paz conseguidas foram fundamentais para este espírito de confiança. O papel do Estado como potenciador do crescimento económico começa então a contagiar o sector privado.

O empreendedorismo nacional demonstra que o Plano que traçámos para o desenvolvimento de Timor-Leste está a funcionar.

Queremos por isso continuar este caminho, do qual vislumbramos por agora apenas o início.

Sabemos que tanto está ainda por fazer, que grandes desafios estão por ultrapassar, por isso queremos persistir neste projecto de crescimento inclusivo que é feito por todos e para todos.

O levantamento adicional do Fundo Petrolífero que aqui colocamos à vossa consideração será orientado fundamentalmente para infra-estruturas e desenvolvimento

Paulo da Costa
Assessor do Primeiro-Ministro
do Timor-Leste



PRIMEIRO
MINISTRO

Gabinete do
Primeiro-Ministro

do capital humano, ambas condições cruciais para que Timor-Leste possa continuar o momento de notável crescimento económico, de forma inclusiva e sustentável.

Queremos com esse investimento adicional continuar a investir na educação e na formação profissional com carácter de prioridade. Estamos a formar os jovens que serão os cidadãos e profissionais de Timor-Leste nas próximas décadas. Queremos fazê-lo com uma cada vez mais sólida articulação com as necessidades do mercado de trabalho, através de iniciativas como um sistema de estágios, atribuição de bolsas, centros nacionais de formação profissional em todo o país e a instalação de centros de auto emprego nos 13 distritos.

Queremos também assegurar que os nossos estudantes estão bem nutridos, com programas como os da merenda escolar.

Reforçaremos o atual pacote de prestação de cuidados de saúde primários fazendo chegar estes serviços a cada timorense, a cada mãe e a cada filho, aos nossos velhos e mais frágeis. Além destes serviços mínimos, queremos investir igualmente numa série de serviços especializados para elevar o quadro hospitalar em Timor-Leste respondendo às necessidades dos nossos cidadãos. Este esforço terá que incidir igualmente na formação de pessoal qualificado, e para isso prevemos que até 2016, haja mais de 1.000 graduados da medicina timorenses a trabalhar como médicos de pleno direito em Timor-Leste.

Este capital adicional será, assim, orientado para o desenvolvimento das infra-estruturas fundamentais que sirvam os timorenses em todos os aspectos da melhoria das suas condições de vida.

Em Agosto deste ano, foi inaugurada a Central Eléctrica de Betano o que melhorará consideravelmente o acesso à Electricidade em todo o país. Além da Electricidade, continuaremos a investir em água e saneamento com programas como a instalação de 27.000 casas-de-banho por todo o país, ou a construção e reabilitação de 80 sistemas de água potável nas áreas rurais.

Outra prioridade que continuaremos a reforçar é a da construção de uma infra-estrutura rodoviária, de nível internacional, combinada com um sector de transportes articulado, numa rede que é crucial para o desenvolvimento integrado de todos os sectores, da saúde à educação, do comércio ao turismo, numa visão compreensiva do país como um todo.

Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Dili, Timor-Leste



PRIMEIRO
MINISTRO

Gabinete do
Primeiro-Ministro

O investimento nas infra estruturas é basilar como capitalizador da actividade económica e concebêmo-lo também a pensar nos sectores de futuro, como o plano de desenvolvimento da Costa Sul, ou como uma série de instalações viradas para as nossas relações externas – como o Porto de Tibar e as melhorias no Aeroporto Internacional Nicolau Lobato.

Queremos igualmente investir na modernização dos nossos sectores económicos tradicionais, como a agricultura e a pesca. Nestes sectores continuaremos a apostar numa combinação entre formação, novos recursos técnicos – como sejam os sistemas de irrigação ou de processamento de peixe – e serviços de apoio com vista ao aumento da produtividade.

Das comunidades que vivem junto ao mar, às que se concentram nas montanhas, queremos que este projecto de desenvolvimento nacional seja integrado, chegando a todos os timorenses, para que possamos continuar o caminho do crescimento que agora começamos, mas de um crescimento inclusivo.

Dado que o potencial de crescimento deve ser equilibrado em todo o país, duas iniciativas tiveram também especial atenção em 2013 que merecem menção nesta reflexão: as consultas populares desenvolvidas no âmbito do projecto de descentralização e os passos dados no estabelecimento das Zonas económicas especiais.

No primeiro caso, as consultas populares permitiram descortinar a vontade dos timorenses sobre o processo de descentralização, evidenciando um sentido entusiasmo com um maior envolvimento na tomada de decisões, assim como com a potencialidade de uma prestação de serviços públicos mais eficaz e adequada às suas necessidades. Este processo de auscultação foi crucial para definir com mais clareza a intenção que temos de estabelecer neste mandato 3 a 5 municípios no país.

No segundo caso, o projecto para o qual contamos com a experiência e profissionalismo do Dr. Mari Alkatiri, ensaia de forma pioneira, no Oecussi, um investimento que associa uma componente social profunda a uma outra de cariz económico, com vista a um impacto equilibrado e abrangente daquele distrito que pelas suas condições particulares apresenta desafios singulares no espaço do Timor-Leste. Com a criação da Zona Especial de Economia Social de Mercado, pretendemos dar um arranque integrado ao

Palácio do Governo,
Avenida Pío de S. Paulo Lobato,
DIL Timor-Leste



PRIMEIRO
MINISTRO

Gabinete do
Primeiro-Ministro

desenvolvimento do Oecussi que tenha um impacto claro na melhoria da vida das populações pelo fomento da produtividade e do empreendedorismo local.

Finalmente, queremos continuar a pensar no desenvolvimento do país, olhando também para o exterior, fortalecendo as relações com os nossos parceiros mundiais. O OGE 2014 presta por isso especial atenção ao posicionamento de Timor-Leste no mundo, sendo um ano particularmente importante pela futura Presidência da CPLP e pelo nosso esforço de adesão à ASEAN.

No quadro internacional, queremos igualmente apostar nas potencialidades de uma abordagem sub-regional para o desenvolvimento, com o estabelecimento de uma parceria especial triangular com as províncias vizinhas da Indonésia e o Northern Territory da Austrália. Essa iniciativa tri-lateral, para o desenvolvimento económico regional integrado dos três Estados, pretende reforçar vínculos na área económica em sectores tão diversos como o turismo, a I&D, a energia ou a agricultura, alavancando o sector privado num novo quadro de cooperação multisectorial externa. Mas contará também com uma componente social e cultural fundamental articulada com a promoção de atividades comerciais, geradoras de riqueza, emprego e qualidade de vida para as comunidades locais.

Com projectos como os aqui mencionados, breves exemplos de um plano estratégico claro e coerente, pretendemos conduzir Timor-Leste a uma nova etapa de crescimento que se quer consolidado, inclusivo, sustentável. O Orçamento Geral do Estado para 2014 espelha na sua totalidade esta intenção de investir drasticamente na melhoria das condições de vida dos timorenses.

Se esse objectivo está manifesto na categoria de despesas de capital de desenvolvimento, está também plasmado na categoria de despesas recorrentes. Não servem essas últimas para manter simplesmente o aparelho de Estado em funcionamento como tal, mas antes congregam investimentos físicos e sociais que correspondem afinal a funções de serviço público basilar que assumimos como prioritárias. Destas podemos destacar a compra de medicamentos e equipamento médico ou de sementes, a prestação de subsídios aos Veteranos e as Bolsas de Mãe, programas como o da Merenda Escolar ou o de salários para professores voluntários.

Em perfeita articulação com o Programa do V Governo Constitucional e com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, este OGE para 2014 dá continuidade e

Publi. d. Governo
Assento: Presidente da Assembleia
DL 1/2007/2014



PRIMEIRO
MINISTRO

Gabinete do
Primeiro Ministro

coerência a um projecto nacional abrangente que até aqui se tem feito com o compromisso notável de todos os timorenses.

Exposto isto, Senhor Presidente do Parlamento Nacional, o Governo está a dar cumprimento àquilo que se comprometeu, ou seja, dar continuidade às reformas e investimentos que têm comprovadamente obtido resultados satisfatórios para a Nação e para melhorar as condições de vida de todo o Povo.

Por outras palavras, estamos a investir o Fundo Petrolífero nos sectores produtivos do país, na diversificação da economia e na qualificação e dignidade dos timorenses. Por esta razão, consideramos que o levantamento do Fundo Petrolífero acima do RSE se justifica pelo seu interesse nacional de longo prazo.

Excelência,

Concluindo,

Para terminar, junto o "Relatório com a estimativa do montante em que ficará o RSE dos exercícios orçamentais subsequentes, por força de transferência a partir do Fundo Petrolífero de montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado", cumprindo assim o requisito legal, da alínea b) artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero. No que concerne à alínea c) do mesmo artigo, o "Relatório do Auditor Independente que certifique as estimativas de redução do rendimento sustentável estimado" será enviado com a maior brevidade possível, aguardando-se a certificação do Auditor Independente.

Aceite Vossa Excelência a minha mais elevada consideração e estima.

Dili, 22 de Outubro de 2013


Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro

Sua Excelência
Presidente do Parlamento Nacional
Senhor Dr. Vicente Guterres
Dili

Ministro-Geral,
Assento Presidencial Montanabato,
Dili, Timor-Leste



República Democrática de Timor-Leste
Ministério das Finanças



Gabinete da Ministra

"Seja um bom cidadão, seja um novo herói para a nossa Nação"

No: _____ / IV/GMF / 2013

17 de Outubro de 2013

Sua Excelência
Senhor Primeiro-Ministro
República Democrática de Timor-Leste
Kay Rala Xanana Gusmão

ASSUNTO: REQUISITO PARA TRANSFERÊNCIAS A PARTIR DO FUNDO PETROLÍFERO

Sua Excelência,

O presente relatório é elaborado de acordo com as alíneas a) e b) do artigo 8, da Lei n. 9/2005, de 3 de Agosto, na redacção que lhe foi dada pela Lei n. 12/2011, de 28 de Setembro, Lei do Fundo Petrolífero. O Rendimento Sustentável Estimado é calculado nos termos do Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero.

Estimativa do Rendimento Sustentável para o Ano Financeiro de 2014	Montante (USD) \$ 632,3 milhões
Estimativa do rendimento Sustentável para o ano anterior 2013	Montante (USD) \$ 787,0 milhões

O Orçamento do Estado para 2014 inclui uma análise da metodologia na que se baseiam os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado.

De acordo com a alínea c) do artigo 8 da Lei do Fundo Petrolífero, um Auditor Independente deverá certificar o montante da estimativa do Rendimento Sustentável Estimado. O relatório de certificação encontra-se em anexo em a presente carta.

Com os melhores cumprimentos,

Emília Pires
Ministra das Finanças



República Democrática de Timor-Leste
Ministério das Finanças

Gabinete da Ministra



"Seja um bom cidadão, seja um novo herói para a nossa Nação"

No: _____ / V/GMF / 2013

17 de Outubro de 2013

Sua Excelência
Primeiro-Ministro
República Democrática de Timor-Leste
Kay Rala Xanana Gusmão

ASSUNTO: REQUISITO PARA TRANSFERÊNCIAS A PARTIR DO FUNDO PETROLÍFERO

Vossa Excelência,

O presente relatório é apresentado nos termos da alínea b), do artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero (Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, conforme a redacção que lhe foi ultimamente dada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de Setembro).

Como requerido na alínea b) do artigo 9.º, a tabela abaixo demonstra a redução do Rendimento Sustentável Estimado para os anos fiscais a partir de 2014, em resultado da proposta de transferência do Fundo Petrolífero de um montante que excede o Rendimento Sustentável Estimado em 2014:

Ano Fiscal	Transferências a partir do Rendimento Sustentável Estimado em 2014	
	\$632,3 milhões	\$902,9 milhões
2015	647,1	638,7
2016	663,9	655,3
2017	681,6	672,8
2018	700,0	691,0
2019	718,8	709,5
2020	737,7	728,2
2021	757,2	747,5
2022	777,2	767,2
2023	797,5	787,2
2024	818,1	807,5
2025	839,2	828,4

Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 9.º da supracitada Lei, o Auditor Independente deve confirmar as estimativas de redução do Rendimento Sustentável Estimado. O relatório de certificação encontra-se em anexo.

Todos os cálculos foram executados por técnicos especialistas do Ministério das Finanças e com recurso a assistência profissional externa.

Sem mais de momento, subscrevo-me com a minha mais elevada consideração e estima.


Emília Pires
Ministra das Finanças

Edifício 5, 1.º Andar, Palácio do Governo, Dili, Timor-Leste
Phone - +670 3339510 Fax - +670 3331204
Website - www.mof.gov.tl

4.2 Relatório da Deloitte



Deloitte Touche Tohmatsu
ABN 74 490 121 060

Level 11
24 Mitchell Street
Darwin NT 0800
GPO Box 4296
Darwin NT 0801 Australia

Tel: +61 (0) 8 8980 3000
Fax: +61 (0) 8 8980 3001
www.deloitte.com.au

V. Excelência Emília Pires
Ministério das Finanças
República Democrática de Timor-Leste
Edifício N.º 5, Rés-do-Chão
Palácio do Governo, Dili, Timor-Leste

16 de Outubro de 2013

Estimada Ministra

Relatório de Conclusões Factuais relacionado com as estimativas da redução do Rendimento Sustentável Estimado (Artigo 9º)

De acordo com o Contrato RDTL 83683 e suas adendas subsequentes, executámos determinados procedimentos acordados unicamente com o propósito de fornecer ao Governo da República Democrática de Timor-Leste um relatório em conformidade com a alínea c) do Artigo 9º da Lei n.º 9/2005 *Lei do Fundo Petrolífero*, tal como alterada pela Lei n.º 12/2011 *Primeira Alteração à Lei do Fundo Petrolífero*. O nosso trabalho foi executado de acordo com a Norma Internacional Sobre Serviços Relacionados (ISRS) 4400 *Trabalhos Para Executar Procedimentos Acordados Respeitando a Informação Financeira*. O presente relatório deve ser lido juntamente com o nosso contrato, o qual estabelece a base sobre a qual o nosso trabalho foi executado.

Âmbito do trabalho e declaração de responsabilidade

A pedido de V. Exas. e conforme acordado, executámos os procedimentos descritos na tabela abaixo. O âmbito do nosso trabalho limitou-se unicamente a esses procedimentos. V. Exas. são responsáveis por determinar se o âmbito do nosso trabalho é suficiente para os V. propósitos e não efectuamos quaisquer representações relativamente à suficiência destes procedimentos face aos V. propósitos. Caso tivéssemos efectuado procedimentos adicionais, outras matérias podiam ter chegado ao nosso conhecimento que teriam sido relatadas a V. Exas.

O presente relatório não deve dispensar quaisquer outras indagações e procedimentos que podem ser necessários para satisfazer os requisitos dos destinatários do relatório.

Os procedimentos executados não constituíram qualquer forma de revisão ou de auditoria e não expressámos qualquer opinião nem tirámos conclusões com base nos procedimentos executados. Não submetemos a informação constante no presente relatório ou que nos foi fornecida pelo Ministério das Finanças a procedimentos de conferência e verificação, excepto na medida do que é estritamente indicado abaixo. Isto é a prática normal na execução de tais procedimentos de âmbito limitado, contudo contrasta significativamente com, por exemplo, uma auditoria. Os procedimentos que executámos não foram desenhados com o intuito de identificar fraude ou representações incorrectas por parte do Ministério das Finanças e não é expectável que revelem tais situações. Consequentemente, não podemos aceitar responsabilidades pela detecção de fraude (quer por parte da administração, quer por parte de entidades externas) ou de representações incorrectas por parte da administração do Ministério das Finanças.

Responsabilidade limitada por regime aprovado no âmbito da legislação de Normas Profissionais.

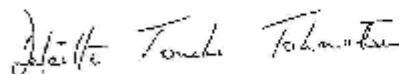
Membro da Deloitte Touche Tohmatsu Limited

O presente relatório destina-se unicamente ao V. uso exclusivo e tem por finalidade única satisfazer os requisitos da alínea c) do Artigo 9º da Lei nº 9/2005 *Lei do Fundo Petrolífero*, tal como alterada pela Lei nº 12/2011 *Primeira Alteração à Lei do Fundo Petrolífero*. O nosso relatório não pode ser usado para qualquer outra finalidade, recitado ou referido em qualquer documento, copiado ou disponibilizado (total ou parcialmente) a qualquer outra pessoa sem o nosso consentimento escrito prévio. Não aceitamos qualquer dever, responsabilidade ou obrigação perante outros em resultado do presente relatório ou deste trabalho.

Procedimentos e Situações Detectadas

Procedimentos	Situações Detectadas
1. Obtenção dos cálculos de suporte subjacentes ao relatório do Governo a ser fornecido ao Parlamento no seguimento da alínea b) do Artigo 9º;	1. Os cálculos de suporte subjacentes ao relatório do Governo a ser fornecido ao Parlamento no seguimento da alínea b) do Artigo 9º foram obtidos do Ministério das Finanças no dia 7 de Outubro de 2013.
2. Concordar a metodologia de cálculo com os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado para o orçamento do ano fiscal de 2014, tal como previamente obtidos pela Deloitte;	2. A metodologia de cálculo foi concordada com os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado para o orçamento do ano fiscal de 2014, tal como previamente obtidos pela Deloitte.
3. Obtenção do valor proposto da transferência do Governo, que consiste num montante em excesso relativamente ao Rendimento Sustentável Estimado pelo Governo para efeitos do orçamento do ano fiscal de 2014, e concordar o valor com o cálculo subjacente actualizado, que incorpora a transferência do Governo proposta;	3. O Ministério das Finanças comunicou à Deloitte uma transferência do Governo de 902,9 milhões de dólares dos Estados Unidos, constatando-se que excede o Rendimento Sustentável Estimado de 632,3 milhões de dólares dos Estados Unidos, tal como previamente calculado pelo Governo para efeitos do orçamento do ano fiscal de 2014, em 270,6 milhões de dólares dos Estados Unidos. O montante de 902,9 milhões de dólares dos Estados Unidos foi incorporado no cálculo subjacente actualizado.
4. Re-execução dos cálculos da estimativa de redução do Rendimento Sustentável Estimado para o ano fiscal a iniciar-se em 1 de Janeiro de 2015, que resulta da proposta de transferência do Governo do Fundo Petrolífero no ano fiscal de 2014;	4. Foram re-executados os cálculos da estimativa de redução do Rendimento Sustentável Estimado para o ano fiscal a iniciar-se em 1 de Janeiro de 2015 sem terem sido detectadas excepções. A redução estimada em cada um dos anos futuros de 2015 a 2025 variou entre 8,4 e 10,8 milhões de dólares dos Estados Unidos, conforme estabelecido no Anexo A.
5. Fornecimento de um relatório ao Governo em conformidade com a Lei nº 9/2005 <i>Lei do Fundo Petrolífero</i> , tal como alterada pela Lei nº 12/2011 <i>Primeira Alteração à Lei do Fundo Petrolífero</i> .	5. O presente relatório.

Atenciosamente,



Deloitte Touche Tohmatsu

ANEXO A

Pagamentos futuros projectados

Excesso do Rendimento Sustentável Estimado em 2014:

Ano Fiscal	Levantamentos Estimados do Rendimento Sustentável em 2014	
	632,3 milhões de dólares	902,9 milhões de dólares
2015	647.1	638.7
2016	663.9	655.3
2017	681.6	672.8
2018	700.0	691.0
2019	718.8	709.5
2020	737.7	728.2
2021	757.2	747.5
2022	777.2	767.2
2023	797.5	787.2
2024	818.1	807.5
2025	839.2	828.4

Preparado para o Governo da República Democrática de Timor-Leste pelo Ministério das Finanças



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Edifício 5, 1.º Andar, Palácio do Governo, Díli, Timor-Leste

Phone - +670 3339510 Fax - +670 3331204

Website - www.mof.gov.tl